

Junho 2023 - Edição 7

# BOLETIM 3X22

1822

1922

2022

Travessias



## **Você, Brasil**

para o poeta Ribeiro Couto

Eu gosto de você, Brasil,  
porque Você é parecido com a minha terra.  
Eu bem sei que Você é um mundão  
e que a minha terra são  
dez ilhas perdidas no Atlântico,  
sem nenhuma importância no mapa.  
Eu já ouvi falar de suas cidades:  
A Maravilhosa do Rio de Janeiro,  
São Paulo dinâmico, Pernambuco, Bahia de Todos-os-Santos,  
ao passo que as daqui  
Não passam de três pequenas cidades.  
Eu sei tudo isso perfeitamente bem,  
mas Você é parecido com a minha terra.

ANO 4



É o seu povo que se parece com o meu,  
é o seu falar português  
que se parece com o nosso,  
ambos cheios de um sotaque vagaroso,  
de sílabas pisadas na ponta da língua,  
de alongamentos timbrados nos lábios  
e de expressões terníssimas e desconcertantes.  
É a alma da nossa gente humilde que reflete  
a alma da sua gente simples,  
ambas cristãs e supersticiosas,  
sentindo ainda saudades antigas  
dos sertões africanos,  
compreendendo uma poesia natural  
que ninguém lhes disse,  
e sabendo uma filosofia sem erudição  
que ninguém lhes ensinou. ▼



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda



PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Pró-Reitora Marli Quadros Leite

Pró-Reitor Adjunto Hussam El Dine Zaher

**Biblioteca Brasileira** *Guita e José* **Mindlin**

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN

Diretor Alexandre Macchione Saes

**COORDENADOR**

Alexandre Macchione Saes

**EQUIPE 3 VEZES 22 (2022)**

Bruna Martins, Franklin Cordeiro

Pontes, Giovane Direnzi e

Norberto de Assis

**CURADORIA**

Franklin Cordeiro Pontes

**DIREÇÃO GERAL**

Franklin Cordeiro Pontes

**DIREÇÃO DE ARTE**

Norberto de Assis

**CAPA**

Norberto de Assis

**ARTE E ILUSTRAÇÃO**

Norberto de Assis

**DESIGN E DIAGRAMAÇÃO**

Norberto de Assis

**TRANSCRIÇÃO**

Franklin Cordeiro Pontes

**REVISÃO**

Bruna Martins e Giovane Direnzi

**AGRADECIMENTOS**

Elisa Lucinda

Fabiana Carelli

Fernanda R. Miranda

José Eduardo Agualusa

Júlio Machado

Luca Fazzini

Maria Aparecida Santilli

Mário Sérgio Lugarinho

Patrícia Lino

Patrícia Martins Marcos

Pedro Moreira

Regiane Vechia

Rita Chaves

Sarah dos Anjos

Stela Saes

Vanda Araújo

Vima Lia de Rossi Martin

As opiniões expressas nos textos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Todo material incluído nesta revista tem a autorização dos autores ou de seus representantes legais. Qualquer parte dos textos da publicação pode ser reproduzida, desde que citados autor e fonte.

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin:

Rua da Biblioteca, 21, Cidade Universitária, São Paulo, SP CEP 05508-065

bbm.usp.br/publicacoes EMAIL: bbm@usp.br TEL: 11 2648-0310 / 11 3091 - 1154

# Sumário

EDITORIAL.....	6
BRASIL MENTAL: OU PORTUGAL E O INSUSTENTÁVEL PESO DA PERDA DO “GLORIOSO IMPÉRIO”, POR PATRÍCIA MARTINS MARCOS.....	10
“UM DEFEITO DE COR”: ARQUIVO DO TEMPO EM DISPUTA, POR FERNANDA R. MIRANDA.....	17
DOENÇA, SAÚDE E COLONIALISMO EM PORTUGUÊS, POR FABIANA CARELLI.....	20
UMA CORRESPONDÊNCIA TRANSATLÂNTICA ENTRE GONÇALVES DIAS E MAIA FERREIRA: A MINHA PÁTRIA É A MINHA LÍNGUA, POR PEDRO MOREIRA.....	25
NOSSA BREVE PALAVRA SUFOCADA, ENTREVISTA COM ELISA LUCINDA.....	33
GILBERTO FREYRE: UM BRASILEIRO EM TERRAS MUITO COLONIALMENTE PORTUGUESAS, POR JÚLIO MACHADO.....	40
ECOS DO MODERNISMO BRASILEIRO (ENTRE AFRICANOS), POR MARIA APARECIDA SANTILLI.....	46
ENSINO DE LITERATURAS AFRICANAS EM DIÁLOGO COM A LITERATURA BRASILEIRA, POR VIMA LIA DE ROSSI MARTIN.....	54
LITERATURA, SEMPRE A LITERATURA, ENTREVISTA COM RITA CHAVES.....	59
A INDEPENDÊNCIA DA ÁFRICA LUSÓFONA, O FIM DO IMPÉRIO PORTUGUÊS E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A VIDA DA METRÓPOLE, POR VANDA ARAÚJO.....	70
INTERROGAR AS FRATURAS PARA ALÉM DO VISÍVEL: LUANDA E RIO DE JANEIRO, PORTOS DO ATLÂNTICO SUL, POR LUCA FAZZINI.....	77
PAULINA CHIZIANE: CONFLUÊNCIAS ENTRE CONDIÇÕES MATERIAIS DAS MULHERES E ESCRITA FICCIONAL EM MOÇAMBIQUE, POR STELA SAES.....	86
UNGULANI BA KA KHOSA: UMA DIALÉTICA ENTRE MEMÓRIA, OCUPAÇÃO DA TERRA E PROJETO DE IDENTIDADE NACIONAL, POR FRANKLIN CORDEIRO PONTES.....	91
SOBREVIVENDO ENTRE TRAVESSIAS, ENTREVISTA COM PATRÍCIA LINO.....	98
CONSTRUINDO A NOSSA PRÓPRIA NARRATIVA, ENTREVISTA COM J.E. AGUALUSA.....	102

# Editorial

**E**ste boletim surgiu sob o signo da *Travessia*. De inspiração rosiana mesmo, uma travessia pelo percurso da existência, pela grave vida daqueles que nascem sob o signo colonialista e que carregam consigo as contradições históricas de seu momento presente. Se nós, Projeto 3x22, estamos a pensar o Brasil, entrecruzando as temporalidades nas quais o questionamento “o que é ser brasileiro?” foi projetado, não poderíamos deixar de olhar para o *trânsito* entre as territorialidades que foram tecidas, umas às outras, pela língua portuguesa. É sobre esse brasileiro, ou sobre essa *brasilidade*, que vamos falar. Ela, que não ficou apenas aqui, neste continente ocidental, mas atravessou o Atlântico e plantou sementes históricas em Angola, Moçambique, Cabo-Verde e Portugal.

Cada uma das três seções do nosso Boletim é organizada a partir de uma temporalidade específica. Partimos do questionamento o papel do Brasil enquanto território do Império Português no início do século XIX (ou seja, antes da Independência, nosso primeiro 22), no imaginário de dominação de Portugal, e os impactos da ruptura que foi a declaração de independência. Quem nos apresenta esse tema é a professora Patrícia Marcos, da UCLA-San Diego. Depois, *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, pela análise da professora Fernanda R. Miranda, da UFBA, aborda o panorama contraditório da diáspora e escravização negra durante os 1800. Adiante, a professora Fabiana Carelli, da FFLCH-USP, reflete sobre a relação entre

cinema e medicina, demonstrando como as películas médicas produzidas por Portugal buscavam legitimar sua presença em África. Em seguida, o poeta Pedro Moreira analisa dois poemas oitocentistas, comparando a identificação com a pátria pessoal através do confronto com o diferente; estamos a falar dos poemas de Gonçalves Dias e Maia Ferreira. Terminando a seção, Elisa Lucinda, a atriz, poeta e ativista negra, nos concede uma entrevista na qual aborda não apenas seu próprio diálogo com as literaturas de língua portuguesa, como também as estruturas que mantêm o Brasil como um país colonialmente edificado.

Nossa segunda seção pensa o 1922 e o espírito da época modernista. Partimos analisando o lusotropicalismo de Gilberto Freyre através do texto do professor Júlio Machado, da UFF. Depois, temos prazer em relançar o texto *Ecos do Modernismo Brasileiro entre Africanos*, da professora Maria Aparecida Santilli. Esse texto foi um dos primeiros a pensar as relações entre as literaturas africanas de língua portuguesa e o Brasil. Com base nesses estudos, o texto da professora Vima Lia, da FFLCH-USP, apresenta o ensino de literaturas com base na Lei 11.645/08, que modifica a 10.639/03, que institui o ensino das literaturas africanas de língua portuguesa e afro-brasileiras nas universidades e escolas públicas do país. Em seguida, temos a entrevista com Rita Chaves, professora aposentada de Literaturas Africanas da FFLCH-USP, que além de realizar um testemunho do seu percurso enquanto especialista em literatura

angolana, sendo uma das primeiras pesquisadoras dessa literatura nacional no Brasil, esclarece as relações entre a produção literária de Guimarães Rosa, Luandino Vieira e Mía Couto. Não se pode esquecer dos seus desejos para 2022, dos quais Elisa Lucinda também compartilha.

Chegamos então à última seção de artigos que investigam as relações dentro do mundo lusófono, com especial atenção ao terceiro 22, o nosso presente. Começamos a analisar, portanto, os efeitos e contradições internas vividos por Portugal assim que sua dominação política se extingue nos países africanos, através do texto de Vanda Araújo, aluna de História da FFLCH-USP. Luca Fazzini, com um texto sobre as cidades porosas e pelo olhar de dois escritores angolanos de intrínseca relação com a cultura brasileira, José Eduardo Agualusa e Ondjaki, apresenta como Rio de Janeiro e Luanda se relacionam, manifestando persistências coloniais, dentre elas o racismo. A seguir, Moçambique é analisado pelo olhar de dois escritores. Stela Saes, doutoranda de Letras na FFLCH-USP, comenta o olhar feminino de Paulina Chiziane sobre o percurso histórico de seu país; e Franklin Cordeiro Pontes, estudante de Letras na mesma universidade, aborda, em duas obras de Ungulani Ba Ka Khosa, a discussão do autor sobre os vários discursos que compõem o horizonte ideológico de seu país, correlacionando essa diversidade discursiva com a memória e a ocupação do território. Finalizamos nosso boletim com duas entrevistas com os escritores Patricia Lino e José

Eduardo Agualusa. Patrícia nos fala sobre seu livro, “Kit de sobrevivência do descobridor português no mundo anticolonial”, que foi uma das obras semifinalistas do prêmio Oceanos em 2021, no qual o humor ácido da sátira desvela os pressupostos coloniais que ainda existem na mentalidade portuguesa (e não só). Já Agualusa conversa conosco sobre sua obra, o papel da literatura e seus desejos para o Brasil em 2022. Vale ressaltar que, por estarmos em contexto pandêmico, todas as entrevistas presentes do boletim foram realizadas através das redes sociais, sejam por gravação de áudio ou de forma escrita.

Através das edições de nossos boletins, o Projeto 3x22 reflete sobre o Brasil, partindo de temas estruturais que questionam as noções políticas e cristalizadas que atribuem aos brasileiros. A nossa perspectiva, de entrecruzamento de temporalidades, permite que encontremos as continuidades, superações e problemáticas que ainda fazem parte do cotidiano da nação. Portanto, não poderíamos deixar de refletir sobre o diálogo existente entre os países em que o colonialismo foi responsável por aproximar estruturas societárias tão diversas, formando novas culturas sob o signo da troca. Troca imposta. Troca colonial. Se as nacionalidades possuem algum projeto para si, talvez começar por analisar os pressupostos de sua trajetória seja um bom início. Que a *travessia* seja outra. Que essa *travessia* seja nossa. Boa leitura.

Franklin Cordeiro Pontes



Little Cape  
along the  
in  
v  
w  
0  
000

in a distance of from 50 to 60  
belt of dense, and almost impenetrable  
occurs along the whole of this  
to two days journey in breadth  
prevents all intercourse between  
and interior tribes, and is one  
causes why the inland parts of  
Africa are so entirely unknown  
world.

jurisdiction of the Colony, extends from G  
S.

The Pissou River has been traced 100 miles from  
the coast, and affords a safe navigation of 12 d

Country of the N. E. S. Pauls R.  
The S. Pauls River is supposed  
to have a course of from 250 to 300  
Millsburg  
Caldwell  
Stockton  
Mesurado Ter.  
Mesurado R.  
Junk River  
District  
Junk Territory  
Colonial Factor  
Sadd

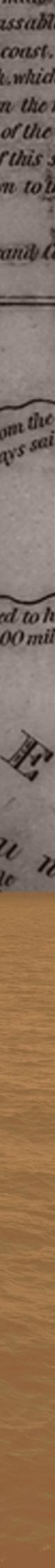
MESURADO  
MONROVIA

False Cape

N

C O

518



# TRA VES SIAS

# Brasil Mental: ou Portugal e o insustentável peso da perda do “glorioso império”

---

Por Patrícia Martins Marcos

**N**uma carta datada de 1790, que hoje se encontra depositada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, o barão de Moçâmedes, então Governador e Capitão-General de Angola (1784-1797), expunha desde Luanda as suas muitas preocupações com a conservação do império. Não era para menos. Apesar do título oficial de metrópole, Portugal dependia em quase tudo das suas duas principais colónias, Brasil e Angola. Sendo uma entidade geopoliticamente isolada e vulnerável dentro da península Ibérica, apesar de simbolicamente crucial, a metrópole era, de um ponto de vista material, absolutamente periférica ao concerto de forças do império. Ou seja, os fulcros das relações imperiais incidiam não só nas trocas comerciais, como na ampla circulação atlântica de personagens como o próprio Moçâmedes, que antes de chegar a Angola, fora nomeado por Pombal para o cargo de governador e capitão-mor de Goiás (1772-1778). Mais do que colocar em evidência as amplas geografias de circulação inter-imperial das elites burocráticas, casos como o de Moçâmedes retratam a escala humana com que se urdiu a tessitura de intimidades que, ao longo de séculos, sucessivamente ligou o Brasil de Angola — assim relegando o papel de Portugal para o plano simbólico.

Voltando à carta. Endereçada ao vice-Rei do Brasil, o conde de Resende, toda ela impunha um tom de urgência. Expondo um grave diagnóstico de vitalidade imperial, Moçâmedes defendia que o “corpo da monarquia”, localizado em Angola e no Brasil, padecia de vários “males” que se tornariam letais se não fossem atendidos. Assim, quer fosse por causa da recrudescente pirataria no Atlântico, da pressão exercida pelas campanhas abolicionistas, ou o aumento de revoltas populares e pró-independência, ou ainda à conta da competição exercida pelas demais potências imperiais Europeias — tais como a França pós-revolucionária em amiúde referida na correspondência angolana deste período —, Moçâmedes temia como a acumulação de disrupções levaria ao preço das pessoas escravizadas. Assim, a seu ver, impunha-se atacar o problema pela raiz — que neste caso era Angola — ou todo o corpo imperial incorreria no grave perigo de contágio ao qual nem Portugal escaparia. Pois, apesar do volume do trato de pessoas escravizadas se concentrar no eixo Angola-Brasil, o fluxo de capitais financeiros convergia na direção da metrópole.

Foi justamente neste nexos de mutualidade corpórea entre ambas as margens atlânticas, que se operou uma arguciosa manobra de reinvenção retórica do império português setecentista. Ao abandonar a ideia de “conquista”, e passando a designar o Brasil como “colônia”, as elites burocráticas do império não só abandonavam o antigo ideário da cruzada, que animara as primeiras décadas e séculos de imperialismo, como procuravam novos argumentos que permitissem manter a primazia política da Lisboa face à sua dependência total tanto do comércio escravocrata, como dos frutos da plantocracia. Na verdade, a ideia de que Portugal era um corpo frágil, rodeado por impérios como o “Espanhol ... [com] muito maior número de naturais...e também por essa causa, são maiores as suas riquezas,” foi recorrente ao longo dos séculos XVII e XVIII. A percepção de que, como argumentara D. Luís da Cunha ao longo das décadas de 1720 até à sua morte em 1748, Portugal seria sempre um território débil por estar exposto aos caprichos dos rivais espanhóis, levou este diplomata — o que durante mais tempo servira à coroa — a defender a transferência da “cabeça” do império para o Brasil.

Apesar de omitir esta proposta do seu *Testamento Político*, que começou a preparar em 1742, quando tomou conhecimento da súbita e profundamente incapacitante doença do rei D. João V (1706-1750), para dedicar à educação do príncipe herdeiro e futuro rei D. José I, Cunha insiste na ideia da fra-

gibilidade geopolítica de Portugal. Adotando uma linguagem terapêutica, Cunha analisa a “sintomas” e avalia a sua “conformação ao corpo”, dali deduzindo um diagnóstico de Portugal com base na “constituição dos [seus] humores”. Após este exercício, Cunha constata: “se o médico examinar o aspeto e conformação de Portugal, verá logo que o seu primeiro mal é a estreiteza dos seus limites, mal, digo, incurável sem nos podermos queixar da Providência, que assim o permitiu.” Tendo em conta estas disposições materiais, físicas e vulnerabilidades de cariz geoestratégico, Cunha conclui que destas “resulta o seu [Portugal] mal, que é a debilidade das nossas forças à proporção dos seus vizinhos.” (p. 43). Para Cunha, o método mais eficaz de estancar as excessivas “sangrias” de gente e aliviar o fato de que, dentro “daquele grande corpo” que era a Península Ibérica, Portugal representava mais do que uma mera “orelha”, importava reformar o reino, colocando em cheque a hegemonia do poder eclesiástico, inquisitorial e do modelo imperial pautado pelo imperativo da conversão religiosa. Logo, importaria a Portugal emular o modelo mercantilista dos demais impérios europeus, assim tomando “deles exemplos para a nossa conservação” (p. 96).

Contudo, estas medidas — que o diplomata considerava urgentes — representariam sempre meros paliativos face à inexorável, ou “incurável”, estreiteza do corpo físico português. Ora, foi justamente por conta deste delicado prognóstico (que Cunha manteve ao longo de décadas) que décadas antes elaborara uma proposta de transferência da corte para o Brasil. No seu texto *Instruções Políticas*, Cunha sugerira que este seria o único modo do império existir sem o constante sobressalto causado pelas incursões espanholas. Aqui, Cunha tinha em mente dois objetivos paralelos. Por um lado, o aumento da população — que, segundo defendeu no *Testamento*, eram “as verdadeiras minas

do Estado” (p. 121) — e as respectivas condições que permitissem o recrudescimento da prosperidade do império face aos demais, e, por outro lado, tentava ainda operar uma manobra de contenção definitiva da ameaça espanhola. Este segundo aspeto revelou-se especialmente complexo ao longo dos séculos XVIII (com o reformismo), XIX (com a regeneração) e XX (com o Estado Novo). O fantasma do período da União Ibérica (1580-1640) continuava a reverberar. Ou, posto de outro modo, o medo de um império submisso que, em 1823, um ano após a declaração da independência brasileira, animara já os espíritos mais indómitos em Portugal a instituir a primeira comemoração do feriado 1 de dezembro, ou o dia da Restauração da Independência. Marcando a subida da dinastia de Bragança ao poder em 1640, este feriado não só se naturalizou durante o regime ditatorial português, de marcado cunho colonial e nacionalista, como permanece até hoje.

Neste sentido, os Braganças, que simultaneamente constituem a última dinastia do regime monárquico português, assim como a primeira (e última) do império brasileiro, ajudam ainda a (re)pensar 1822. Além da teleologia da independência brasileira e todas as ruturas por ela acarretadas, pensar a transferência de poder dos Braganças portugueses para os brasileiros traz à luz o problema das continuidades. Esta reconfiguração das molduras aplicadas ao estudo do passado ajuda, creio, a revelar uma série de permanências que as recalibrações de relações de poder e hierarquia social exigidas por 1822 não só não inventaram, mas fizeram perdurar. Digo “exigidas” porque, sem dúvida, a independência do Brasil representou uma demanda de reformulação identitária e de nomenclaturas. No entanto, se atentarmos ao nome dos agentes implicados — começando pelos Bragança — reparamos que muitos, tal como José Bonifácio de Andrada, iniciaram as suas carreiras a serviço do império brasileiro en-

quanto fiéis servidores da coroa portuguesa. Além de Andrada, outros como Francisco Adolfo de Varnhagen continuaram profundamente engajados com o meio das letras, educação e forças armadas portuguesas após 1822. Ou seja, tanto a data 1822 como a ideia de criação nacional tendem a ocultar uma série de relações cariz interpessoal que permaneceram no período após a independência brasileira. Este âmbito do íntimo permanece ainda por analisar.

Para tal, importa desnaturalizar o modo como a historiografia contemporânea ancora as suas análises na unidade-base do estado nação. Ao justapor o recorte do passado com as fronteiras dos estados modernos, as narrativas históricas acabaram por pressupor um excessivo grau de “invenção” e “novidade” sem âncora na realidade vivida pelos nossos agentes concretos. O que quero dizer com isto? Além dos exemplos já apresentados, importa notar como, após a independência, os vários regimes portugueses continuaram olhando para o Brasil como uma de si—uma parte, muitas vezes ainda tida como inferior. Esta sobrançeria colonial que, por exemplo, durante o período da crise da zona Euro, quando tanto o Brasil como Angola ainda atravessavam um momento de boom económico, alimentou uma grande ansiedade projetada através dos meios de comunicação portugueses, que falavam de uma inversão das relações de poder. Aqui, o problema não incidia no fato de Angola e Brasil possuíem mais riquezas naturais do que Portugal — uma vez que, como já vimos, essa foi uma constante que estruturou as bases materiais do imperialismo português — mas, sobretudo, o fato de que Portugal lidava agora com dois estados soberanos e capazes de ditar a sua própria vontade.

Este modo de pensar o Brasil, a sua cultura, assim como as idiossincrasias do português falado no Brasil a partir de uma escala de subalternização hierárquica, possui uma longa genealogia. Justamente nas últimas décadas do século XVIII, quando as ambições do reformismo setecentista pretendiam fortalecer a prosperidade da economia imperial e manter a legitimidade do comércio de pessoas escravizadas, o Bispo de Olinda Azeredo Coutinho, que se tornaria no Inquisidor-Geral em 1818, redefiniu os trâmites da tese colonial. Sendo evidente que em Portugal faltavam muitos dos bens e produtos agrícolas que abundavam no Brasil, o Bispo defendia que as colónias existiam para suprir as necessidades da metrópole. Ou seja, o Brasil era uma colónia na medida em que a sua agricultura e demais bens formavam a base da economia metropolitana. Este modelo colonial, intencionalmente desenvolvido para manter a supremacia de Lisboa e assim usar a hierarquia política para escamotear as evidentes fragilidades económicas da metrópole, pressupunha a superioridade “civilizacional” do velho continente, face à abundância natural do novo mundo. Deste modo, apesar das suas evidentes vulnerabilidades, os interesses das elites metropolitanas luso-brasileiras (sendo que muitos, como Azeredo Coutinho, já eram nascidos no Brasil), continuavam formalmente isentos de escrutínio. Estas hierarquias, importa marcar, eram simultaneamente raciais, sociais, económicas, políticas e culturais. E através delas se naturalizava um modelo de corporização do poder eurocêntrico, branco e heteropatriarcal.

É por este motivo que importa ultrapassar a ideia de rutura e atentar às perdu-

rações que 1822 não soube — ou sequer quis — interromper. Em *Aventura e Rotina* (1953), o diário de viagem que Gilberto Freyre escreveu durante um longo périplo pelo império português — uma viagem patrocinada pelo regime Salazarista e que se revelou essencial para a defesa do colonialismo português em África — o autor fala ao leitor de “colonialismo interno” brasileiro. Pensar todo o peso e carga simbólica desta expressão implica um exercício de análise de estruturas e agentes de poder. Ou seja, pensar as perdurações do poder no passado e presente: quem detinha e detém a terra; quem detinha e detém recursos naturais; quem possuiu o direito de propriedade sobre outros seres humanos; e, por fim, quem vive e quem morre.

Ao colocar a questão a partir deste ângulo, muitos passados reemergem no presente. A ideia de “colonialismo interno”, em particular, expressa um modelo de poder. Isto é, define, a partir da idealização do “modo português de estar no mundo”, uma hierarquia de humanidades mais e menos “úteis”, cujo apogeu era corporizado pela branquitude. Assim, a chamada a “democracia racial”, que existia em diálogo com o branqueamento e o lusotropicalismo, valorizava negros e indígenas somente na medida em que propunha a sua eliminação através de processos de assimilação biológica e reprodutiva. Logo, implicitamente, quer fosse em Portugal, no Brasil, ou nas demais colónias portuguesas em África e na Ásia, o lusotropicalismo pressupunha a ideia de supremacia da raça branca, já que este era o único modelo viável de humanidade num estado moderno. Ou seja, para Freyre, o Brasil continha a promessa da modernidade não por ser um estado multirracial, mas porque o modelo biocultural de supremacia branca prometia um futuro no qual todas as outras raças tinham sido eliminadas. Dito de outro modo, o Brasil só seria viável se concebido a partir de um modelo eurocêntrico.

Mas o Brasil estava longe de ser o único espaço de ambição lusotropical. Ao longo das suas viagens por África, Freyre alimentou ainda a ideia do que o colonialismo português podia evitar a tendência brasileira ou norte americana do “metropolitanismo” (independência), ao criar “novos Brasis em África”. Com estas afirmações, Freyre oferecia ao regime português espaço para desenvolver um colonialismo de ocupação e exploração efetivos, como sucedera na América portuguesa. No entanto, quando que no Brasil as teses do branqueamento alimentaram o que Abdias do Nascimento apelidou de genocídio negro, já em colónias como Cabo Verde, o lusotropicalismo alimentou a tese da “branquitude não-africana”. Ou seja, deu sustentação à ideia de que nem Cabo Verde fazia parte de África, nem as suas populações autóctones eram negras. Porém, um dos aspetos mais nefastos, e que ainda continuam a reverberar no imaginário nacional do Portugal contemporâneo, pende-se com a negação do racismo estrutural. Neste sentido, o lusotropicalismo constitui ainda uma tese negacionista. Por um lado, nega a existência de racismo e dos respetivos mecanismos que permitem a estruturação da discriminação racial, e, por outro lado, também rejeita a existência do nexo que liga raça, ao acesso à propriedade e ao poder.

Ou seja, como ideologia colonial, o lusotropicalismo reproduz as muitas continuidades que 1822 não soube eliminar. Quando, como sucedeu em 2017 em Portugal, a Câmara Municipal de Lisboa erigiu uma estátua a Vieira, colocando o Jesuíta de braço em riste e crucifixo em punho, rodeado por três crianças ameríndias, em pleno ato de conversão forçada, as entidades públicas sancionaram também uma representação do colonialismo em ação. Nesse mesmo gesto, ratificaram uma visão do país, que ainda correspondia à visão essencialista de Freyre: católico e rural. Mas, de forma mais implícita, expõe

ainda uma gramática da posse e da dominação masculina e branca. Esta matriz lusotropical—que, assim como Freyre, Moçâmedes, ou as demais personificações de elites imperiais—é útil para entender as lutas decorridas no Brasil, em torno de monumentos e memória pública, acerca do legado dos bandeirantes ou Borba Gato. Debater estas estátuas, implica pensar os seus usos e finalidades; Debater as mundividências sociais e políticas nelas representada; ou, ainda, questionar como e porquê alguém sente a necessidade de ancorar o seu imaginário do passado e da vida em comunidade à dominação e conquista de outrem?

Estas perguntas, segundo tentei defender, serão mais bem atendidas com o desnacionalizar 1822. Dois séculos após a declaração da independência do Brasil, o colonialismo e os seus legados continuam a operar. Entendê-los, com toda a sua complexidade, implica alargar o gesto que o Brasil inaugurou quando foi dada prioridade nacional ao estudo da história afro-brasileira e indígena. Contudo, este exercício não pode deixar nunca de acompanhar um escrutínio do poder e da branquitude. Para tal, será necessário pensar as perdurações do colonialismo e escrutinar, na *longue durée*, as relações de intimidade entre as elites brasileiras e as portuguesas — por exemplo, porque no pós-revolução de 1974, encontraram as elites do fascismo português abrigo no Brasil da ditadura militar? Do mesmo modo, em Portugal, este gesto implica também um estudo mais cuidadoso do lugar que o Brasil ocupa no seu imaginário nacional. E atentar como, ao longo de oitocentos, se passou do choque à negação, ao trauma, e até à tentativa de recriar o Brasil em África.

Esta história que coloca a branquitude sob escrutínio não pretende se tornar numa nova história “de grandes homens” porque ela

existe não para recapitular as autoficções de heroísmo, mas para as expor. De certo modo, muita da historiografia dedicada ao estudo do período moderno já enveredou pelo estudo destas circulações. No entanto, pensar as continuidades coloniais de 1822 impõe o alargamento deste método que, creio, poderá ajudar a elucidar um importante padrão de hierarquização social e social racial presente no Brasil e Portugal, e que se pauta pela naturalização do privilégio branco.

No entanto, apesar da confluência de intimidades entre as elites luso brasileiras, existem também divergências entre ambos os países. Neste sentido, pensar 1922 — outro dos 22 deste tríptico — parece particularmente interessante. Enquanto que o modernismo brasileiro fez um giro antropofágico, de rejeição dos modelos eurocêntricos, em Portugal, a geração de Almada Negreiros e Fernando Pessoa continuou lamentando a perda do “glorioso império”. Talvez o peso “psicocoletivo” da perda do Brasil fosse demasiado pesado e tenha adensado a sensação de crise. Para Antero de Quental, no final de oitocentos, a decadência portuguesa era uma evidência; para Eça de Queirós, o império era mote para a sua crítica mordaz; e, enquanto que Sampaio Bruno tentou explorar os legados do *Brazil Mental*, Teixeira de Pascoaes esboçou o saudosismo. Já Pessoa, como se sabe, enveredou pela profecia do Quinto Império. Todos eles procuravam (re)definir os moldes de uma identidade nacional inconcebível sem império. Ao mesmo tempo, não sabiam ainda o que podia o império ser sem “o corpo da monarquia” (Angola e Brasil). Lidar com essa perda, assim como com tudo o que ela acarretou, continua a ser um problema de hoje. Ultrapassar esse vazio, exige abandonar os projetos coloniais de hoje, com os seus respetivos moldes hierárquicos, e apostar na construção de outros mundos. ■

## Autoria

Patrícia Martins Marcos é doutoranda no Departamento de História e Estudos Científicos da Universidade da Califórnia San Diego (UCSD). Ela é uma pesquisadora do colonialismo e pós-colonialismo português, cujo trabalho se situa nas interseções entre ciência, tecnologia e sociedade, história da medicina, cultura material e visualidade, bem como estudos queer e negros.

## Obras para consulta adicional

CASTELO, Cláudia. “Novos Brasis” em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio.” *Várias histórias*, 30 (2014): 507-532.

DA COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. Unesp, 1998.

DE ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das Letras, 2020.

FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-cultural exchange in the Atlantic world: Angola and Brazil during the era of the slave trade*. No. 121. Cambridge University Press, 2012.

SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: empire, monarchy, and the Portuguese royal court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. Routledge, 2013.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo: Do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos-os-Santos, do século XVII ao XIX*. Companhia das Letras, 2021.

# “UM DEFEITO DE COR”: ARQUIVO DO TEMPO EM DISPUTA

---

Por Fernanda R.  
Miranda

Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar a construir a história dos seus. E que era preciso continuar decifrando nos vestígios do tempo os sentidos de tudo que ficara para trás.

Conceição Evaristo,  
“Ponciá vicêncio”

**U**m defeito de cor (2006) é um romance escrito como uma busca, uma “tentativa de encontrar caminhos” (Gonçalves, 2017), revirando ruínas históricas e ruínas internas. Segundo Ana Maria Gonçalves, “é sobre como, a partir do momento em que nossos ancestrais atravessaram esta porta em África, a Porta do não Retorno, sob a qual deveriam abandonar todas as memórias, passamos todos a habitar um não lugar” (Gonçalves, 2017). Deste “não-lugar” configurando sua condição de ser da diáspora, a única escolha que lhe cabia, diz a autora, era “olhar para trás para saber de onde vinha” (Gonçalves, 2017): gesto que gera o romance.

Composto por dez capítulos e quase mil páginas de texto, *Um defeito de cor* é resultado de uma pesquisa profunda acerca da sociedade brasileira escravista do século XIX, indo, sobretudo, em direção às pessoas negras que foram forçadas a vir para o Brasil e aqui construíram novos enredos. Como resultado, o próprio romance se substancializa como suporte de pesquisa, no sentido de abrigar uma infinidade de conteúdos que dão vida, pela ficção, a um repertório imenso de referências culturais, religiosas, históricas, geográficas, políticas, afetivas etc., envolvendo a experiência negra na diáspora brasileira.

A narrativa compõe uma história para Luiza Mahin, a quem João José Reis definiu como “um misto de realidade possível, ficção abusiva e mito libertário” (Reis, 2003, p. 303), e estabelece seu intertexto fundamental em Luiz Gama, responsável pela primeira menção documentada de Luiza: a carta que escreveu para o jornalista e amigo Lúcio de Mendonça, na qual reivindica a africana como sua mãe e fornece sobre ela referências inauditas.

A carta escrita por Luiz Gama representa o primeiro índice de existência da africana insurreta através do tratamento dado pelo poeta à figura materna. A carta de Kehinde vai na direção da resposta: uma carta de mãe para filho. Essa narrativa é carta-testamento destinada a ser herança de seu filho perdido, e posiciona Luiz Gama como narratário do texto. Antes, a presença do autor é invocada já no título do romance, que toma sua origem a um poema de Gama.

Essa porta de acesso já apresenta o procedimento do romance de forma compactada: tomar a ficção como meio de tornar o passado contingente. Desde o processo de composição, a obra busca uma enunciação coletiva, visto que diversos documentos como cartas de alforria, anúncios de compra e venda e anúncios de fugas de escravos publicados nos jornais do período de escravidão serviram de fonte e de matéria prima para a construção das personagens. Estes anúncios traziam poucos detalhes sobre a vida dos escravizados, em geral informavam a região de onde provinham, algumas características físicas, habilidades que tinham. Ana Maria Gonçalves adentrou a pesquisa por estes vestígios para que sua protagonista possuísse voz capaz de aproximar-se de uma tradução da experiência negra feminina colonial. Assim, a montagem com diversos fragmentos de histórias de mulheres que viveram em tempos aproximados ao período de vida de Luiza Mahin foi fonte de construção de Kehinde.

A escritora mineira Ana Maria Gonçalves



Foto: Léo Pinheiro/Apex-Brasil

\*

Por meio do seu intenso e longo fluxo narrativo, o romance *Um defeito de cor* possibilita uma experiência de pensamento e de acesso a um arquivo que guarda um mundo de conexões, representações e imagens sobre a escravidão; sobre a modernidade vista da diáspora; sobre a colônia; as relações sociais (entre homens e mulheres, negros e brancos, adultos e crianças, brasileiros e estrangeiros, livres, libertos e escravizados), entre outros pontos.

Ao performar este arquivo, o romance constitui o ato de se apropriar da História. A história, enunciada na escrita da mulher negra, é a grande marca que o diferencia na literatura brasileira.

O significado deste arquivo ficcional (o romance) só pode ser capturado em sua grandeza objetiva quando partimos do presente para articular o passado e o futuro. Nesse sentido, Kehinde é uma personagem que se realiza no trânsito entre tempos: por um lado, ela tangencia realidades vividas/sentidas/imaginadas no século XIX que não chegaram até nós, porque foram apagadas do texto nacional enquanto arquivo. Por outro, este ato de suspensão do apagamento através da

narrativa responde às urgências e agendas do presente no qual a mulher negra figura como sujeito político protagonista de seus enredos e significações – dessemelhante, portanto, das imagens que os arcontes do passado produziram. Por conseguinte, um presente-futuro se anuncia, armado de palavras vivas e possibilidades.

É nesse âmbito que a inscrição da experiência histórica negra na ficção de Gonçalves confronta a colonialidade nacional, perpetuada, no campo das representações, nos diferentes níveis em que a raiz “colonial” do termo alude à situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras étnico-raciais, que, por sua vez, informam opressões de gênero e classe.

O romance de Gonçalves organiza no universo discursivo a perspectiva do confronto à manutenção desse sistema de dominação,

porque retira os sujeitos negros escravizados da órbita do silêncio, restituindo, na ficção, nomes, cotidiano, pertencimentos afetivos, planos insurretos, organização coletiva, genealogia, etc.; retira-os, portanto, dos emparedamentos da representação colonial e se aproxima mais do real histórico ao lhes conferir agência, determinação e devir, fraturando a razão escravocrata, para a qual estes homens, mulheres e suas culturas e pensamentos eram considerados coisas, sem racionalidade.

Por meio dos passos e caminhos de Kehinde, reconhecemos uma estrada que nos acolhe, composta de intermitente resistência, sabedoria, estratégia e laços comunitários. E igualmente perfilada de toda a violência, negação e racismos que marcam a nação brasileira desde o seu nascimento à sua continuidade. ■

## Autoria

Fernanda R. Miranda é doutora em Letras na área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo e professora Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará (UNIFESSPA). É autora do livro “Silêncios prEscritos: estudo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)”

## Referências

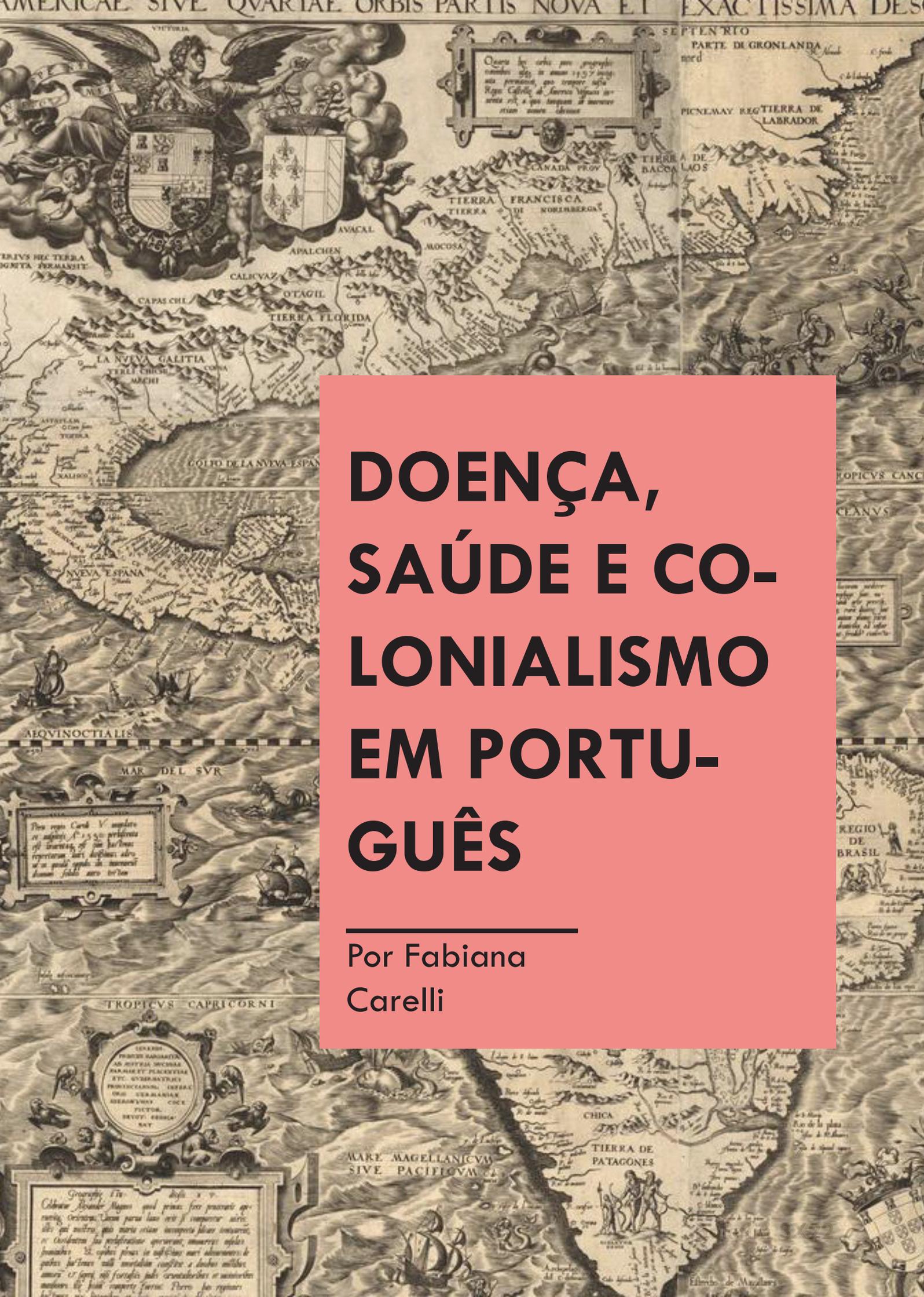
GAMA, Luiz (2011). Carta a Lúcio de Mendonça: São Paulo, 25 de julho de 1880 In: FERREIRA, Ligia Fonseca. Com a palavra Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, p. 199-204.

GONÇALVES, Ana Maria (2014). Um defeito de cor. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record.

GONÇALVES, Ana Maria (2017). Uma ficção à procura de suas metáforas. In: Suplemento Literário Pernambuco, n 132.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. “Circulação de mundos no romance”. In: MIRANDA, Fernanda Rodrigues de; OLIVEIRA, Maria Aparecida Cruz de. (Orgs.) Ana Maria Gonçalves, cartografia crítica. Brasília: Edições Carolina, 2020.

REIS, João José (1986). Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês, 1835. São Paulo: Brasiliense.



# DOENÇA, SAÚDE E CO- LONIALISMO EM PORTU- GUÊS

Por Fabiana  
Carelli

## "DOENÇA DO SONO"

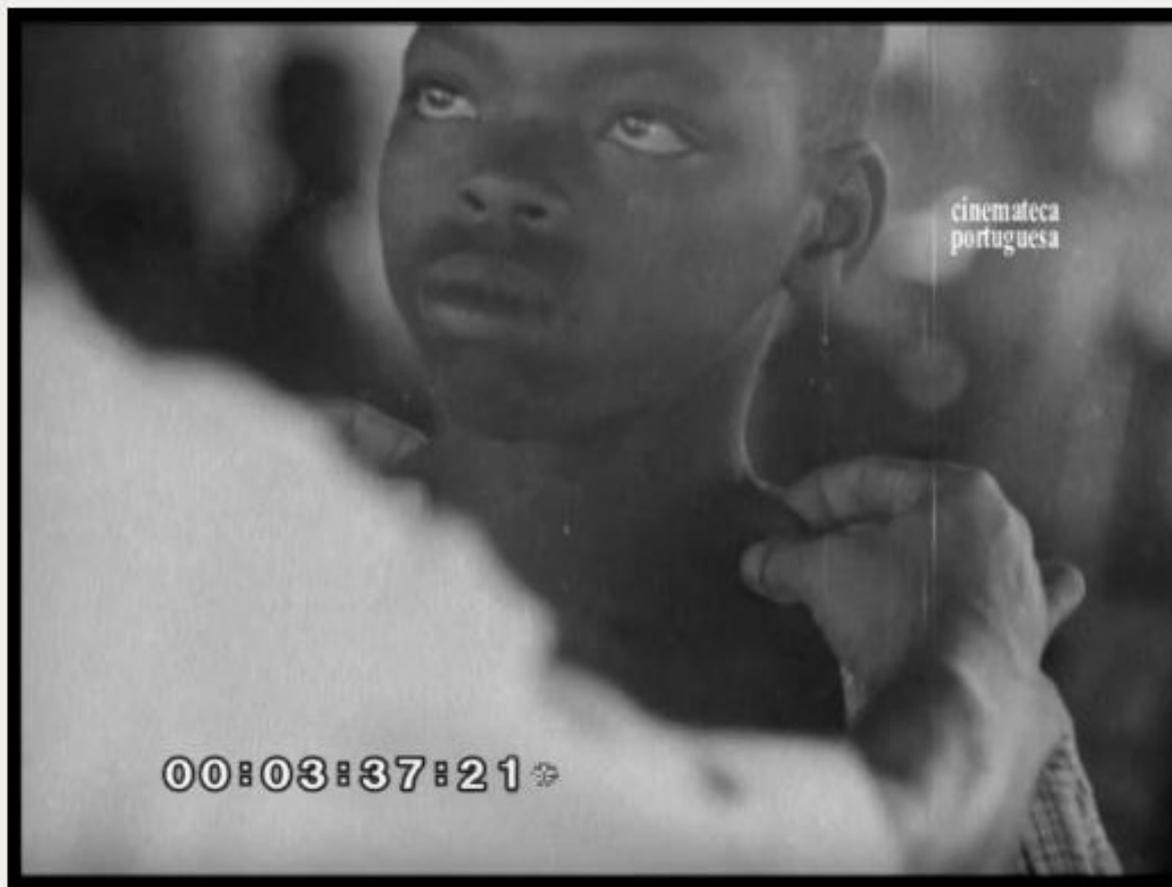


Foto: Cinemateca Portuguesa

“As coisas que eu sei de mim  
São pivetes da cidade  
Pedem, insistem e eu  
Me sinto pouco à vontade  
Fechada dentro de um táxi  
Numa transversal do tempo”

Aldir Blanc e João Bosco,  
“Transversal do tempo”

O projeto 3x22 da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo, vem propondo, para o ano de 2022, um olhar transversal sobre a cultura brasileira a partir da comemoração de duas efemérides fundacionais da nossa História: a proclamação da independência (1822) e a Semana de Arte Moderna (1922), que seria, para Oswald de Andrade e outros artistas que dela participaram, um novo e mais radical grito do Ipiranga: poético, mestiço, popular, iconoclasta. Como a voz lírica da canção de Aldir Blanc e João Bosco, estamos, nesse palimpsesto proposto pela BBM, “numa transversal do tempo”, mise-en-abyme de histórias repetidas, repropostas, recolocadas, retocadas, reprimidas, resgatadas e que, ao atravessarmos, também nos atravessam. “Uma faca só lâmina” no meio do peito, para usar a expressão de João Cabral de Melo Neto.

O olhar do historiador atravessa o tempo como faca que trincha o coração de uma galinha. Como o bisturi do cirurgião atravessando as camadas superficiais do corpo até chegar ao cerne, ao centro. Ao cisto. A História sangra. Disso sabemos. É preciso suturar bem as feridas. E, apesar de há milênios superada (desde Santo AGOSTINHO, 2016) a concepção cíclica do tempo, apesar de já termos fragmentado a História (o passado é “imagem que relampeja irreversivelmente”, diz BENJAMIN, 1987, p. 224) e decretado o seu fim (FUKUYAMA, 1989), ainda permanece, com Marx, o apavorante fantasma do “eterno retorno” como abismo. Sem ao menos uma certa consciência do passado, deslizaremos pelo sinuoso escorregador de Cronos para um futuro vazio, uma espiral de eventos pregressos?

“Hegel observa em algum lugar que todos os grandes fatos e pessoas da história mundial acontecem, por assim dizer, duas vezes: [...] uma vez como tragédia, a outra como farsa”, diz Marx (2011).

Que o olhar do historiador atravessa o tempo, portanto – e deve atravessá-lo, sob o risco de fatalmente escorregar, e nos fazer escorregar, pelas cascas de banana/vestígios do passado no presente –, isso sabemos. Mas seriam os fatos, as pessoas de outros tempos, capazes de romper de volta a gaze fluida, as camadas sedimentadas, os sons abafados, o sangue coagulado das feridas mal cerzidas, e nos furar de volta os olhos?

Observe o leitor ou leitora a imagem que abre este artigo, fotograma de “Doença do sono”, um “quase-não-documentário” de 4’15” pertencente ao acervo do Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM) da Cinemateca Portuguesa. O amontoado de planos “não montados” (segundo a ficha da Cinemateca), sem data precisa (mas certamente da década de 1950), mostra, sob o ponto de vista português, uma força-tarefa médica colonial para a detecção e tratamento

da tripanossomíase humana africana (HAT, na sigla em inglês), a “doença do sono” do título, em Angola. Tal moléstia é uma infecção parasitária transmitida por moscas tsé-tsé e é considerada endêmica em certos países da região subsaariana. De acordo com o site da organização Médicos sem Fronteiras, durante muito tempo o tratamento foi feito com um remédio muito tóxico, derivado do arsênico, que levava à morte 1 entre cada 20 pessoas medicadas.

Então. Observe o leitor ou leitora o fotograma que abre este artigo. Em “Doença do sono”, há imagens de documentos. Há imagens de amostras de sangue. Há imagens da paisagem. Há imagens de nativos. Há a imagem de uma família de colonos portugueses cujo pai, com o dedo em riste, mostra a paisagem conquistada (que não se vê), demonstrando, satisfeito, a posse da terra “até onde a vista alcança”. E há também várias, muitas imagens da ação médica colonial.

Nesse contexto, os encontros clínicos são chocantes. Os nativos, em fila, com ar de pavor, vão entrando nos “consultórios” improvisados em grandes choupanas abertas, cobertas de palha, para serem testados para a tripanossomíase. São etiquetados, como gado, pelo pescoço. Apalpados. Perfurados. Despídos à força.

Os médicos, em frente aos grandes microscópios, sorriem. O espectador é levado a acreditar, pelo olhar oficial da câmera, que se trata de uma ação benemérita. Civilizatória. O menino do fotograma acima recebe exatamente o mesmo tratamento. E responde, com os olhos, ao tratamento que lhe dedicam. Pergunto ao leitor ou leitora: o olhar desse menino de algum modo o/a interpela?

No segundo semestre de 2016, passei vários dias fechada numa sala escura do ANIM, perscrutando películas, fitas de videocassete, arquivos em nuvem, em busca de imagens médicas na África colonial portuguesa. Encontrei muitos filmes feitos pelo cinema ofi-

cial de propaganda salazarista, os chamados jornais de atualidades. Vi também documentários mais longos, alguns filmes de ficção. Mas o olhar daquele menino foi sem dúvida o mais chocante. Ele me assombrou durante dias, apavorou minhas noites de insônia no prédio de duzentos anos onde eu então morava, o passado pelas frestas. Na sua transversal do tempo, faça que se afundava nas minhas conjuntivas assustadas – o que aquele olhar me devolvia?

É do cineasta Andrei Tarkovski a afirmação de que o cinema “é tempo em forma de fato”, pois “fixa o tempo nos seus índices perceptíveis pelos sentidos” (apud BELLO, 2008, p. 115). Para André Bazin, as imagens fotográficas, que o cinema coloca em movimento, essas “sombras cinzentas ou sépias, fantasmagóricas, quase ilegíveis” tornaram-se, na fotografia, “vidas paralisadas em suas durações, libertas de seus destinos”, já que a fotografia, por seu próprio advento, “embalsama o tempo” (BAZIN, apud XAVIER, 1983, p. 126).

Na transversal do tempo aberta pelo olhar do menino em “Doença do sono”, temos a concepção das colônias doentes, a serem “salvas” pelo colonizador. Temos a imposição de uma visão ocidental de doença e saúde que, se por um lado tem como objetivo primordial e humanitário o “salvar vidas”, por outro postula a pergunta: salvar vidas para quê?

Na coleção colonial da Cinemateca Portuguesa sobre África, um recurso estilístico comum da montagem utiliza o que identifico como a fórmula euclidiana (a partir da célebre obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha) a terra – o homem – a luta. Frequentemente, imagens da paisagem dão lugar a cenas sobre os recursos naturais das colônias (minerais, vegetais e animais) e o “processo civilizatório” do colonizador sobre eles (a mineração, a agricultura, a pecuária). São inúmeras as cenas do gado sendo colocado em currais, lavado e vacinado e, na sequência, cenas análogas com... os nativos.

Salvar vidas para quê? Com o quê?

Vladimir Safatle, a partir de Foucault e de Georges Canguilhem, questiona: “afinal, o sofrimento é um ‘fato que fala por si mesmo’ ou é um fenômeno que é levado a falar no interior de contextos sócio-históricos determinados?” (SAFATLE, 2011, p. 12). “Recorreu-se à medicina como um instrumento de manutenção e reprodução da força de trabalho para o funcionamento da sociedade moderna”, diz Foucault (2010, p. 188). Na África colonizada por Portugal, o tratamento em massa dos nativos por ações da medicina ocidental foi (mais) um instrumento de dominação.

De um campo de ação médica no sul de Angola, anos 1950, um menino desafia com o olhar aqueles que o tocam.

Brasil, 2022. Estaremos libertos?

Só posso terminar com Oswald – entre 1822 e hoje:

Quando o português chegou  
Debaixo duma bruta chuva  
Vestiu o índio  
Que pena!  
Fosse uma manhã de sol  
O índio tinha despido  
O português



## Autoria

Fabiana Buitor Carelli é professora Livre-Docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Possui pós-doutoramento pela University of Minnesota e pela Universidade de Lisboa. Tem experiência em estudos comparados de literaturas de língua portuguesa com ênfase nas relações entre cultura e política, literatura e oralidade, literatura e cinema, literatura e outras formas do saber.

## Referências

- AGOSTINHO, S. A cidade de Deus. 5a. ed. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.
- BELLO, M. DO R. L. Narrativa literária e narrativa fílmica: o caso de Amor de Perdição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política (I). 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARELLI, F. B. Pode o subalterno pensar? Literatura, narrativa e saúde em português. Curitiba: Editora CRV, 2020.
- FOUCAULT, M. Crise da medicina ou crise da antimedicina. *Verve*, v. 18, p. 167–194, 2010.
- FUKUYAMA, F. The End of History? *The National Interest*, n. 16, p. 3–18, 8 ago. 1989.
- MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- SAFATLE, V. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. *Scientiae Studia*, v. 9, p. 11–27, 2011.
- XAVIER, I. A experiência do cinema. 4a. ed. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

**UMA  
CORRESPONDÊNCIA  
TRANSATLÂNTICA  
ENTRE  
GONÇALVES DIAS  
E  
MAIA FERREIRA:  
A MINHA PÁTRIA É A  
MINHA LÍNGUA**

---

Por  
Pedro Moreira

**P**rovindo de uma família de militares e burocratas, José da Silva Maia Ferreira (1827-1881) nasceu em Luanda, Angola, na primeira metade do século XIX. Considerado o primeiro poeta publicado em Angola, na verdade, foi o primeiro angolano natural a publicar um livro de poesias por lá: *Espondaneidades da minha alma* (1849). Contudo, viveu apenas em território africano de forma intermitente e nos primeiros sete anos, transferindo-se com a família para o Brasil por motivações políticas relacionadas ao seu pai. Mais tarde foi estudar em Portugal. Ainda, o poeta viveu um período nos Estados Unidos. Acumulou funções públicas e mercantis nos países em que habitou.

O trânsito entre a terra natal, a metrópole e o outro país colonizado, que havia se tornado independente há poucas décadas, marcaram sua escrita. Evidencia-se isso na “correspondência” entre o poema “À minha terra”, no qual Maia Ferreira explicita o que pode-se chamar ‘as saudades da terra’ e o poema de Gonçalves Dias (1823-1864), “Canção do exílio”. Escritos em anos e em circunstâncias distintas<sup>1</sup>, ambos os textos guardam entre si uma intertextualidade que é interessante de ser analisada. Tratam dos temas da terra natal, da distância e da saudade de um lugar-de-origem que são romanticamente formulados.

Diferentemente do poema de Gonçalves Dias, que inicia com “Minha terra tem palmeiras / Onde canta o Sabiá”, apontando as inúmeras qualidades e, ao mesmo tempo, tecendo uma espécie de justificação da saudade da terra natal, Maia Ferreira começa seu poema apontando tudo quanto não há em sua terra: “Minha terra não os cristaes / Dessas fontes do só Portugal, / Minha terra não tem salgueiraes, / Só tem ondas de branco areal.” Aqui, cabe a seguinte pergunta: para Maia Ferreira, em que consiste a justificação da saudade de sua pátria? Uma vez que, contrapondo-se os elementos presentes na Europa e no Brasil, presume-se que na visão do sujeito poético, não é apenas a beleza natural ou charme local que sustentaria tal sentimento de perda em relação ao lugar de origem. Também, cabe perguntar se a operação realizada pelo eu-lírico não se trata de uma depreciação da terra natal em favor da terra do exílio e da metrópole. Onde fica o tão conhecido sentimento característico do Romantismo – ao qual o poeta é tradicionalmente vinculado – de patriotismo? Para Machado & Borges (2013), Maia Ferreira, contrariando o pressuposto de um nacionalismo Romântico,

Exalta em seus poemas grandiosamente Portugal, terra do colonizador, na tentativa de comparar com sua própria pátria. No entanto, ao compará-la, acaba por inferiorizá-la diante de Portugal e até mesmo do Brasil, ex- colônia de Portugal. (p. 2)

Cumprir verificar, assim, se tal contradição se sustenta, ou se, utilizando-se de retórica, Maia Ferreira tece, na verdade, um hino à terra natal sem dispor dos mesmos artifícios manejados por Dias. O poeta brasileiro escreve:

Nosso céu tem mais estrelas,  
Nossas varzeas tem mais flores,  
Nossos bosques tem mais vida,  
Nossa vida mais amores.

Dias contrapõe o “nosso” ao “deles”, traçando um limite entre o que lhe é próprio e o que lhe é estranho. E, nessa tensão, sobressaem-se as qualidades inerentes ao “nosso” em detrimento do que é estrangeiro. Observa-se, assim, um jogo entre o eu e o outro, que é muito comum ao sentimento patriótico, uma vez que ele exhibe e exige um sentido de identidade fundamentado nos atributos naturais e culturais de determinado povo em contraste com os

mesmos elementos de outras sociedades e culturas.

No volume II da obra fundamental *Formação da literatura brasileira*, Antonio Candido escreve que o Romantismo:

consiste porventura na felicidade com que as sugestões externas se prestaram à estilização das tendências locais, resultando um momento harmonioso e íntegro, que ainda hoje parece a muitos o mais brasileiro, mais autêntico dentre os que tivemos (1974, p. 15).

Desse modo, entende-se como a busca pela identidade nacional foi crucial para o desenvolvimento da literatura romântica. O mais brasileiro consiste em “fundar”, como queriam muitos autores desse período, uma literatura nacional e independente, contemporânea das atividades político-ideológicas da formação e independência do recente estado nacional brasileiro. Gonçalves Dias, como diz Candido, ajuda a consolidar esse nacionalismo que, ainda que seja à parte da referida escola literária, encontrou nela “um aliado decisivo” (1974, p. 15). Além disso, verifica-se uma “influência externa” que funciona como um disparador do sentimento nacional: se os países europeus cultivaram esse nacionalismo romântico, isso não significa que o nacionalismo brasileiro ou angolano, por exemplo, seja simplesmente repetição.

A exaltação da exuberância natural do país não ocorre, pelo menos não de maneira explícita na superfície do texto de Maia Ferreira, como argumentam Machado & Borges (2013): “É perceptível que a Pátria Brasileira ou mesmo Portugal é apresentada por Ferreira Maia com mais exaltação do que sua própria terra, Angola” (p. 4). Isso seria ocasionado pelo processo de colonizador que lega uma baixa autoestima ao sujeito colonizado. Assim, Maia Ferreira estaria celebrando as cores próprias de Portugal e do Brasil, países

nos quais viveu boa parte de sua vida adulta em detrimento da “ausência” de atributos presentes em Angola. Porém, é preciso questionar até que ponto a escolha vocabular do poeta reafirma essa ideia ou se é um recurso linguístico de retórica.

Tal ausência, apontada pelas pesquisadoras, de uma afirmação positiva nos versos de “À minha terra”, como acontece nos versos de “Canção do Exílio”, é pretexto suficiente para declarar que ele não nutria um verdadeiro sentimento romântico de nacionalismo por sua terra natal? Aparentemente, essa leitura do poema de Ferreira é uma redução fácil, que se enquadra bem como texto exemplar de uma ideia sócio-histórica de que os colonizados seriam cooptados pela ideologia dominante, sem resistência ou contraposição. É preciso ter prudência, uma vez que isso significaria realizar uma leitura literal de Maia Ferreira, ou pior, colocá-lo na posição de inferioridade face às influências portuguesas e brasileiras sem uma justificação mais aprofundada disso. Portanto, é preciso questionar, também, a noção de Estado-Nação ou de comunidade às quais o poeta pertence.

Faz-se necessário, assim, dizer do poeta angolano que a noção de trânsito é fundamental para compreender as relações sociais, político-ideológicas e poéticas entre sua biografia e sua obra. Primeiro, ele era de uma família euro-angolana, isto é, não se tratava de uma família de ancestralidade angolana, mas de origem europeia e financeiramente abastada. Esses marcadores sociais importam porque o ponto de vista, o local de onde ele escreve é especificamente de privilégios. Segundo, Maia Ferreira viveu em trânsito entre Angola, Brasil, EUA e Portugal. De fato, era um cosmopolita, pois não fixou residência prolongada em um único país. Como esperar dele uma forma simplista de nacionalismo? Pergunta-se: a qual nação ele se considerava pertencente? Ensaia-se uma resposta: às três, ou quatro em que viveu e se formou. Por isso,

as influências externas do sentimento patriótico têm um peso ainda maior na escrita de Ferreira, uma vez que ele as experienciou concretamente. Não é de se estranhar que tenha voltado-se para as paisagens próprias de Portugal e Brasil e tentado equipará-las com as de Angola que é, inegavelmente, sua terra de origem – e isso não é sem importância. Porém, como pretendido neste ensaio, sobressai-se um sentimento de pertencimento, mais do que de patriotismo com o mundo lusófono. É na correspondência transatlântica que reside tal sentimento. Isso ocorre, de modo poético, como no verso do português: “Minha pátria é a língua portuguesa” (PES- SOA, 1986, p. 358).

No bojo das relações coloniais, estão presentes diversos dispositivos de dominação econômica, cultural e social. “A colonização é um processo totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do colo: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais” (BOSI, 1992, p. 15). Assim, espera-se que um poeta, neste caso específico, esteja condizente com a realidade afirmada de submissão. A isso soma-se a ideia do Romantismo de fundação de uma nação, no caso latino-americano, de uma nação independente, possuidora de uma literatura que expressa as cores locais de seu povo. Há, ainda, a busca por referências de como realizar tal empresa literária. Na relação das literaturas em língua portuguesa, não foi incomum, como acontece entre Dias e Ferreira, tal correspondência. Tendo o Brasil alcançado a independência da metrópole antes que Angola o fizesse, além da elaboração de um sistema literário há mais tempo, é compreensível que o poeta angolano – considerado pioneiro em Angola – buscasse como referência a poesia romântica brasileira, bem como a portuguesa. Ao tecer intertextualidade com o texto de Gonçalves Dias, Maia Ferreira mira um modelo que afirma as cores locais do Brasil e, portanto, bem como o quer

as autoras Machado & Borges, de caráter nacionalista. Seria contraditório que, divergente, não fizesse algo semelhante em relação ao próprio país. Ou à própria língua-pátria.

Maia Ferreira tem um direcionamento que aparece na capa de seu livro *Esportaneidades da minha alma* (1849): às senhoras africanas. É às mulheres africanas – aqui representando o povo angolano – a quem ele se dirige. Ao utilizar o leitmotiv “Minha terra não tem”, talvez um lugar-comum entre sujeitos colonizados que veem-se levados a crer no mito da superioridade étnico-cultural do dominador europeu, ele fala de igual para igual com essa tendência, falseando uma concordância para “vencer” retoricamente ao afirmar algo que é convencional, porém irrealista. Como seria possível existir, de fato, uma natureza mais bela do que outra? À parte das inúmeras variações de bioma, fauna e flora, não seria a natureza um valor em qualquer parte? Como hierarquizar tais diferenças? Assim, acredita-se, neste ensaio, que Maia Ferreira, ao utilizar à exaustão o “não tem”, lança mão, na verdade, de um recurso poético de afirmação pela negação, pois é evidente que as paisagens naturais de sua terra natal não divergem, em valor, daquelas da metrópole nem daquelas do país do exílio, em que ele compõe o poema.

Nesse sentido, os recursos linguísticos empregados por Maia Ferreira não significam necessariamente uma posição do eu-lírico que olha com mais atenção e carinho para as paisagens portuguesas e brasileiras. Pelo contrário. Ao “inaugurar” uma tradição poética angolana, e especificamente tratando do poema “À minha terra”, Ferreira escolhe o modelo de uma outra colônia e não o da metrópole. É em Gonçalves Dias, seguramente nacionalista, que ele se apoia para poder dizer coisas de modo semelhante, ainda que não de maneira mimética. A expectativa de que a intertextualidade encontrada entre os poemas dos dois poetas “colonizados” seja

a de igualdade é imprudente, já que pode levar a leituras rasas do poema do angolano.

Sobre a questão colonial, ainda, Rita Chaves escreve:

o processo de submissão demanda ações que conduzam a uma total desvalorização do patrimônio cultural do dominado. No limite, ele deve ser desligado de seu passado, o que significa dizer, exilado de sua própria história. No lugar, acenam-lhe com a possibilidade de integrar uma outra, mais luminosa, mais sedutora, cujo domínio lhe asseguraria um lugar melhor na ordem vigente. A artificialidade se impõe, desfigurando o sujeito que tem cortada a ligação com seu universo cultural sem chegar jamais a ter acesso efetivo ao universo de seu opressor. O artifício, quando eficiente, transforma o colonizado numa caricatura. (2005, p. 15).

A partir do que é exposto pela pensadora, entende-se que, embora os processos de dominação levem à crença na inferioridade do povo colonizado, a poesia não trava uma relação de imitação com a realidade. De modo diverso, pode-se dizer que a poesia elabora, de modo poético e, portanto, pertencente à ordem de um outro saber que não filosófico-científico, uma afirmação pela negação – no caso de Maia Ferreira. Ao “inaugurar” uma poesia escrita por um angolano nato sobre Angola, pode-se dizer que ele afirma o sentimento de orgulho em relação à terra de origem. Ou seja, Maia Ferreira não exprime uma preocupação de afirmar o óbvio (que seu país tem, sim, belezas naturais como qualquer outro), mas emprega recursos de imagem poética para equiparar as qualidades naturais dos três países: Portugal, Brasil e Angola. Inclusive, isso aparece de modo enfático, diferentemente de Gonçalves Dias, cuja relação com o país colonizador (Portugal) e colonizado (Brasil) só pode ser recuperada tendo em vista a biografia do poeta. Lê-se em “À minha terra”:

Tem palmeiras de sombra copada  
Onde o soba de tribo selvagem,  
Em c’ravana de gente cansada,  
Adormece sequioso de aragem.

Empinado alcantil dos desertos  
Lá se aninha sedento Leão  
Em covis de espinhais entr’abertos,  
Onde altivo repousa no chão.

Nesses montes percorre afanoso,  
A zagaia com força vibrando,  
O Africano guerreiro e famoso  
A seus pés a pantera prostrando.

Ao prosseguir o poema com afirmações – desta vez positivas – sobre sua pátria natal, o sujeito poético arremata, com elegância e sutileza, um recurso

poético que nega para depois afirmar. Se tal sutileza leva a algumas leituras equivocadas de uma suposta inferioridade do eu-lírico, é consequência de uma leitura apressada que busca exemplificar teorias sociais do colonialismo no poema de Maia Ferreira. Desse modo, o preocupante é saber a origem dessa chave de leitura. Quais lentes veste-se ao ver em Maia Ferreira um não-nacionalismo, ou uma contradição com o que postula o Romantismo? Cumpre dizer alguma coisa sobre as relações transatlânticas que o intertexto entre o poeta angolano e o poeta brasileiro permite entrever, pois é no trânsito atlântico que reside a força poética da afirmação de um pertencimento que, muito mais que ser geograficamente localizado, vai ao encontro de uma localização cultural em constante movimento.

Falando, especificamente, da experiência de abdução em massa de pessoas negras africanas – mas que creio ser interessante extrapolar os limites do objeto de análise à experiência, como um todo, do intercâmbio cultural e poético do africano com o americano –, a poeta e pensadora Beatriz Nascimento formula:

O que é a civilização africana e americana? É um grande transatlântico. Ela não é a civilização atlântica, ela é transatlântica. Foi transportada para América um tipo de vida que era africana. É a transmigração de uma cultura e de uma atitude no mundo de um continente para o outro, de África para América. (...) Ele [o homem escravo] troca com o outro a experiência do sofrer. A experiência da perda da imagem. A experiência do exílio.” (ÔRÍ. Direção de Raquel Gerber, 1989).

Nesse sentido, a experiência dos poetas de língua portuguesa do afastamento das terras natais (África e América) é transatlântica, bem como é transatlântica a modulação das identidades nacionais e culturais dessas sociedades, que sofreram um atravessamento mútuo na história dos últimos séculos. Não seria diferente com as respectivas literaturas. Tais atravessamentos necessitam ser esmiuçados. Trata-se, portanto, de uma correspondência poética entre Dias e Ferreira, de um diálogo transatlântico potente e revelador. A colonialidade, bem como qualquer tipo de resistência – palavra muito em voga no Brasil de hoje – não é experienciada de uma única maneira. Assim, Maia Ferreira não apenas resiste, mas propõe. Ao não desacreditar os “primores” de Portugal e do Brasil, ao colocá-los em pé de igualdade com os de Angola, o poeta engendra um sentimento de pertença não geográfico, mas sim de identidade cultural que tem, por calço, a própria língua portuguesa. ■

## Autoria

Pedro Moreira é formado em Letras: Português e Inglês pela Universidade Federal do Rio Grande e é autor da coletânea de poemas *Malemá* (São Paulo: Patuá, 2021).

## Notas

1. “Canção do Exílio” foi escrito em 1843, em Coimbra. Já o poema “À minha terra” foi escrito em 1846, no Rio de Janeiro.

## Referências

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CHAVES, Rita. O passado presente na literatura angolana. In: *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê, 2005.

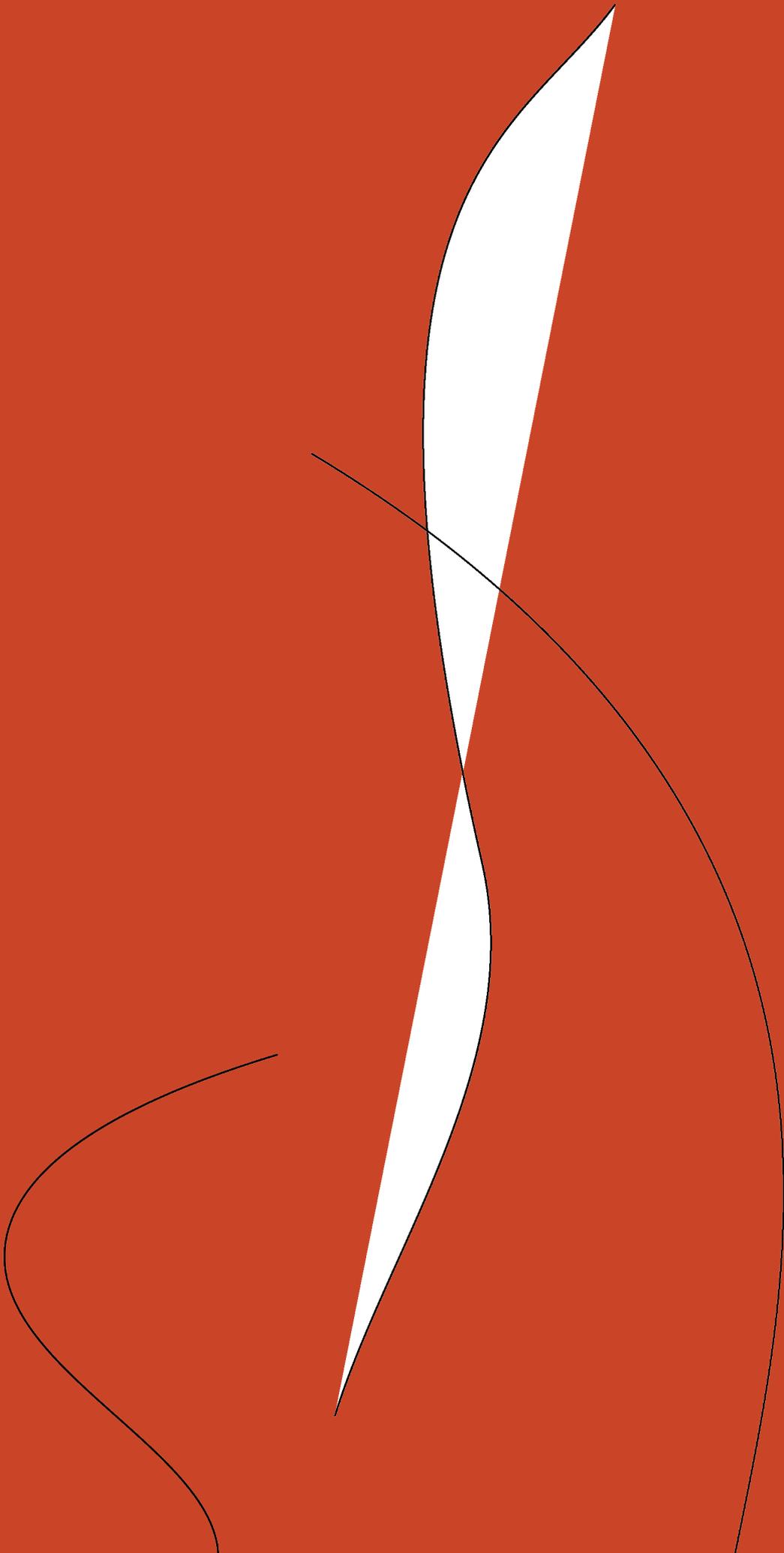
DIAS, Gonçalves. *Primeiros cantos*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1846.

FERREIRA, Maia. *Espontaneidades da minha alma: às senhoras africanas*. Intro. e org. por Francisco Topa. Porto: Sombra pela cintura, 2018. Ed. fac-símile da primeira edição saída em 1849.

MACHADO, D. BORGES, T. Uma visão da pátria por Gonçalves Dias e José da Silva Maia Ferreira. *Anais do SILEL*, v. 3, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

ORÍ. Direção: Raquel Gerber. Produção de Ignácio Gerber. S. Paulo, Brasil, 1989. Versão digital restaurada: 2008. 93 min. Disponível em: <<[https://www.youtube.com/watch?v=g7WaWiOkLLg&t=3344s&ab\\_channel=FlaviaGoa](https://www.youtube.com/watch?v=g7WaWiOkLLg&t=3344s&ab_channel=FlaviaGoa)>> Acesso em 23 mar. 2022.

PESSOA, Fernando. *O livro do desassossego*. Organização de Leyla Perrone Moysés. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.



# Nossa breve palavra sufocada

---

Entrevista com  
Elisa Lucinda

Vencedora do Prêmio Kikito do Festival de Cinema de Gramado em 2020 por “Por que você não chora?”, a poeta, atriz, jornalista, cantora e escritora brasileira Elisa Lucinda conversou conosco sobre história, identidade e a literatura em língua portuguesa no atual contexto sociopolítico.

**3X22: Elisa, por favor, se apresente: quem é você?**

**Elisa Lucinda:** Lucinda... Uma mulher sonhadora que nunca duvidou da parte prática do sonho. E que tem o prazer de caminhar hoje sobre o que já foi sua Utopia, em vários pontos.

**3X22: Em nossa luta anti-racista e anti-colonial, como você vê a participação do brasileiro? Falta-lhe alguma coisa? O quê?**

**E.L:** Falta História! Entender a História! Assim como tem os vikings e a história dos bárbaros da Holanda, a história do Holocausto na Alemanha, história do próprio Vietnã, aquela ignorância americana... Isso é um jeito de contar a história para o próprio povo. E a gente precisa contar nossa história para o nosso povo. Nós precisamos das histórias dos Quilombos, do Zumbi. Nós precisamos das insurreições todas. Dos Malês... A gente precisa entender o que aconteceu com o Brasil, a história que a gente conhece. E que tá nas placas das ruas de nosso país, com esses nomes de generais ainda, não é a história verdadeira. A história verdadeira do povo brasileiro não foi contada para ele e ele caiu no conto da casa-grande, que é um conto de hipocrisia, racismo, truculência, tortura e genocídio.

**3X22: Elisa, diante de toda nossa história como brasileiros, como é para você ser poeta de língua portuguesa?**

**E.L:** É fazer uma reafirmação da minha identidade. É, dominando a língua que nos colonizou e, ao mesmo tempo, usando essa língua, nos traduzir com toda nossa riqueza cultural. Nosso país foi muito mal educado pela casa grande e massacra os pretos dias e noites, em todos os lugares (risos irônicos) onde os brancos mandam, e os brancos mandam em todos os lugares de poder, em geral. Então o Brasil agora está experimentando a versão da realidade, lendo cada vez mais a versão da realidade pelo olhar dos pretos. Esse aquilombamento é um aquilombamento novo. E esse mundo vai virar.

**3X22: O nome do nosso boletim é “Travessias”. Estamos refletindo sobre essa influência de trânsito entre nós, do Brasil, de países africanos de língua oficial portuguesa e de Portugal. Entre Pessoa-Bandeira-Craveirinha, digamos assim. Como esse trânsito literário se faz presente na sua obra poética?**

**E.L:** É uma miscelânea, né, de vozes que se conversam. É de Corsino Forte, de Cabo Verde, à Paulina Chiziane, em Moçambique, sabe? A Craveirinha... É muito... É Solano Trindade e a mim, entendeu? É um novo oceano. É um novo oceano, eu acredito. A pátria da nossa língua, que nós fazemos uma pátria, né? A diáspora se encontra na língua portuguesa em sete países. Então eu acredito nessa nova ordem, nesse novo Atlântico. Um Atlântico que cure o sangue derramado ali. E eu acho que é a palavra que vai fazer esse papel.



**3X22: Elisa, não dá para falarmos de relações transatlânticas lusófonas sem tocar no colonialismo. Se somos hoje um país pluriétnico, multicultural, tendo o português como língua hegemônica, isso ocorreu pela violência perpetrada pelo europeu. Para você, enquanto poeta e atriz, qual o papel ou importância/influência desse passado histórico e cultural em sua poesia?**

**E.L:** Olha, eu vivo tentando reescrever a história, pegar as pontas. Rasgaram o nome da minha bisavó, eu não sei o nome da minha bisavó, rasgaram no oceano. Então cada um tem uma demanda pessoal para dar conta e um conteúdo que vai para a literatura, esse conteúdo vai para a literatura. Isso é uma coisa interessante! A África, a maioria da África, pelo menos as áfricas que eu conheço, são bilíngues. Bilíngue no mínimo, né? Moçambique é bilíngue. Cabo Verde é bilíngue. Todo mundo tem uma língua mãe e a língua do opressor, do colonizador. Isso é no Senegal, isso é na Angola, no Benin... Isso é em tudo quanto lugar. Tem a sua língua de cada lugar. Porque é engraçado: é tão folgado o colonizador, porque ele vai lá, domina aquele povo, caça aquele povo, impõe sua língua, e começa a chamar de dialeto a língua que ele quis desoficializar, a verdadeira. Então a África tem essa habilidade e essa resistência. O continente africano tem vários países que têm, a maioria pelo menos, se não são todos, a sua língua de chão, a sua língua de casa, a sua língua verdadeira, real. O Brasil não tem. O Brasil é imenso e fala o mesmo português só que com sotaques diferentes. Mas eu acho que o que marca para nós, para mim, essa língua, esse código, essa língua mãe, que se fala entre irmãos, que o professor não entende, aqui pra mim é a língua do morro. É língua dos guetos. É a língua que as pessoas não estão sabendo que mensagem está sendo dito ali, a não ser que você seja daquela comunidade. Então eu acredito que o que vem do morro, a música que está saindo do morro, o Funk, o Rap, é o que mais me interessa hoje. Essa palavra, que sempre foi tão sufocada, e que de alguma maneira tá sendo uma alternativa ao poder do tráfico no morro, porque os meninos viram líderes, os meninos viram referência, os rappers e os funkeiros, e ficam ricos. Com meio quilo de ouro no pescoço sem via do tráfico, sem serem parados pela polícia. Isso muda tudo na realidade brasileira. Então eu tenho ouvido muito essa poesia, pra qual eu não tinha tantos ouvidos antes. E entendo que a nossa língua, essa do português falado dos "cria", como diz a própria gíria do morro, das pessoas que nasceram aqui, ali naquele lugar. Eu acredito que a gente possa fazer o que a gente faz com a língua portuguesa, nenhum dos outros países fazem. Todos os outros preservam aquela formalidade do português original e a gente macaqueia, a gente sacaneia. Nosso português é aberto. Nossa Palavra é aberta. É posta na mesa. Eu acho que essa foi uma maneira de abasileirar o colonizador.

**3X22:** Qual o olhar do poeta sobre a realidade? Como a nossa situação política atual é vista pelos olhos do poeta? Se a poesia dá a conhecer ao indivíduo a real experiência do mundo, diante de quase 600 mil pessoas mortas por covid-19, você pressupõe que nossos artistas abordarão esse evento histórico com quais sentimentos? Como você abordaria?

**E.L:** Eu tenho gritado por uma ética do cuidado. E a minha poesia quer que nós cuidemos do planeta, do preto, do pobre, do LGBTQI+, do excluído do bolo. Minha poesia pede justiça, pede a quebra da força neo-nazista, neo-fascista que se instalou e cresce no Brasil. Minha poesia grita com mais força, com mais determinação, porque nossa hora é muito grave. É uma hora perigosa essa em que nós estamos vivendo. E minha poesia grita. Minha poesia vota em Lula! Minha poesia sabe que neste momento é tão sórdido o nosso presidente e tudo o que a turma dele representa, que não mandar o nosso melhor jogador num jogo de campeonato seria suicídio sociológico. Minha poesia grita LULA LÁ! e FORA BOLSONARO! Minha poesia escreve onde, se a guerra é uma solução, deu ruim. Minha poesia quer que homens parem de brincar do comércio da morte.

**3X22:** Temos algo a comemorar em 2022?

**E.L:** Temos. Vamos tirar esse presidente. Comemorar a nossa coragem para tirar esse presidente. Lutar para que mais pessoas tirem seu título de eleitor. Acho que nós temos uma outra coisa para comemorar: nós sofremos muito com a queda das máscaras. Por incrível que pareça, quando estávamos de máscaras, foi quando apareceram mais ainda o que se vê debaixo das máscaras, porque a internet revela e revelou a gente jovem de direita. Olha que frase triste... Revelou tanta baixaria, tanta baixaria. Tanta incongruência... Tanta coisa sórdida em nome de Deus que acho que a gente só pode agradecer. Agradecer por tudo isso que era lama. Que era carnegão do furúnculo que está saindo. É melhor isso do lado de fora do que de dentro, fazendo estrago que sempre fez. Eu sempre soube que nosso país era racista. Sempre sofri pelo racismo do olhar. Agora eles falam. É melhor porque a gente sabe onde é que está e quem é e como combater. ◆





**E**m “O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, um dos ensaios mais lidos e citados pelos estudiosos de literatura, o pensador alemão Walter Benjamin propõe uma dupla caracterização para a figura do narrador: ou se trata do viajante aventureiro, aquele que andou por várias terras e conta em suas histórias o que viu mundo afora; ou se trata do sujeito que, justamente por nunca ter saído de seu local de origem, conhece a fundo suas tradições e pode, como ninguém, fazer delas o melhor relato. Uma e outra tipologia poderiam, ainda segundo Benjamin, ser exemplificadas pelas figuras do “marinheiro comerciante” e do “camponês sedentário”, respectivamente.

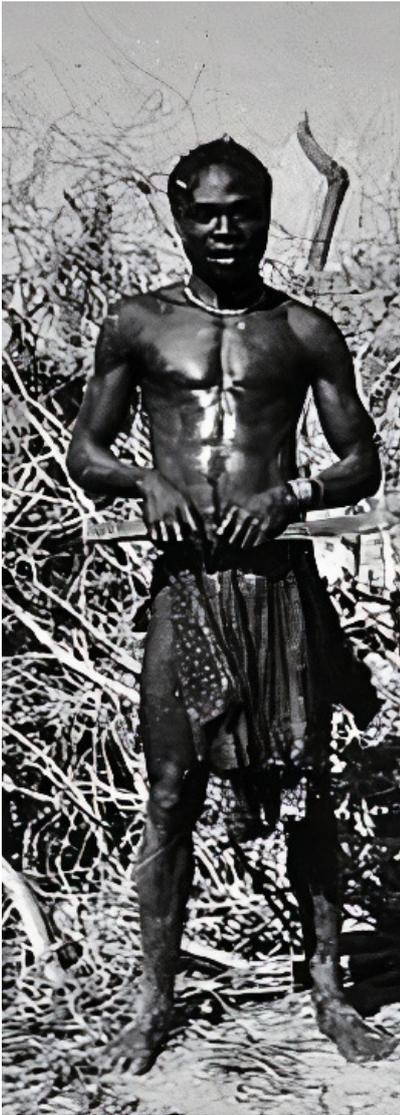
Essa imagem do “marinheiro comerciante” parece servir como uma luva se quisermos descrever boa parte dos textos produzidos durante as navegações portuguesas de fins do século XV e início do século XVI. Tendo se constituído relativamente cedo como estado político organizado, Portugal viu-se territorialmente espremido a leste pelos reinos católicos e pelos califados islâmicos que formariam a Espanha. Nesse cenário, lançar-se ao oceano como forma de expandir os próprios horizontes, inclusive econômicos, fez com que as viagens marítimas e seus relatos frequentassem desde cedo o imaginário português. Viajante foi Camões, que tomou a viagem de seu patrício Vasco da Gama como argumento para a escrita do monumental “Os Lusíadas”, e viajante foi Fernão Mendes Pinto, cujas Pe-

# Gilberto Freyre: um brasileiro em terras muito colonialmente portuguesas

Por Júlio Machado

regrições, vindas à luz postumamente, em 1614, ajudaram a manter viva a imagem da heroicidade portuguesa, abalada pelo desaparecimento de Dom Sebastião e pelo controle espanhol que se seguiu.

Mas, como o mesmo Camões apregoara, “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, e, com elas, o papel dos relatos de viagem em cada novo contexto colonial. Avançando nosso relógio alguns séculos, o suficiente para chegarmos a 1884 e 1885, encontraremos várias delegações europeias reunidas na Conferência de Berlim para decidirem, de forma prepotente, os direitos de posse sobre continentes alheios. Os vários tratados ali assinados consagraram, de um modo geral, a aplicação do conceito de *uti*



*possidetis iuris*, ou seja, a regra de que a soberania sobre um território caberia a quem (Europeu, por certo...) efetivamente o ocupasse. Com isso, deu-se novo impulso às viagens de mapeamento e ocupação e às narrativas delas decorrentes. Entre os portugueses, merecem destaque as figuras de Roberto Ivens e Hermenegildo Capello, que publicaram em 1886 os dois volumes de “De Angola à Contracosta”, extenso relato da viagem realizada por terra entre Angola e o litoral índico de Moçambique. É flagrante o esforço dos autores de vincularem sua ‘aventura’ ao caráter das antigas navegações portuguesas. Comparam-na, por exemplo, à de Vasco da Gama, e a fazem ecoar pelo texto com citações recorrentes de “Os Lusíadas”.

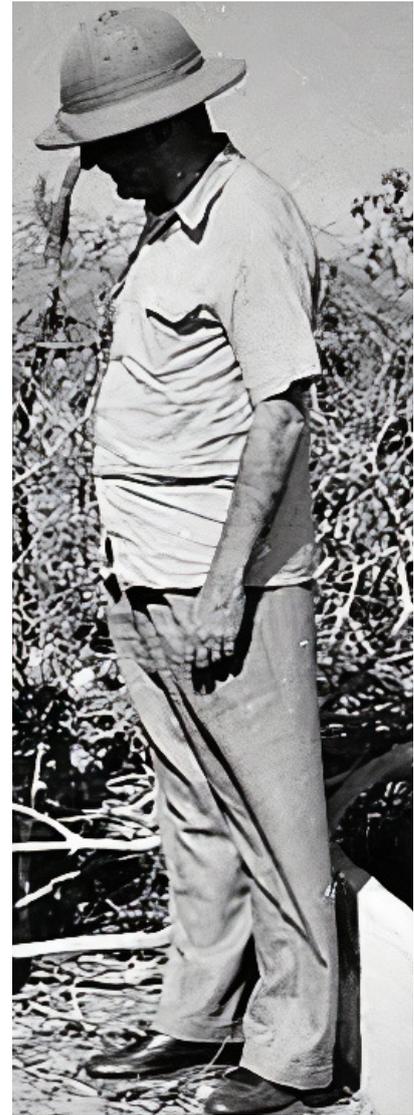


Foto: Revista Bua'la/Reprodução.

Avançando nosso relógio histórico para os anos 1950, chegaremos a um momento em que o que está em questão já não é o avanço dos europeus sobre territórios coloniais, mas, ao contrário, sua retirada deles. Ou, no caso português, ao contrário do contrário, a permanência nesses territórios e a tentativa de justificá-la.

Com a derrota dos regimes nazi-fascistas na Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas, cuja Carta fundadora estatuiu já em seu primeiro artigo o respeito ao princípio de “autodeterminação dos povos”, deflagraram-se os processos de descolonização das antigas possessões europeias. No caso dos antigos impérios coloniais britânico e francês, tais processos se fizeram, majoritariamente, por negociações (alguns, mais ferinos, chamariam de “negociatas”...) que, se por um lado, conferiram independência política a tais territórios, por outro, os conduziu à dependência econômica. Em linhas gerais, a exploração antes feita diretamente pela metrópole passou a ser conduzida por grandes grupos econômicos das antigas metrópoles, numa lógica de zona de influência econômica semelhante à que os Estados Unidos já aplicavam na América Latina. Embora não fosse um de seus membros fundadores, Portugal preparava por essa altura o seu ingresso na ONU, consolidado em 1955, e o regime salazarista se viu num impasse. Por um lado, a adesão à organização implicava admitir



o direito à emancipação dos povos, algo incompatível com a manutenção de um império colonial no ultramar; por outro, Portugal dependia economicamente do que extraía em suas possessões e não dispunha, na metrópole, de uma economia minimamente moderna para vislumbrar processos de descolonização que fizessem do país o centro de uma vasta zona de influência.

A solução ensaiada pelo regime salazarista foi paradoxal e ousada: não abrir mão das colônias, mas dissimular a natureza das relações coloniais apresentando-as como algo distinto. Num primeiro momento, a ação se deu no plano das nomenclaturas, e as antigas colônias, por lei, passaram a ser designadas de “províncias de ultramar”. Mas isso era pouco, a superfície apenas de um projeto de convencimento que demandava mergulhos mais profundos. Como produzir um discurso capaz de demonstrar ao mundo (e a si mesmo, ora pois...) que o que os portugueses fizeram e deveriam continuar fazendo nesses territórios não seria, a rigor, colonização, especialmente se tomada em suas características mais brutais e escorchantes?

As tentativas de resposta a tal questão vieram sobretudo na forma de ações de propaganda em campos diversos, do esporte à religião, da música à literatura. Interessamos, aqui, uma

sugestão dada por José Osório de Oliveira, intelectual empenhado na aproximação cultural do Brasil com Portugal e, nesse momento, próximo ao regime salazarista: convidar o sociólogo Gilberto Freyre, que gozava então de enorme projeção internacional, a viajar pelo ultramar português e a escrever sobre a experiência. Aceita a sugestão, fez-se o convite oficial pelo ministro de Ultramar, almirante Sarmiento Rodrigues, e, entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952, Gilberto Freyre, às expensas do regime salazarista, pôde realizar o que ele próprio denominou de “viagem pelo Portugal de todas as latitudes” (2010, p. 11).

Duas características atribuídas por Freyre ao colonizador português o habilitaram à empreitada: a suposta predisposição a misturar-se com povos de origem diversa, e a também suposta capacidade civilizadora do luso nos trópicos. Conjugadas, tais características teriam sido responsáveis pelo surgimento de uma democracia racial nos trópicos: o Brasil. Qualquer análise empírica da sociedade brasileira demonstraria de maneira inquestionável que a propalada democracia racial brasileira era uma falácia. À época, no entanto, em meio à intensificação dos conflitos raciais nos Estados Unidos, prevalece no cenário internacional a imagem ou, melhor dizendo, a miragem do Brasil como um país plurirracial relativamente harmônico.

Dois livros nascerão da viagem de Gilberto Freyre, “Aventura e rotina”, espécie de diário descritivo, e “Um brasileiro em terras portuguesas”, reunião de artigos e conferências produzidos ao longo do percurso. O título do primeiro já sugere um diálogo, mesmo um embate, com outro estudo clássico da formação brasileira, “Raízes do Brasil” (1936), de Sérgio Buarque de Holanda. O pensador paulista traça o perfil do colonizador português como o de um sujeito aventureiro, apto a singrar os mares e a desbravar novos territórios, mas pouco afeito à disciplina, à estabilidade,

à rotina. Diferentemente de outros povos europeus, caracterizados sobretudo pela racionalidade, o luso seria, antes de tudo, guiado por sua passionalidade. Ora, a tarefa que agora se apresenta não é a da glorificação do espírito de aventura que levou à expansão portuguesa, mas a da justificativa da permanência, da continuidade do português nas terras em que se instalou. Em suma, da criação de uma rotina que enraizou Portugal e os portugueses em terras não europeias. É assim, pois, que Freyre apresentará o colonizador português, como o único agente europeu capaz de conjugar a aventura do desbravamento à rotina da permanência.

Não há espaço aqui para descrever o que vai nos livros. A viagem foi longa e Freyre, que não era de economizar tinta e papel, deu à luz dois calhamaços de mais de 500 páginas. Como síntese muito enxuta, destaco a tônica geral da suposta harmonia racial que o pernambucano teria testemunhado nas possessões portuguesas, indicativo, segundo ele, de que os portugueses, diferentemente dos demais europeus, seriam capazes de promover a civilização dos trópicos sem arroubos de violência. Sugestões dessa suposta harmonia racial são dadas desde o começo da viagem, e, por vezes, de forma caricata. Ao observar, por exemplo, a presença de plantas de origem diversa no Jardim do Ultramar, ainda em Lisboa, ele afirma: “Vê-se aqui, no plano vegetal, não só gato junto a cachorro, como branco fraternalmente junto a negro.” (2010, p. 41). A mística da confraternização racial, no entanto, não se limitaria a imagens caricaturais. Em Angola, ao descrever um baile de Ano-Novo em Vila Luso (atual cidade de Luena), a comparação com o Brasil e nossa suposta harmonia racial é explícita: “Uma comemoração de Ano-Novo que me recorda as do Brasil. Um ambiente brasileiríssimo do ponto de vista sociológico: o da confraternização de pessoas brancas com as de cor.” (2010, p. 405); e “Em Vila Luso, as músicas de dança brasileiras parecem harmonizar-se com o ambiente deliciosamente luso-tropical dessa Garanhuns ou Nova Friburgo angolana, onde louros dançam com mestiças, rapazes de cor bailam com moças ruivas; e o ar que se respira é tão fino como se fosse quase o sol do sul da Europa.” (2010, p. 406) Feita já quase ao final da viagem, a descrição prepara o terreno para a expressão categórica do desejo de que, por efeito da presença portuguesa (e só dela, de mais ninguém), cada um dos territórios visitados viesse a ser, a exemplo do Brasil, “uma grande aventura de democracia étnica nos trópicos” (2010, p. 413). Eis a complicada e mesmo acintosa bagagem que Gilberto Freyre traz da viagem.

**Duas características atribuídas por Freyre ao colonizador português o habilitaram à empreitada: a suposta predisposição a misturar-se com povos de origem diversa, e a também suposta capacidade civilizadora do luso nos trópicos.**

## Estamos aqui muito próximos do modo como Freyre vislumbra, no plano cultural, o universo colonial português: um mosaico de manifestações regionais cujo centro nervoso seguiria sendo Lisboa.

E não trouxe só isso. Além dos dois livros nascidos da viagem, trouxe também um regalo que o presidente português mandava a seu congênere brasileiro: um cofre adornado de ouro e de diamantes extraídos na Guiné e em Angola, e com a representação de cada uma das “Províncias Ultramarinas”. Dentro, um livro. Português. Famoso. Aquele em que se descreve a viagem de Vasco da Gama e de certos barões assinalados que, em meio a guerras e perigos esforçados, andaram dilatando a Fé e o Império pelas terras viciosas de África e Ásia: “*Os Lusíadas*”.

Mas e o modernismo com isso? A essa altura, dada a finalidade dessa publicação, tal pergunta precisa ser respondida: que relação as questões suscitadas pela viagem de Freyre guardam com a Semana de 22 e o modernismo brasileiro? Ao menos dois pontos podem ser levantados. Vamos a eles.

Primeiro: sendo o modernismo um movimento que, em linhas gerais, esforça-se por encontrar uma linguagem artística propriamente brasileira, as questões que dizem respeito à tradição portuguesa vêm à baila. Como lidar com ela? É importante atentar que não há uma resposta única, já que o modernismo brasileiro não se constituiu como um movimento homogêneo. Se, por um lado, o grupo paulista pautou-se por uma abordagem mais combativa a respeito da tradição portuguesa (fazendo jus, assim, ao sentimento original do termo ‘vanguarda’), o grupo radicado no Rio de Janeiro, que, na poesia, tinha Manuel Bandeira como principal representante, optou por uma abordagem pautada não pela ruptura abrupta, mas por uma transição paulatina. Em suma, buscava-se uma linguagem estética brasileira, mas sem jogar fora, com

a água passadista do banho, o bebê lusitano ainda na banheira. Quanto a Gilberto Freyre, são evidentes suas relações de afinidade e até de afeto com esse grupo. É a pedido de Freyre que Manuel Bandeira escreve o poema “Evocação do Recife”, e é a Manuel Bandeira que Freyre dedica “Aventura e rotina”. Segundo: se são inegáveis as afinidades de Freyre com o grupo modernista do Rio de Janeiro, seu empenho efetivo ocorrerá, no entanto, em outra frente, a do regionalismo. Capitaneado por ele próprio no Recife, suas intenções, expostas no “Manifesto regionalista” de 1926, apontavam para uma visão do Brasil como uma espécie de mosaico de manifestações culturais regionais. Ora, estamos aqui muito próximos do modo como Freyre vislumbra, no plano cultural, o universo colonial português: um mosaico de manifestações regionais cujo centro nervoso seguiria sendo Lisboa. Não é por acaso que ele afirma ao voltar de sua primeira ida à África: “Dessa vez, volto a Lisboa com um sentimento novo: o de que essa cidade não é simplesmente a base política e histórica de um Portugal europeu mas de um Portugal africano e de um Portugal atlântico.” (2010, p. 290)

Como se sabe, cultura e política estão intrinsecamente ligadas e muitas das lutas de emancipação começaram justamente pelas discussões acerca da emancipação cultural. Depois delas, o embate acirrou-se progressivamente e os defensores da suposta benignidade das relações lusas nos trópicos fingiram não saber que o regime despejava bombas de Napalm em populações civis de Angola, Guiné e Moçambique. As independências viariam, é certo, mas não sem experimentarem, antes, um pouco do Apocalipse. ■

## Autoria

Júlio Machado é professor de Literaturas Africanas em Língua Portuguesa na Universidade Federal Fluminense. Possui doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais, sobre Guimarães Rosa e José Luan-dino Vieira e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo, tendo como tema o trauma e o testemunho em literaturas da diáspora africana.

## Notas

1. No caso francês, há que se destacar a importante exceção da Argélia, cuja independência só foi conquistada após uma guerra brutal.
2. Goa já havia recebido tal designação em 1946; as demais colônias tiveram os nomes alterados em 1951.
3. Atual Jardim Botânico Tropical.

## Referências

BENJAMIN, Walter. "O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In.: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. pp. 213-240.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina. Sugestões de um viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. São Paulo: É Realizações, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26a. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

# ECOS DO MODERNISMO BRASILEIRO (ENTRE AFRICANOS)\*

Por Maria Aparecida  
Santilli

\*Texto originalmente publicado em *Africanidade – contornos literários*. São Paulo: Editora Ática, 1985.

*Moça linda bem  
Operário  
Canto de regressão  
No meio do ca  
Erro de portu  
Solidarieda  
O homem am  
Abaporu  
Pronomia  
Laços de fam  
Hino nacio  
A estudan  
Parque indus  
Os sapor  
Morte e vida se  
O poeta come an  
Poema de sete  
Motivo  
Grande Sertão:  
A rua dos cata  
O apanhador de de  
Pauliceia Desv  
Soneto de fide  
A flor e a ná  
Tecendo a ma  
O capoeir  
Exportaçã*

*A máquina de  
Pneumot  
Vidas se  
O rei da  
Poética  
Moça linda ber  
Operário  
Canto de regressão  
No meio do ce  
Erro de portu  
Solidarieda  
O homem am  
Abaporu  
Pronomia  
Laços de fam  
Hino nacio  
A estudan  
Parque indus  
Os sapor  
Morte e vida se  
O poeta come a  
Poema de set  
Motivo  
Grande Sertão  
A rua dos cat  
O apanhador de  
Pauliceia Desv  
Soneto de fide*

*A máquina do*  
*Pneumotô*  
*Vidas sece*  
*O rei da ve*  
*Poética*  
*Moça linda bem*  
*Operário*  
*Canto de regresso*  
*No meio do ca*  
*Erro de portu*  
*Solidarieda*  
*O homem am*  
*Abaporu*  
*Pronomina*  
*Laços de fam*  
*Hino nacio*  
*A estudan*  
*Parque indus*  
*Os sapos*  
*Morte e vida se*  
*O poeta come an*  
*Poema de sete*  
*Motivo*  
*Grande Sertão:*  
*A rua dos cata*  
*O apanhador de de*  
*Pauliceia Desv*  
*Soneto de fide*

**S**e a “Semana de Arte Moderna” e todo o largo leque do modernismo brasileiro já têm sido bem avaliados entre nós, suas repercussões nas outras literaturas de língua portuguesa ainda não estão devidamente ponderadas.

Quanto ao estímulo de modernismo brasileiro para o embalo das contemporâneas literaturas africanas de língua portuguesa, anunciam-no praticamente em unanimidade os depoimentos dos escritores cabo-verdianos e angolanos, alguns dos quais aqui se arrolarão. E de testemunhos publicados pelos próprios escritores de Cabo Verde e Angola irradia-se o assentimento prazeroso quanto a essas aproximações, como se instauradoras de uma confraternização literária entre povos que, então, já não chegavam apenas à catar-se da ânsia de libertação nacional, mas que encontravam sua hora de se exorcizarem da dependência de colonizados.

Amílcar Cabral, nos “Apontamentos sobre poesia cabo-verdiana”, editados pela primeira vez no Boletim de Propaganda e Informação em 1952<sup>1</sup>, registrou a importância do momento em que a intelectualidade cabo-verdiana, ao passar de São Nicolau para a cidade de Mindelo – São Vicente, à beira do porto Grande, punha-se em contato mais amplo com o mundo, de cujas mudanças pôde

melhor dar-se conta. E, a propósito, comenta a transformação operada no seio dessa intelligentsia, admitindo que teria resultado principalmente de tal contato, em especial com a literatura metropolitana e brasileira, influência que se constituía em “mudar as diretrizes da poesia cabo-verdiana. O poeta, em vez de olhar para as nuvens”, deveria “buscar o sentido da sua poesia na realidade em que vive”. Por sua vez, o prosador Antônio Aurélio Gonçalves, ao tratar dos “problemas da literatura romanesca em Cabo Verde”, buscando explicação de “certos traços da fisionomia das letras de Cabo Verde”, anunciou o fato de que o modernismo brasileiro aportava lá. E, como ponto de vista da maioria, acerca de origens das experiências de uma literatura que tentava os primeiros voos, manifesta crença de essas origens estarem situadas na descoberta de certos valores, “no sentido de personalidades, tanto como no de ideais estéticos” da geração de escritores brasileiros, que conta os nomes de José Lins do Rego, Jorge de Lima, Érico Veríssimo, Jorge Amado e outros romancistas e poetas” (...) “O seu porta-voz tem sido a tão falada revista Claridade. Esta é a receptora imediata das sugestões brasileiras, afirmação que pode ser comprovada, principalmente com o conteúdo dos seus três primeiros números. Para sua

*Moça linda ber*  
*Operário*  
*Canto de regresso*  
*No meio do ca*  
*Erro de portu*  
*Solidarieda*  
*O homem am*  
*Abaporu*  
*Pronomina*  
*Laços de fam*  
*Hino nacio*  
*A estudan*  
*Parque indus*  
*Os sapos*  
*Morte e vida*  
*O poeta come a*  
*Poema de set*  
*Motivo*  
*Grande Sertão*  
*A rua dos cat*  
*O apanhador de*  
*Pauliceia Desv*  
*Soneto de fide*  
*A flor e a n*  
*Tecendo a n*  
*O capoe*  
*Exporta*

saída, concorreu, sem dúvida, o entusiasmo despertado pelas inovações dos brasileiros da década dos noventa e trinta.”<sup>2</sup>

Outro ensaísta e ficcionista, além de historiador e antologista, Manuel Ferreira, ao tratar da fase de auto afirmação da Literatura cabo-verdiana, não só entendeu sua ligação com o Brasil porque país semelhante a Cabo Verde “nas estruturas”, “na sua formação social”, “no seu contexto racial”, como também porque “já com vários romancistas poetas, sociólogos capazes de servirem de capitalizadores às energias acumuladas pelos intelectuais cabo-verdianos mais atentos e dispostos à reformulação cultural”<sup>3</sup>. E quando analisa A “Aventura crioula”, detém-se no exame das relações entre a revista *Claridade*<sup>4</sup> e a literatura brasileira, lembrando, inclusive, as declarações do poeta e romancista Baltasar Lopes sobre o rodízio dos livros brasileiros que chegavam às mãos dos escritores cabo-verdianos: os de Jorge Amado, de José Lins do Rego, de Amando Fontes, de Marques Rebelo. Baltasar Lopes revelara como em “poesia foi um alumbramento a “Evocação do Recife”, de Manuel Bandeira, que, salvo em um ou outro pormenor”, o escritor cabo-verdiano “visualizava com as figuras dramáticas” na “vila da Ribeira Brava”. Outro alumbramento lhe teria sido Jorge de Lima da “Negra Fulô”, do “Menino impossível”, da “Túnica inconsútil”<sup>5</sup>.

Dessa aferição histórica à prática poética de Baltasar Lopes, não vai diferença. Entre os poemas que publica com o pseudônimo de Osvaldo Alcântara, aparece o “Romance de São Tomé”, onde o poeta regressa às origens, às raízes cabo-verdianas, pela recuperação do passado como o Manuel Bandeira do poema de suas simpatias, ou mesmo pela pronta transposição empática do lirismo brasileiro, nos versos em que cantou “A serenata”:

“Vestida de gemidos de bordão,/lancinâncias de violino,/na noite parada/vem descendo a serenata./Sumiu-se a cidade barulhenta/ini-

miga das crianças e dos poetas.//Uma voz canta sentimentalmente um samba.//Os cavaquinhos desmaiam de puro sentimento,/a cidade morreu lá longe,/ e a lua vem surgindo cor de prata.//Nessa história de amor todos são iguais,/até rei volta sua palavra atrás...// O meio tom brasileiro deixa interrogativamente a sua nostalgia...//...”Passa a serenata./ Mas no coração dos que temem a primeira luz do dia que vai chegar/ficam os gemidos do violão e do cavaquinho,/vozes crioulas neste noturno brasileiro/de Cabo Verde.”<sup>6</sup>

Da mesma maneira que Osvaldo Alcântara/Baltasar Lopes, outro cabo-verdiano poeta, Jorge Barbosa, iria ensaiar seus passos literários na redescoberta das raízes nacionais e não sem antes ter navegado pelos mesmos mares poéticos em que se transportava, há séculos, a cultura do colonizador para o colonizado, da Europa às ilhas solitárias do médio Atlântico. Cruzara seu caminho, entretanto, José Osório de Oliveira que, de passagem por Cabo Verde vindo do Brasil, daqui levava uma bagagem especial, arrumada em sua convivência com os paulistas de 22. Jorge Barbosa lera para José Osório um poema a que dera o título de “O banho de Diana”. E José Osório, surpreendido, confessava: “Eu olhava em volta, e via as montanhas nuas como ossos, aquela terra que grita de sede desde o dia em que surgiu das entranhas do globo, e, em face, o mar como um apelo a gentes condenadas. E falei ao poeta, pouco mais ou menos assim: Então você é filho de Cabo Verde; vive aqui, neste pedaço doloroso da terra; nunca viu delícia do mundo que é o Mediterrâneo, nem sabe o que é a doçura de uma fonte, e põe-se a cantar esse tema, tratado por tantos poetas e que só por sugestão literária pode sentir, quando tem aqui, a seu lado, uma paisagem e um povo cujo drama está a pedir uma voz que o interprete para se fazer escutar!”<sup>7</sup>

Não foi em vão a interferência de José Osório, embora tonalizada por uma perspectiva

ainda europeizante: o cabo-verdiano Jorge Barbosa, como os brasileiros de 22 e seus continuadores, acabou por exercitar a leitura da realidade cabo-verdiana com lentes próprias, pelo corte arqueológico das camadas culturais de seu país, revolvendo os escaninhos da memória nacional. Como testemunho dessa visão liberada pelo menos dos toques do maravilhoso e do exótico, típicos da literatura dos viajantes com passaporte europeu e fruto da surpresa, do estranhamento de sua cultura às culturas africanas, Jorge Barbosa apresenta, em 1935, os poemas de estreia na demanda de uma poesia nacional, com o título de “Arquipélago”<sup>8</sup>. A estes se seguiram os de “Ambiente” e, por fim, os de seu último livro, “Caderno de um ilhéu” no qual chega a compor um poema – “Carta para Manuel Bandeira” e dois outros congêneres para o Brasil, o primeiro ao cuidado de Gilberto Freire e o segundo com carga para Ribeiro Couto (a quem o cabo-verdiano Manuel Lopes, de “Crioulo e outros poemas”, também ofereceria dois).

Na “Carta para Manuel Bandeira”, Jorge Barbosa, declarado leitor de um só poema do escritor brasileiro, aspira a resolver a tensão poética instaurada por Bandeira, a encontrar um epílogo feliz para o percurso do mano-poeta na busca de sua estrela da manhã, como a querer consumir na poesia de lá o que não se solucionasse na poesia de cá.

Na “Carta” de cabo-verdiana morabeza “para o Brasil”, em que o poeta de lá se apresenta, via Gilberto Freire, aos do atlântico de cá, instituem-se os pontos de referência por ele imaginados no Brasil, para a comparação por similaridade com Cabo Verde. Ou seja, por analogia com Cabo Verde, desenha-se um Brasil que o poeta cabo-verdiano pressupõe só alcançar liricamente, onde localizaria o Ribeiro Couto das cidadezinhas do interior, sediaria o Manuel Bandeira para uma fala de poeta (cabo-verdiano) a poeta (brasileiro) e encontraria o Dr. Jorge de Lima para a consulta de poeta (cabo-verdiano) e receita de poeta (brasileiro).

Fica, assim, selada uma correspondência em estima literária, entre Cabo Verde e o Brasil, pelo correio diplomático-poético dessa forma inaugurado.

Enquanto Jorge Barbosa adere, sem restrições, à postura de Bandeira, outro poeta de Cabo Verde, Ovídio Martins, se manifestaria, depois, em resistência, numa coleção de poemas juntados com o título “Gritarei berrarei não vou para Pasárgada”<sup>9</sup>.

Em franca alusão ao poema brasileiro, situa-se, como outros poetas cabo-verdianos, numa linha de defesa, anti-evacionista.

O poema-baliza dessa antologia, “Anti-evasão”, é breve, enxuto, no ritmo discursivo de uma profissão de fé:

“Pedirei/Suplicarei/Chorarei/não vou para Pasárgada//Atirar-me-ei ao chão/e prenderei nas mãos convulsas/ervas e pedras de sangue//Não vou para Pasárgada//Gritarei/Berrarei/Matarei//Não vou para Pasárgada”<sup>10</sup>.

Trata-se, então, de um texto que se defronta com o outro texto, organizado numa relação de intertextualidade programada com o Bandeira. Enquanto se preserva o significado do grande elemento recorrente – Pasárgada –, que carrega, pois, para o contexto do cabo-verdiano a conotação do brasileiro, inverte-se, porém, a relação poeta-Pasárgada; troca-se o sinal de bem-humorada complacência, apostado por Bandeira, pelo de excitada recusa de Martins, no afã de descartar qualquer abertura de espírito ao cerco da consciência vigilante.

A mesma ponte literária que se observou para Cabo Verde ver-se-á reconhecida e assumida entre os escritores negros, ou brancos e mestiços que, em 1948, fundariam o movimento “vamos descobrir Angola!”, como o que ocorrera no Brasil de 22.

Mário de Andrade, o angolano, ao sumariar os objetivos do movimento, apresentou-os num discurso que faz lembrar outros, como os desencadeados na esteira do Mário de Andrade brasileiro:

“O movimento incitava os jovens a redescobrir Angola em todos os seus aspectos através de um trabalho coletivo e organizado; exortava a produzir-se para o povo; solicitava o estudo das modernas correntes culturais estrangeiras, mas com o fim de repensar e nacionalizar as criações positivas válidas; exigia a expressão dos interesses populares e da autêntica natureza africana, mas sem que se fizesse nenhuma concessão à sede de exotismo colonialista. Tudo deveria basear-se no senso estético, na inteligência, na vontade e na razão africanas.” Ao reproduzir esse projeto, em seu “Roteiro da Literatura Angolana”, Carlos Ervedosa o complementa, com o balanço sobre as ressonâncias do modernismo de cá, sobre as nascentes literaturas de lá. Os jovens talentosos e cultos espalhados por Luanda e pelos centros universitários de Lisboa e Coimbra “sabiam muito bem o que fora o modernismo brasileiro de 1922. Até eles havia chegado, nítido, o grito do Ipiranga das artes e letras brasileiras e a lição dos seus escritores mais representativos, em especial Jorge de Lima, Ribeiro Couto, Manuel Bandeira, Lins do Rego e Jorge Amado, foi bem assimilada.”<sup>11</sup>

Mais recentemente, Costa Andrade, prosador, poeta e ensaísta angolano, ao cuidar da “Literatura angolana: uma visão sócio-histórica”, recorda, também a receptividade da literatura vanguardista do Brasil modernista, entre os angolanos:

“Se na fase clandestina a expressão poética escrita em português foi buscar formas do outro lado do Atlântico, a Pablo Neruda, Nicolas Guillén, principalmente, e a prosa a Jorge Amado, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, a fase de apelo e de protesto, que viu ainda em Neruda, Lorca, em Paul Éluard e Maiakovski fontes de forma e estilo, libertou-se pouco a pouco. Hoje na fase de independência, neste cinco anos, assiste-se a uma literatura de afirmação da angolanidade como estádio da cultura nacional, onde, como influência externa, podemos individuar esse monumento linguístico-literário que é o brasileiro Guimarães Rosa”.<sup>12</sup>

No plano da efetivação literária, a decantada aproximação à literatura brasileira confirma-se desde logo, entre os vanguardistas “descobridores de angolas”. Assim é Maurício de Almeida Gomes, de “É preciso inventar a poesia de Angola” que toma como mote estes versos ancorados na perspectiva literária do Modernismo que se irradiava no Brasil:

#### EXORTAÇÃO

Ribeiro Couto e Manuel Bandeira,  
poetas do Brasil,  
Do Brasil, nosso irmão,  
disseram:  
– É preciso criar a poesia brasileira,  
De versos quentes, fortes como o Brasil,  
Sem macaquear a literatura lusíada.  
Angola grita pela minha voz  
pedindo a seus filhos nova poesia!”<sup>13</sup>

São nítidas, portanto, as afinidades da literatura angolana com a brasileira; estão declaradas a ponto de um poeta angolano, Mário António, “dialogar em um dos seus poemas com Jubiabá e do ficcionista Luandino Vieira, ‘com a influência dos macunaímas e sagaranas’, afirmar, em seu ‘angolanês’, o caráter de ruptura com a linguagem metropolitana.”<sup>14</sup>

Em resumo, o denunciado intercâmbio modernista, da literatura brasileira com as africanas de língua portuguesa está à espera dos que queiram juntar informações, levar o exame até a maior intimidade dos textos literários, documentos legítimos para atestar mais esta fecundação cultural entre os povos-parentes de lá e de cá. ■

## Autoria

Maria Aparecida Santilli (1925 - 2008) foi professora titular da FFLCH-USP. Possuía pós-doutorado pela Universidade Aberta, pós-doutorado pela Universidade Agostinho Neto, pós-doutorado pelo Instituto Camões, pós-doutorado pelo Fundação Calouste Gulbenkiane e pós-doutorado pelo Fundação Calouste Gulbenkian. Atuava na área de Letras, com ênfase em Outras Literaturas Vernáculas, atuando principalmente no tema de romance português contemporâneo.

## Notas

1. "Boletim de Propaganda e Informação", Ano III. no 28, Praia, 1/1/52, republicados em Amílcar Cabral – Obras escolhidas, V.I, Lisboa. Seara Nova, 1978. pp.25-29
2. Em antologia da ficção cabo-verdiana contemporânea. Sel. de Baltasar Lopes, Introd. de Manuel Ferreira e Coment. de A. A. Gonçalves. Praia (Cabo Verde), Ed. Henriquinas. 1960, pp. XXVIII-XXIX.
3. No reino de Caliban, I. Lisboa, Seara Nova, 1975. p. 86.
4. Lisboa, Plátano. Ed., pp. 253-254
5. Em Manuel Ferreira – No reino de Caliban, I, p.87
6. No reino de Caliban, I. pp.115-116
7. "Apresentação", em Poesia de Cabo Verde, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1944.
8. Arquipélago, São Vicente (Cabo Verde), Ed. Claridade, 1935. Ambiente, Praia, Minerva de Cabo Verde, 1941. Caderno de um ilhéu, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956.
9. Na mesma linha de Ovídio Martins aparece em Louvain, Ed.V. Westra, uma antologia intitulada Renunciando Pasárgada, de poemas cabo-verdianos, precedidos de um ensaio do mesmo nome e de autoria de Francisco Fragoso no qual este autor também considera a influência da Literatura Brasileira sobre a de Cabo Verde.
10. Rotterdam, Ed. Caboverdianidade /1973/ p.20.
11. Ed. da Sociedade Cultural de Angola, s.d.; p.72.
12. Em Literatura Angolana (opiniões). Lisboa: Ed. 70, 1980, p.54.
13. Em Manuel Ferreira, No reino de Caliban II, Lisboa, Seara Nova, 1976, p.85.
14. Marlisa Pimentel Quaye, "Africanidade: consciência e expressão", em Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade, 42, I. jan. a março de 1981, p.42.





# **Ensino de literaturas africanas em diálogo com a literatura brasileira**

---

Por Vima Lia de Rossi Martin

Um dos desafios para a elaboração de propostas para o ensino de literatura, seja na educação básica ou no ensino superior, consiste no cumprimento da Lei 11.645/08, que atualiza a Lei 10.639/03 e torna obrigatório o estudo da história da África e dos africanos, da luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, da cultura negra e indígena brasileira e da participação do negro e do índio na formação da sociedade brasileira. Especialmente nas áreas de educação artística, de literatura e de história, torna-se necessária a priorização das histórias e das culturas dos povos africanos e indígenas, consideradas, agora, a partir de uma perspectiva que tensiona e desestabiliza os paradigmas eurocêntricos que historicamente orientaram o ensino brasileiro.

Ensinar as literaturas africanas, do ponto de vista da educação das relações étnico-raciais, requer um reposicionamento epistemológico por parte de educadoras e educadores. Significa, de um lado, o reconhecimento da matriz colonial que tem referenciado o estabelecimento dos currículos e, de outro, o comprometimento com uma proposta de educação literária alternativa, capaz de se abrir para outras vozes e dicções que problematizam, inclusive, seu próprio lugar marginal em relação ao cânone. Assim, não se trata simplesmente de agregar novos conteúdos aos currículos tradicionais, mas de contemplar outras possibilidades de organização da historiografia e de valorização ética e estética, compreendendo os sentidos que sustentam as ausências e apagamentos presentes no repertório literário dominante.

Um caminho fecundo para o ensino e a aprendizagem das literaturas africanas escritas em língua portuguesa, produzidas no âmbito dos cinco países que foram colonizados por Portugal - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe -,

diz respeito à aproximação de produções literárias africanas e brasileiras que dialogam entre si. Isso porque as relações coloniais e escravistas, que tiveram início no século XV e se materializaram a partir da circulação de um grande contingente de pessoas através do Atlântico, forjaram imaginários e possibilitaram a elaboração de textos literários que evidenciam um intercâmbio significativo entre o continente africano e o Brasil.

Nesse sentido, merece destaque o modo como a literatura brasileira funcionou como modelo inspirador para produção literária de escritores como o angolano José da Silva Maia Ferreira que, em 1849, publicou dois poemas inspirados na notória “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias. Seus textos, de feição nativista, não só reconhecem as singularidades do espaço angolano como estabelecem uma relativa identificação com as belezas da terra. Desde essa produção inaugural, inúmeras conexões foram estabelecidas entre textos e autores que compartilham a língua portuguesa.

Especialmente entre as décadas de 40 e 70 do século passado, os textos de nossos escritores modernistas impulsionaram a produção literária africana nacionalista que expressava anseios por independência política e cultural. Um artigo pioneiro, publicado por Maria Aparecida Santilli no livro *Africanidade*, de 1985, intitulado “Ecos do modernismo brasileiro (entre africanos)”, já focalizava as relações literárias estabelecidas entre os países africanos e o Brasil, indicando que a nossa produção literária modernista se constituiu como uma referência cultural alternativa às imposições da então metrópole portuguesa. No artigo da então professora de literaturas africanas do curso de Letras da USP, figura um interessante poema cabo-verdiano que, por seu caráter exemplar, transcrevemos a seguir:

Anti-evasão

Pedirei  
Suplicarei  
Chorarei

Não vou para Pasárgada.

Atirar-me-ei ao chão  
E prenderei nas mãos convulsas  
Ervas e pedras de sangue

Não vou para Pasárgada.

Gritarei  
Berrarei  
Matarei!

Não vou para Pasárgada.

In: FERREIRA, Manuel. 50 poetas africanos. Lisboa: Plátano, 1986, p.228.

Publicado por Ovídio Martins em 1974, “Anti-evasão” ilustra as relações intertextuais estabelecidas entre produções africanas e brasileiras. Para compreendermos o texto, é fundamental ter em perspectiva o poema de Manuel Bandeira, “Vou-me embora pra Pasárgada”, de 1930, no qual o autor, ao estabelecer uma oposição entre o seu “aqui e agora” e Pasárgada, idealiza o segundo espaço, manifestando desejo de ir para lá. Assim, a Pasárgada de Bandeira se caracteriza por um lugar onde o sujeito poético pode amar sem restrições, onde a vida é uma aventura que mistura realidade e ficção, onde a dimensão da infância se presentifica e a ciência e a tecnologia garantem uma vida de prazer e facilidades. Lembremos dos versos iniciais do texto: “Vou-me embora pra Pasárgada/ Lá sou amigo do rei/ Lá tenho a mulher que eu quero/ Na cama que escolherei/ Vou-me embora pra Pasárgada” (BANDEIRA, 2006, p.33).

Já no poema cabo-verdiano, o sentido idealizado de Pasárgada se mantém, mas o texto simultaneamente recupera e rejeita a ideia de evasão presente no poema brasileiro, enfatizando a importância de o sujeito poético se manter em sua terra natal. Os sentidos do texto cabo-verdiano são contundentes. A graduação dos verbos na primeira e na quinta estrofes - pedirei, suplicarei, chorarei, gritarei, berrarei, matarei -, bem como a repetição do verso “Não vou para Pasárgada” constroem a intensificação do desejo do sujeito poético de permanecer no seu “aqui e agora”, afirmando a necessidade de continuar em Cabo Verde para construir um futuro de liberdade e justiça social para o próprio país, em vias de obter a independência política nos contextos das Lutas de Libertação.

Assim, ainda que as condições sejam adversas (“Atirar-me-ei ao chão/ E prenderei nas mãos convulsas/ Ervas e pedras de sangue”), o texto insta os cabo-verdianos a lutarem pela autonomia e soberania de seu país. Como se vê, “Anti-evasão” revela uma tomada de consciência nacional nítida por parte do poeta, que amplifica a voz de todos os cabo-verdianos que se encontram sintonizados com uma proposta de transformação social profunda - o fim da dominação colonial.

Se a cultura brasileira funcionou como uma espécie de farol a iluminar as literaturas nacionais africanas, um olhar mais detido sobre a produção contemporânea de língua portuguesa daquele continente aponta para a permanência das trocas culturais transatlânticas. De fato, referências a escritores, compositores, livros e espaços geográficos e ficcionais brasileiros ainda estão presentes em produções de diferentes autores contemporâneos de ficção e poesia, como Ondjaki, Paula Tavares, José Eduardo Agualusa, Nélson Saúte, Ruy Duarte de Carvalho, João Melo, Manuel Rui, João Maimona, Mia Couto, Vera Duarte, entre outros.

Oferecer a alunas e alunos a possibilidade de conhecer textos literários africanos elaborados a partir do diálogo estabelecido com o Brasil amplia a compreensão do que é familiar e do que é diferente na construção das histórias e das literaturas de cada país. Também é um modo de, sem escamotear a injustiça e o sofrimento inerentes ao processo de colonização perpetrado por Portugal, reconhecer que as travessias transatlânticas, reais e imaginadas, foram responsáveis por uma produção literária africana bastante original, marcada pela solidariedade e pela criatividade. ■

## Autoria

Vima Lia de Rossi Martin é professora da FFLCH-USP. Possui doutorado em Letras (Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) pela USP (2005) e pós-doutorado pela Universidade Federal Fluminense (2015) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2021). Integra a Rede Não Cala (Rede de professoras e pesquisadoras contra a violência sexual e de gênero na USP), o Núcleo de Apoio à Pesquisa Brasil-África (FFLCH/USP) e o GT Literatura e Ensino da ANPOLL.

## Referências

BANDEIRA, Manuel. 50 poemas escolhidos pelo autor. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

MACÊDO, Tania. Angola e Brasil: estudos comparados. São Paulo: Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa/USP, 2003.

\_\_\_\_\_. A presença da literatura brasileira na formação dos sistemas literários dos países africanos de língua portuguesa. In: Revista Via Atlântica, nº 13, p. 123-152, 2008.

MARTIN, Vima Lia; MORAES, Anita. "O Brasil e a poesia africana de língua portuguesa: perspectivas de leitura". In: O Brasil na poesia africana de língua portuguesa (antologia). São Paulo: Kapulana, 2019.

MARTINS, Ovídio. "Anti-evasão". In: FERREIRA, Manuel. 50 poetas africanos. Lisboa: Plátano, 1986.

SANTILLI, Maria Aparecida. Africanidade. Contornos literários. São Paulo: Ática, 1985.

# Literatura, Sempre a Literatura

## Entrevista com Rita Chaves

Especialista em África, literatura angolana, literatura Moçambicana e Antropologia, Rita Chaves é professora associada de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da USP. Nesta conversa, perguntamos à pesquisadora sobre as relações literárias entre três escritores fundamentais da literatura de língua portuguesa: Guimarães Rosa, Luandino Vieira e Mia Couto.

**3X22:** Rita Chaves, por favor, se apresente: quem é você?

**Rita Chaves:** Sou uma feliz professora aposentada da USP, onde trabalhei por 32 anos, depois de alguns anos lecionando nos mais diversos níveis. Fiz a graduação e o mestrado na UFF, onde defendi uma dissertação sobre o Pepetela. Em 1986 decidi começar o meu doutorado na USP. Após passar um semestre como professora na Universidade Estadual de Londrina, resolvi morar em São Paulo para me dedicar ao doutorado. Em 1989 prestei um concurso para o Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada e ali permaneci por 8 anos. Foi uma ótima experiência. Em 1997, prestei novo concurso, dessa vez para Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, no DLCV, onde estive até 2021. Nesses anos todos procurei firmar laços com os países africanos: fiz estágios de pós-doutorado em Moçambique, fui professora visitante na Universidade Eduardo Mondlane, dei aulas em Angola, participei de eventos e publiquei alguns livros nesses países. Também tive muitas atividades em Portugal, com a Universidade de Lisboa e a de Coimbra. Hoje estou ligada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa como Professora Colaboradora. E mantenho a minha disposição de combinar a atuação profissional com uma dose de militância que tem no horizonte tirar do gueto as culturas africanas e, especialmente, as literaturas.

3X22: Apresente, também, agora, como que os estudos das literaturas de língua portuguesa chegaram até você.

**Rita Chaves:** Tenho contado essa história em muitas ocasiões. Eu era monitora de Literatura Portuguesa na UFF e tinha a intenção de fazer o mestrado nessa área. Estava dividida entre dois autores que me fascinavam: Miguel Torga e Sophia de Melo Breyner Andersen. No meio do percurso, todavia, fui trabalhar com a professora Vilma Arêas, com quem dividiria um curso sobre Cesário Verde. Em nosso primeiro encontro para conversarmos sobre o programa, ela me falou de uma disciplina que ministrava na PUC-RJ sobre as Literaturas Africanas. Eu fiquei fascinada. E já ali acabamos por avaliar a possibilidade de tratar dos autores africanos no curso que dividiríamos na UFF. Estudei bastante para ministrar as aulas e essa experiência selou a minha trajetória. O interesse só começava e nunca mais me afastei desse universo. Depois das primeiras leituras, vieram os contatos com alguns escritores e, desde 1987, pude ter uma relação mais direta com as realidades representadas nos textos. A convite da União dos Escritores Angolanos estive em Angola e São Tomé e Príncipe na primeira viagem, entre novembro de 1987 e janeiro de 1988, com a Tania Macêdo, uma colega fundamental nessa trajetória. Em 1990 fomos a Cabo Verde, com recursos próprios. Depois conheci Moçambique, onde, por razões pessoais, passei a viver alguns meses por ano. Estive em outros países africanos como Zimbábue, Tanzânia, Namíbia, Suazilândia e África do Sul, sobretudo. E à Angola regressei muitas vezes. Foi importantíssima para mim essa relação direta com as sociedades de que tratam os escritores que estudo.



3X22: Seu foco de pesquisa, desde o início da sua caminhada acadêmica, foi a literatura angolana, quando poucos olhos brasileiros eram voltados para a produção literária deste país. Hoje você é referência no assunto. Quais foram as referências, as bases teóricas, que te permitiram olhar as obras de um Óscar Ribas, José Luandino Vieira, Ana Paula Tavares, por exemplo?

**Rita Chaves:** Eu comecei a lidar com as Literaturas Africanas em 1978. Havia pouco material aqui, tanto no campo da literatura quanto na área dos estudos. Nós começávamos a ler os autores e a procurar linhas de reflexão que nos ajudassem a compreender uma literatura produzida em contextos tão diversos. Lá fora havia também pouco conhecimento acumulado. Nós contávamos com Alfredo Margarido, Manuel Ferreira e pouco mais. Aqui as referências eram a Profa. Maria Aparecida Santilli e alguns professores de outras áreas como o Prof. Mourão. Mais tarde, surgiram os textos do Benjamin Abdalla Júnior, que foi o meu orientador. Desde o começo, percebemos que as linhas da interdisciplinaridade eram o caminho.



Foto: Canal da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin no Youtube

De fato, de algum modo, estávamos todos começando e procurando, com muito entusiasmo, descobrir caminhos que criassem uma base mais segura para os nossos estudos. Também por isso, para tentar avaliar com mais cuidado a adequação de pressupostos teóricos formulados em realidades tão distintas era para mim fundamental um mergulho nos contextos. Diante da falta de dados referentes aos países africanos, da carência de imagens, um corpo a corpo com as paisagens abre muitas possibilidades de leitura. Conversar in loco com os escritores contribuiu muito para compreender a dimensão das contradições que a vida literária abriga. E, muitas vezes, a sua própria reflexão sobre o ato de escrever era essencial para a leitura de alguns fenômenos que de longe teria sido difícil captar.

Apesar das grandes diferenças entre as realidades, os pontos de convergência entre o Brasil e os contextos africanos levaram-me a buscar entre os nossos críticos bases para apoiar a minha reflexão. Em um livro coletivo sobre o Antonio Candido, publiquei um artigo sobre a sua presença iluminadora para os estudos africanos. A força dialética de seu pensamento oferece muitos elementos para a abordagem do processo literário naqueles países, assim como a sua capacidade de encarar com tanto equilíbrio as relações entre literatura e vida social é uma grande lição.

**3X22: Ainda sobre seu percurso acadêmico, Angola no início da década de 1980 havia recém conquistado sua independência e assumiu o sistema em vigor nos antigos países da União Soviética. E no Brasil sofríamos a ditadura civil-militar. Como foi pesquisar Angola enquanto sofríamos com a censura ideológica?**

**Rita Chaves:** Na verdade estávamos no fim da ditadura e eu reconheço que a experiência revolucionária dos novos países funcionava como um fator de sedução. O percurso dos escritores, a sua intensa militância e a vitória sobre um regime ditatorial eram fatores que nos abriam uma esperança. Foi essa a via que me arrebatou. Era tudo muito tocante e eu fui conquistada pela força política que li nessa produção. O que poderia ser um obstáculo acabou por ser uma força de atração. É preciso recordar também que na diplomacia brasileira estávamos na fase do “pragmatismo responsável” que orientava a política do Itamaraty. O Brasil politicamente conservador percebeu a importância de estabelecer relações produtivas com os novos estados. O imediato reconhecimento pelo Gal. Ernesto Geisel da independência de Angola é emblemático. Aliás, essa bipolaridade parece um dado constitutivo da nossa história com a África.



3X22: Dentro das literaturas de língua oficial portuguesa, nós encontramos três escritores que, além de trabalhar com o próprio português, em sua potencialidade poética enunciativa, o faz flexionando-o com os elementos orais encontrados nas regiões periféricas dos pólos sócio-econômicos de seus respectivos países: João Guimarães Rosa com o sertão mineiro; José Luandino Vieira com os musseques de Luanda; e Mia Couto com as savanas moçambicanas. Você pode nos falar um pouco sobre esse fenômeno literário e também como se dá o diálogo literário de Luandino e Mia com Guimarães Rosa? Quais os pontos de contato entre eles?

**Rita Chaves:** O ponto de contato mais evidente é esse investimento no campo linguístico. Os três escritores buscam claramente explorar as potencialidades do sistema e, assim, flexibilizar a norma de uma língua que aportou nas nossas terras e que precisamos fazer nossa. Os processos de imposição dessa língua tem marcas diversas, tendo se dado também em tempos diversos, mas a compreensão da inevitabilidade não pode ser ignorada. Tanto lá, como aqui, essa língua tornou-se incontornável. Mesmo em quadro de instabilidade aguda, os escritores souberam compreender e buscaram nacionalizar o idioma levado pelo invasor.

No campo lexical o trabalho dos três é extraordinário e o Luandino e o Mia reconhecem a relevância do Guimarães Rosa como uma espécie de autoridade legitimadora das opções que fizeram. Penso que dos três é o Luandino o que leva mais longe as rupturas no plano da sintaxe. Mas quero deixar claro que estou falando principalmente como leitora e não como estudiosa desse problema.

É inegável também que os três escritores investem, com resultados diferentes, na evocação das matrizes da oralidade e esse é um dos modos de introduzir mudanças substanciais no território do romance como um gênero literário muito especial. Em um texto apresentado em Minas Gerais, o Mia Couto, que chegou ao Guimarães Rosa pelo Luandino, traz um belíssimo testemunho desse parentesco cultivado.



**3X22:** Nos focando, agora em Luandino Vieira e Mia Couto, qual o papel desenvolvido por esses escritores em seus respectivos sistemas literários e, ainda, nos estudos literários de língua portuguesa?

**Rita Chaves:** Penso que, antes de mais nada, é preciso deixar claro que eles são dois grandes escritores e a qualidade de sua obra tem uma relevância na história da literatura produzida no continente africano e na história da escrita em língua portuguesa. O Luandino é um personagem incontornável na história de seu país e seu itinerário reverbera na trajetória da literatura, com um capítulo especial na história da relação da atividade literária com o império português que foi, sem dúvida, abalado com a publicação de “Luuanda”, em 1964. Esse livro tem uma história interna, tendo sido um marco pelas lições de insubmissão que estão inscritas na fatura da obra. Temos três narrativas que espelham uma disposição para a mudança, no plano temático e no plano estrutural, ou seja, há uma espécie de revolução estética ali, em consonância com o momento histórico. E as reações provocadas pela premiação do volume pela Sociedade Portuguesa de Escritores corroboraram o potencial que a literatura guardava, fazendo do próprio livro um protagonista da insurgência.

O Mia Couto, muito mais jovem que o Luandino, começa a escrever após a independência, respirando, portanto, outros ares. O seu itinerário foi também importantíssimo para a história da literatura em Moçambique. É dele o primeiro livro de poemas na linha lírico-amorosa. Em um momento de valorização pelo novo poder da poesia épica, orientada pela voz coletiva, Mia Couto lança “Raiz de orvalho” e empenha-se em revelar a energia da subjetividade. E depois também levanta a bandeira da liberdade na escrita ficcional.

Muitas vezes nós escutamos umas críticas, veladas ou explícitas, à sua visibilidade, como se isso impedisse a emergência de outros escritores moçambicanos entre nós, o que eu vejo como um equívoco. Penso que o sucesso do Mia abre portas para outros autores. Em um país tão cheio de preconceitos em relação à África, ele conquista terreno e alimenta uma disponibilidade para as Literaturas africanas, atraindo, inclusive, leitores não especializados.

3X22: Os três escritores elaboram muito a violência sofrida pelas suas respectivas populações locais. E o interessante é que a forma que eles escolhem para trabalhar com esses traumas coletivos é pelos enunciados poéticos, numa prosa lírica, trazendo Anatol Rosenfeld para a conversa. É o que encontramos em Campo Geral, Luanda e Terra Sonâmbula, por exemplo. Para você, por que eles fazem essa escolha estilística-discursiva? Qual a intenção deles com isso?

**Rita Chaves:** Não estou segura para falar das intenções de cada um. Lendo os resultados, o que eu vejo é, por parte de cada um, um compromisso com um ponto de vista que podemos associar ao mundo dos excluídos e um compromisso radical com a estética. Os três fogem do documento, compreendendo que a literatura tem a sua natureza e as formas particulares de dizer o mundo.

3X22: Sabendo que no período das lutas de independência dos países africanos de Portugal, a literatura teve papel ativo no processo de construção da consciência nacional. Qual o papel desempenhado pelas literaturas brasileiras nesse fenômeno? E nas produções literárias de hoje, há algum diálogo sendo estabelecido entre Brasil-Angola-Moçambique?

**Rita Chaves:** Pelas entrevistas dos escritores e pelas leituras de muitas obras, percebemos a força da literatura brasileira como um terreno de interlocução para os autores africanos. Os ecos do nosso modernismo, da produção ficcional dos anos de 1930 percorreram aqueles territórios. Para além de Jorge Amado, o nosso grande escritor viajante, o campeão das travessias, também a presença de Graciliano Ramos, Manuel Bandeira, Raquel de Queiroz, entre outros, é sentida. A literatura brasileira levava a ideia da nacionalidade como um compromisso legítimo, carregava sinais da viabilidade de um uso muito particular da língua portuguesa, enfim, povoada de marcas de rebeldia, era muito sedutora em contextos oprimidos pela ocupação estrangeira. E, principalmente pelas mãos de Jorge Amado, lá chegavam imagens das Áfricas que residem no Brasil, propiciando a experiência de uma comunhão com os universos periféricos, com as personagens negras e mestiças que não eram encontradas em outra produção. Essa familiaridade explica uma síntese muito significativa elaborada por

Luís Bernardo Honwana. Em um texto sobre o escritor baiano, ele diz: "Nunca li nenhum livro de Jorge Amado pela primeira vez". Vejo aí uma consagração do diálogo entre o Brasil e esses espaços. Hoje, infelizmente, estamos, em certos planos, mais afastados. Os livros brasileiros já não chegam com a mesma intensidade e não tivemos ainda uma política cultural que possibilitasse novos encontros. Mesmo com os grandes avanços entre 2003 e 2014 as mudanças não chegaram a criar um intercâmbio efetivo. Começávamos a sentir alguns ventos favoráveis e esse período de treva cultural que estamos vivendo impediu novos encontros. Nem tudo ficou perdido. Já temos um maior interesse editorial, já se construíram algumas pontes, mas falta muito. Acredito que as novas tecnologias estejam propiciando outras formas de encontro, o que vamos levar um tempo para reconhecer e avaliar melhor.

### 3X22: Temos algo a comemorar em 2022?

**Rita Chaves:** Não sei se temos algo a comemorar. Talvez muito pouco. Depois de 200 anos de independência, o retrato do país que somos é lamentável. Tanta desigualdade é inaceitável. Se há pouco a celebrar, há, porém algo a cultivar. Precisamos cultivar a esperança e temos alguns indícios de que ainda que a mudança não possa ser grande, será possível, pelo menos, desestimular o desmonte. E esse corte da desestruturação de valores civilizados a que temos assistido precisa ser feito e precisa envolver as nossas intrincadas relações com a África, com as Áfricas que existem em nosso território. A luta contra o racismo é um pilar essencial para impedir, inclusive, novos abalos como os que nos abatem todos os dias. Há um livro muito interessante da Embaixadora Irene Vida Gala, chamado “Política Externa Como Ação Afirmativa”, que aborda as conexões entre as relações diplomáticas com a África e projetos de políticas afirmativas no plano interno. A ideia de um novo roteiro para nossas relações com os países africanos precisa ser vista com um conjunto de gestos que reforçam o nosso olhar sobre os segmentos identificados com o continente aqui. Além de considerar os passos necessários para uma efetiva incorporação dos indígenas, atenta à complexidade dos problemas que esse universo põe na mesa, precisamos olhar o Brasil tendo em conta a relevância dos afrodescendentes. Todos sabemos do papel dos africanos em nossa história, embora não saibamos ainda da sua participação em tantos setores. Para além da música, da língua, da gastronomia, cuja importância é extraordinária, em áreas como a agricultura, a pecuária e a metalurgia, para citar só três, devemos muito ao seu trabalho. Essa dívida tem que ser considerada no projeto de país que queremos (e devemos) implementar. Por agora, é hora de celebrar a esperança e transformarmos esses sonhos em hipóteses realizáveis. E as Literaturas Africanas podem participar desse movimento. ◆





# A INDEPENDÊNCIA DA ÁFRICA LUSÓFONA, O FIM DO IMPÉRIO PORTUGUÊS E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A VIDA DA METRÓPOLE.

---

Por Vanda Araújo

## Resumo

**E**ste artigo propõe-se a analisar as consequências econômicas, administrativas e sociais do fim do império português após a independência dos países africanos, últimos redutos do colonialismo europeu em África. Partindo do pressuposto de que tais independências resultaram mais das rebeliões empreendidas por movimentos locais de libertação e bem menos, como muitas vezes é apresentado, de beneplácito do governo português ou como dádiva solidária da Assembleia Geral das Nações Unidas, faz-se necessário enfatizar a luta cotidiana das populações africanas que, ao longo dos séculos de opressão e, mesmo após as perdas de milhões de vidas sequestradas pelo tráfico negreiro; das milhões de vidas ceifadas na labuta diária para prover o enriquecimento das metrópoles; das milhões de vidas perdidas nas guerras que foram forçadas a travar para defender seus opressores, ou ainda, nas batalhas contra os próprios em defesa de suas tradições e territórios, as populações das múltiplas sociedades africanas jamais desistiram de recuperar sua liberdade.

## Contexto

Para compreender o impacto causado a Portugal, pela perda das colônias africanas, faz-se necessário, primeiramente, entender a importância desse domínio para o Estado português, bem como contextualizar as circunstâncias históricas em que foi consolidado o império.

Tendo sido o primeiro país da Europa a desembarcar em território africano (1484-1485), e de ter sido o primeiro a nele estabelecer colônia (Luanda, 1575), Portugal vivenciou o mais longo processo colonizador em África. Entretanto, o conhecimento de que o continente possuía riquezas imensuráveis atraiu a cobiça das principais potências europeias que, por sua vez, queriam tomar parte nos lucros dessa exploração e isso deu início a conflitos que culminaram na Conferência de Berlim, onde líderes dos mais influentes países europeus se reuniram, decidindo a partilha da África à revelia de líderes africanos. Portugal reivindicou uma fatia territorial maior, alegando primazia de seu “direito histórico” uma vez que, entre os presentes, havia sido o pioneiro a desembarcar no continente, mas acabou cedendo territórios, intimidado, principalmente, por ameaças do império britânico. Finda a partilha, couberam-lhe os territórios de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

É sabido que a exploração do comércio de cativos representou importante fonte de renda ao império português, dividindo com o ouro o posto de maior gerador de divisas. Mas o fim do tráfico de escravizados, ocorrido sob forte pressão do governo britânico, mais interessado em conquistar novos mercados para seus produtos industrializados, forçou Portugal a buscar outras formas de exploração dos territórios ocupados e a reinventar seu estilo de dominação. O colonialismo português atravessou séculos, passando da Monarquia ao Estado Novo, sem recuar na opressão às populações colonizadas. Mesmo após todas as demais potências europeias terem aceito a independência de suas colônias no continente africano, Portugal resistia a seguir-lhes o exemplo. Desde sua entrada como país membro da Organização das Nações Unidas, vinha sendo admoestado pela Assembléia Geral a devolver a autonomia dos países ocupados às suas populações, recusando-se, entretanto, a ceder, mesmo ameaçado de sofrer sanções.

À essa altura, Portugal vivia o outono de um governo autoritário, que já não mais atendia os anseios de sua sociedade. Cabe ressaltar que, comandando uma das mais longas ditaduras da Europa (foi primeiro ministro em 1932, após articular um golpe dentro do golpe, substituindo a ditadura militar pelo Estado Novo ou ditadura salazarista), Salazar era totalmente contrário à libertação das colônias e usou de todos os artifícios para garantir a continuidade do domínio português, enviando milhares de cidadãos portugueses para combater nas guerras coloniais. O salazarismo, regime fascista, aliado a figuras proeminentes da Igreja Católica, conquistou apoio dos portugueses, utilizando pautas conservadoras e moralistas para firmar-se e garantir-se no comando do império por quarenta e um anos consecutivos, todavia Portugal continuava um país atrasado, majoritariamente agrário, cuja população em geral pouco usufruía das riquezas usurpadas das colônias, mas continuava entregando seus filhos para morrerem em guerras que de nada lhes servia. Na vida dos cidadãos comuns, pouca diferença havia entre os tempos da monarquia e da ditadura; a concentração de renda continuava gerando desigualdade social; o processo de industrialização era lento e não havia, por parte do ditador, interesse em mudar tal status, consciente de que a revolução industrial levada a cabo na Inglaterra produziu a classe operária, mais politizada e difícil de manter sob controle do que a classe agrária, maioria entre os trabalhadores portugueses.

## Independência das colônias

Após o fim da segunda guerra mundial, as potências europeias estavam enfraquecidas e a guerra fria mantinha os olhos do mundo sobre Rússia e Estados Unidos, principais antagonistas do conflito. Em Portugal, a substituição de António Salazar por Marcelo Caetano, revelou-se uma decepção para quem esperava mudanças e teve apenas um ditador trocado por outro. Entre as populações colonizadas crescia o sentimento de rejeição às políticas opressoras da metrópole, o que propiciou o surgimento de movimentos organizados de libertação nacional, com quadros mais politizados, apoiados principalmente pela, então, URSS, na luta contra o sistema opressor, aproveitando a conjuntura favorável ao fim do colonialismo. Entre 1973 e 1975, o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o Partido Africano de Independência da Guiné e do Cabo Verde (PAIGC) e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) assumiram o comando de seus respectivos países. Em Moçambique, a principal resistência à FRELIMO partiu dos colonos, que não queriam abrir mão dos privilégios que detinham e submeter-se ao governo de maioria negra. Angola viveu verdadeira guerra civil entre os três principais movimentos de libertação: a União Nacional para a Libertação Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), ligadas aos capitalistas, opunham-se ao MPLA, de tendências fortemente marxistas. Nas colônias menores, a transição foi mais pacífica.

## Revolução dos cravos

Enquanto a resistência ganhava força na África lusófona, a ditadura enfraquecia, em Portugal. As famílias portuguesas, cansadas de viver oprimidas pela ditadura salazarista, decepcionadas ao perceberem que Marcelo Caetano em nada mudara as práticas ditatoriais, e, em sua maioria, empobrecidas e enlutadas pelas muitas vidas perdidas nas guerras coloniais, já haviam retirado o apoio ao líder que, no passado pareceu-lhes solução, mas que amargava o presente e desesperançava o futuro insistindo em manter um império que não lhes gerou avanços sociais, beneficiando apenas a elite, mais próxima das instâncias de poder.

Ocorre que a insatisfação alcançava todos os níveis da sociedade portuguesa, incluindo a maior parte dos militares, que apoiava a liberdade para as colônias e queria mudanças no sistema político português, onde qualquer pequeno sopro de discordância gerava represálias. A população civil, não suportava mais os regimes ditatoriais que a comandava desde 1926, ano do levante inicial contra a ainda recente república, e uniu-se aos militares para restaurar a democracia em terras lusitanas, fortemente influenciada pelas lutas de independência das colônias.

Em 25 de abril de 1974, militares e civis deram início à que ficou conhecida como Revolução dos Cravos, pelo fato de os populares fincarem cravos na ponta das armas dos soldados. A única resistência partiu da polícia política, logo debelada com a perda de apenas três vidas. O ditador Marcelo Caetano obteve asilo político no Brasil, também governado por uma ditadura militar, onde viveu até sua morte, ocorrida seis anos depois, no Rio de Janeiro.

## Colonos portugueses

Após o fim da escravidão, novas formas de exploração e coerção foram utilizadas para perpetuar o domínio da minoria branca sobre a maioria negra. Imposto de palhota, espancamentos, estupros, trabalho forçado e mal remunerado, usurpações... a população branca manteve seus privilégios com o aval do governo português, que pouco fez para diminuir as desigualdades entre os dois principais grupos populacionais. Salvo exceções, os brancos ocupavam os espaços de poder e oprimiam os negros, que, por sua vez, começaram a organizar-se para mudar o status quo e, finalmente livrar-se de seus opressores.

Toda dominação é terreno fértil para ódios e revoltas. Entre as populações colonizadas não foi diferente. A vitória dos movimentos de libertação gerou uma mudança de poder que retirou os privilégios dos colonos brancos e fez extravasar o ódio de parte da população negra, finalmente livre, que, após séculos de opressão e maus tratos, sendo tratada como inferior, agora não mais precisava submeter-se à crueldade de seus algozes e poderia, inclusive, fazê-los sentir parte do medo e sofrimento que causaram.

Esse mesmo medo, parte da dor e do sofrimento que por séculos infligiram, disseminou-se entre eles e começaram a fugir em massa das colônias recém libertas. Não há consenso, mas calcula-se entre 500.000 e 800.000 o número de pessoas retornadas à metrópole, onde se depararam com um país pobre, atrasado no desenvolvimento e nos costumes; descobriram que não eram bem vindos por uma população que os associava à exploração dos negros e os via como cúmplices do regime opressor, responsáveis pelas milhares de vidas jovens perdidas nas guerras coloniais. De repente, passaram da posição de elite colonial para a posição de intrusos na matriz do império.

Parte dessas pessoas havia nascido em Portugal e mantinha laços familiares; parte, mesmo sendo português de nascimento, havia cortado os vínculos com a matriz; e uma parte significativa nasceu nas colônias, nunca tendo estado antes na metrópole. A chegada de um contingente de tal monta, alguns com a roupa do corpo, verdadeiros indigentes sem ter a quem pedir abrigo, como não poderia deixar de ser, causou muitos transtornos ao governo da república recém restaurada que, de repente, teve que alojar tamanha multidão e, ao mesmo tempo, controlar a ira da população, que questionava o que considerava privilégios para os retornados e acusava-os de tomar-lhes as vagas de empregos e de receberem mais benefícios que os destinados a si. Estes, por sua vez, lamentavam a situação em que se encontravam, menosprezavam a população local a qual consideravam retrógrada e queriam cada vez mais o que consideravam seu por direito, principalmente os portugueses legítimos, estimulados pelo governo Salazar a ocupar as colônias, onde se estabeleceram.

## Considerações finais

Durante longo tempo, o ensino de História omitiu em seus textos a crueldade praticada pelos colonizadores contra os povos colonizados. Pouco destaque foi dado às causas do empobrecimento das sociedades africanas, consequência direta do roubo de suas riquezas minerais, vegetais, animais e culturais, além do sequestro de milhões de seus habitantes, para trabalharem até a morte, construindo as fortunas de famílias europeias e americanas. Raramente se falava da qualidade de sua arte roubada, compondo o acervo dos mais importantes museus do mundo.



Durante décadas o ensino de História pouco enfatizou a luta da população africana como protagonista de sua própria libertação. Comumente, a descolonização era apontada quase como liberalidade do império português, mas foi a população negra, verdadeira descendente das tradições africanas que conquistou a própria liberdade, com o sangue derramado por seus heróis de guerra. Ainda que tenha contado com a participação de muitos dentre o povo branco, nas diversas frentes, a resistência consumiu principalmente as vidas de jovens negros. E foi a resistência negra que expulsou os colonos opressores cuja crueldade conspurcava o solo ancestral.

Ao descobrir que a matriz do império não correspondia às suas idealizações, muitos dos ex-colonos acompanharam o fluxo emigratório que já começara entre os patrícios, e seguiram para países da Europa que já recebiam cidadãos portugueses. Alguns vieram para o Brasil, mas, a maioria, não tendo como ou para onde ir, ficou em Portugal. Por outro lado, os que ficaram não configuravam um grupo homogêneo, havendo entre eles diferenças sociais, raciais e profissionais que influenciaram tanto na integração quanto na aceitação, pela população portuguesa, afinal, uma sociedade que sempre tratara os negros como inferiores não iria, de repente, abrir-lhes os braços apenas por terem cidadania portuguesa e tratá-los como iguais. A relutância de Portugal em devolver o controle das colônias aos seus cidadãos nativos, impediu que se negociasse um período de transição mais inclusivo; a manutenção da guerra colonial, com tantas perdas dos dois lados, apenas alimentou o ódio existente entre ambos. Os treze anos das lutas travadas nas colônias,

a revolução que restaurou a democracia, a independência das colônias africanas causando a queda do império, a chegada massiva das centenas de milhares de pessoas retornadas em condições de precariedade, foram eventos que causaram grandes transformações na economia, na vida social e na administração da sociedade portuguesa. Após a independência do Brasil, maior fonte de ouro do império português, a exploração centrou-se nas colônias africanas, mas, de todas as riquezas confiscadas, pouco foi investido na modernização da matriz, que em nada se comparava às potências europeias.

Poucos bens dos colonos foram levados na fuga. Muitos tiveram seus bens confiscados; muitas propriedades foram queimadas e muitos deles foram mortos. A esse respeito, pode-se perceber a crítica velada em alguns autores que discorrem sobre o período, como se os colonos brancos fossem vítimas inocentes de um irracional ódio da população negra, mas, ao longo da História, menos destaque foi dado às milhões de vidas africanas ceifadas pelas ações dos colonizadores; pouco se falou da crueldade com que trataram as populações nativas, desumanizadas por seus algozes. Cada vez que um povo oprimido reage e usa contra o opressor as mesmas armas usadas por este, tem sua ação contestada pelas mesmas pessoas que não contestaram a opressão por ele sofrida.

Como descendente de africanos, de portugueses e de indígenas brasileiros, trago sempre duas perguntas para as quais só posso conjecturar respostas: Como seria a África lusófona se não tivesse sido espoliada por Portugal? O que seria de Portugal sem o espólio roubado da África lusófona? ■

## Autoria

Vanda Araújo é graduanda em história pela FFLCH-USP. Especializa-se em História, Culturas e Antropologia Africanas.

## Referências

CABRAL, Manuel Villaverde. A sociedade portuguesa na década de 1960 in <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/44692>

CAIRES, Andreyra S.C. RUN: Altruísmo e/ou ilusão? A política portuguesa pós-colonial de “cooperação para o desenvolvimento” : construindo pontes para a “lusofonia” in <https://run.unl.pt/handle/10362/5710>

CONCEIÇÃO, Juvenal de Carvalho. Os movimentos africanos pela independência e o fim do salazarismo in <https://www.redalyc.org/journal/770/77055372009/html/>

FISCHER, Hilke & SAMPAIO, Madalena. Conferência de Berlim: Partilha de África decidiu-se há 130 anos in <https://www.dw.com/a-18283420>

MELLO, Arnon de, in <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/222404/000024733.pdf?sequence=3>

PERALTA, Elsa. A integração dos “retornados” na sociedade portuguesa: identidade, desidentificação e ocultação in [https://www.jstor.org/stable/26747547?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/26747547?seq=1#metadata_info_tab_contents)

PIMENTA, Fernando Tavares. Visualização de Causas do êxodo das minorias brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975) in [https://impactum-journals.uc.pt/rph/article/view/0870-4147\\_48\\_5/4469](https://impactum-journals.uc.pt/rph/article/view/0870-4147_48_5/4469)

REIS, Jaime. O atraso econômico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX in <https://www.cambridge.org/core/journals/revista-de-historia-economica-journal-of-iberian-and-latin-american-economic-history/article/abs/18501930-lisboa-imprensa-nacional-casa-da-moeda-1993-257-pp-incluye-indice-de-cuadros/F6957A161B-758C6E0326489E4AC14C91>



**INTERROGAR  
AS FRATURAS  
PARA ALÉM  
DO VISÍVEL:  
LUANDA  
E RIO DE  
JANEIRO,  
PORTOS DO  
ATLÂNTICO  
SUL**

---

Por Luca Fazzini

## Contemporâneo Urbano

**N**as suas reflexões em torno do contemporâneo, Giorgio Agamben debruça-se sobre o que significa ser “atual”, sobre as tensões que se estabelecem entre o agora inapreensível e os seus outros tempos – o(s) passado(s). Para ele, ser contemporâneo é, antes que mais nada, estabelecer uma relação paradoxal, intempestiva, com o próprio tempo: aderir a ele sem, porém, se conformar; saber ler, entre as tantas luzes da experiência contemporânea, a sua “íntima escuridão”.

As cidades e, em particular nessa páginas, as cidades espalhadas pelo Atlântico Sul, um universo urbano geograficamente moldado e historicamente atravessado pelas relações de exploração colonial, doam matéria, forma concreta, às tensões e às fraturas nas quais se inscreve a experiência contemporânea – a sua íntima escuridão. Nelas, o passado, visível na materialidade de suas construções, assim como na persistência impalpável das velhas dinâmicas sociais, convive com a projeção abstrata de futuros possíveis. Tais tensões, aparentemente antagonicas, conjugam-se no cotidiano urbano, dando substância ao momento presente.

Sem recusar, à priori, qualquer perspectiva utópica, tornando-se um válido contraponto às visões afro-pessimistas, em seu livro *Afrotopia* (2021), uma reflexão poética sobre os caminhos possíveis para África, Felwine Sarr oferece diversas perspectivas e fragmentos de metrópoles africanas, peculiares em suas divergências sistêmicas. Acompanhando a flânerie continental do economista, cidades quais Abdijan, Argel, Bamako, Dacar, Kigali, dão ao espaço africano múltiplos contornos e diferentes perspectivas. Dentro desse labirinto de visões urbanas e sons evocados, a imagem da cidade palimpsesto parece a mais adequada para desenhar linhas em comum entre essas metrópoles pós-coloniais. Nas palavras de Sarr, “existem cidades-palimpsestos, no seio das quais inúmeros movimentos, inúmeras camadas, inúmeros estratos se foram sobrepondo e sedimentando. Essa característica me parece a mais bem disseminada entre as cidades africanas” (SARR, 2021, p.140-141).

Na cidade-palimpsesto, o poeta, o escritor, o crítico contemporâneo, retomando as reflexões de Giorgio Agamben, é aquele que, indo além da esfera sensorial do visível, saiba interrogar as fraturas entre as camadas que compõem a história e a geografia da urbe justaposta. Aquele que não se deixa cegar pelas luzes do futuro – a promessa de progresso intrínseca ao desenvolvimento urbano moderno –, mas que nelas consiga enxergar o lado sombrio. Na cidade pós-colonial, esse lado sombrio presente nas frestas entre as diversas camadas do tempo que costuram os seus espaços, denuncia a persistência das dinâmicas do passado colonial e escravistas que, como imagens espectrais, voltam a assombrar o presente, atualizando as práticas de acordo com as novas contingências. Enxergar essas travas significa ler, no presente do(s) pós-independência(s), a continuidade das dinâmicas violentas e excludentes, momento fulcral para construir um futuro livre das amarras impostas pela modernidade colonial e pelo desenvolvimento capitalista.

## **Cidade-palimpsesto, cidade porosa: laços atlânticos em Luanda e Rio de Janeiro**

Luanda, capital de Angola, pode ser lida a partir da imagem da cidade-palimpsesto. Nela sobrepõem-se diferentes modelos que refletem a conjuntura histórica e política do próprio país: a cidade colonial, que marcou os seus espaços desde os alvares da colonização europeia, a cidade socialista e a neo-liberal, ainda em contínua expansão. Palco canônico de uma grande parte da produção literária nacional, a escrita registrou as diversas etapas e anseios da história angolana. Destaca-se, nesse sentido, o conjunto de três “estórias” da autoria de José Luandino Vieira, escritas em 1963 e publicadas com o título *Luuanda*: tendo a cidade colonial como cenário, entre inovações estéticas e linguísticas, o autor fornece um retrato fiel da divisão espacial urbana, assim como das relações de poder que marcaram um dos últimos respiros do colonialismo formal em África. Mais recentemente, Pepetela, romancista que, ao longo da sua ampla produção literária, alimentou-se constantemente do amplo repertório fornecido pela história de Angola, com o romance “luan-dense” *Predadores* (2005) oferece um retrato distópico do pós-independência. Apesar das tantas transformações atravessadas por Angola em cerca de trinta anos, no romance citado, o autor consegue envolver o leitor em um eterno e imutável presente, marcado pela repetição das mesmas lógicas predatórias apoiadas, ora pelo partido, ora pelo mercado, de acordo com as fases políticas atravessadas pelo país.

À continuidade em termos de gestão do poder e de relações sociais corresponde, em certa medida, uma continuidade também na organização espacial da cidade, e nas suas referências arquitetônicas<sup>1</sup>. As intervenções urbanas em Luanda são exemplos das persistências dos paradigmas coloniais na contemporaneidade, pois vieram reforçar tanto a fragmentação hierárquica do espaço

urbano quanto a segregação dos considerados “indesejados”. Os modelos de desenvolvimento arquitetônico e urbanístico, apesar das diferentes necessidades do tempo presente em relação ao passado, mantiveram-se também similares: as principais referências continuam sendo “atlânticas”, provenientes principalmente do Atlântico Sul. Se durante a época colonial “a influência brasileira e de inspiração tropical” (VIEGAS, 2015, p.54) conferiu certa peculiaridade à urbanização portuguesa em África, a contemporaneidade luandense reforça os laços e as influências atlânticas, tanto no que diz respeito à construção de habitações populares, tanto nos projetos destinados à classe média e alta. Nesse sentido, a cidade-palimpsesto afirma também sua intrínseca porosidade, capaz de absorver no seu interior os fluxos e refluxos oceânicos.

Num ensaio de 1925, o filósofo alemão refere-se à cidade de Nápoles enquanto uma cidade porosa. O adjetivo aparece frequentemente no ensaio, ora para descrever as qualidades físicas da cidade, suas arquiteturas e geografias flutuantes, intermitentes, que se reinventam em cada momento servindo múltiplas situações e circunstâncias, ora para ler os gestos, os hábitos e as relações sociais que se estabelecem entre as pessoas que percorrem seus espaços. A partir das reflexões de Walter Benjamin sobre a cidade de Nápoles – cidade-porto à beira do Mar Mediterrâneo,

historicamente encruzilhada de culturas –, em Cidade Porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro (2019), através de uma série de referências literárias e culturais, Bruno Carvalho oferece uma leitura sugestiva do Rio de Janeiro, “essa metrópole sem um passado de fronteiras étnicas definidas, uma cidade permeada por história de limites frequentemente fluidos” (CARVALHO, 2019, p. 40). O capítulo que abre o estudo de Carvalho, “No centro da capital imperial: Pântanos, febre amarela e festas ciganas”, investiga as visões da cidade oferecidas pela literatura do século XIX. Nessas primeiras páginas, destaca-se a leitura que o autor faz do romance Memórias de um sargento de milícias (1853), de Manuel Antonio de Almeida. O texto reflete, em certa medida, as relações porosas que atravessam as camadas históricas e sociais do Rio de Janeiro monárquico, evidenciando o repertório vasto e plural das expressões culturais presentes no espaço carioca. No entanto, apesar da pluralidade das práticas e dos corpos que habitam as páginas de Manuel Antonio, é também possível reparar a quase completa ausência de figuras africanas e afro-descendentes no enredo, para além de algumas menções em trechos predominantemente descritivos. Tal invisibilidade torna-se ainda mais eloquente na medida em que a presença de indivíduos nascidos em África aumentou exponencialmente com a chegada, no Rio de Janeiro, da



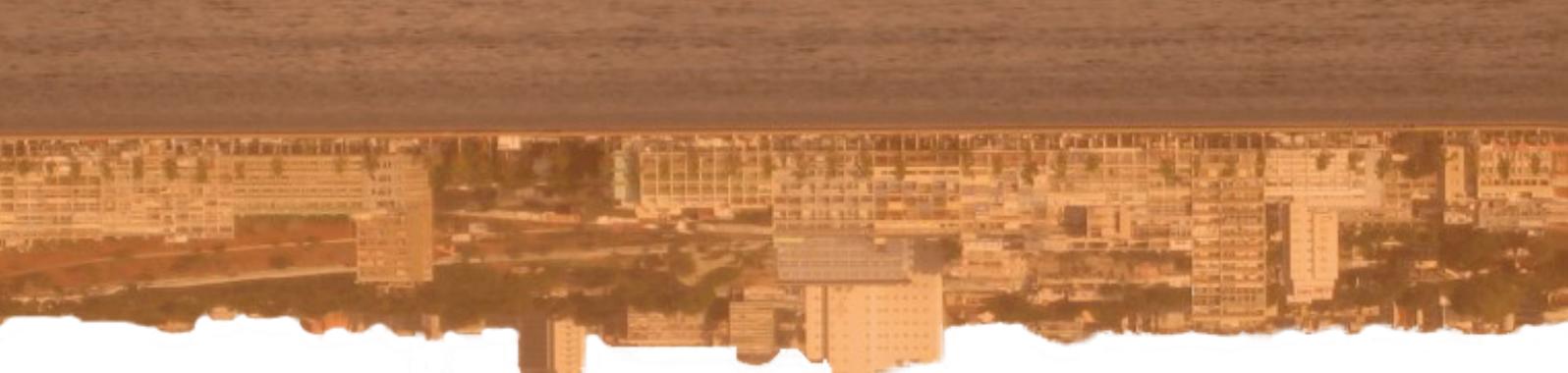
corde real, constituindo em meados do século XIX cerca de um terço de toda a população carioca.

De fato, a geografia urbana que serve de cenário para Memórias de um sargento de milícia – a área portuária do Rio de Janeiro, conhecida também como Pequena África, as ruas do centro urbano, da Cidade Velha, até a área então marginal hoje parte da Cidade Nova – tornar-se-á, ao longo do século XIX e até meados do século XX, o berço do Rio de Janeiro africano, juntamente com os morros da cidade e com alguns bairros periféricos da Zona Norte. No estudo mencionado, Bruno Carvalho relata como nos projetos iniciais para a urbanização daquela área que iria a ser chamada, posteriormente, de Cidade Nova, a referência urbana principal fosse a Baixa Pombalina, no centro da cidade de Lisboa. Contrariando as expectativas da elite carioca, que elegera outros cantos da cidade, considerados mais saudáveis para as suas residências, a área originariamente pensada nos moldes lisboetas passara a ser ocupada por africanos e afro-descendentes, escravizados ou libertos, mantendo portanto uma certa vocação atlântica e tornando-se, pouco a pouco, um espaço fulcral para a preservação da memória afro-brasileira e para as manifestações culturais tipicamente cariocas, como o carnaval de rua e, obviamente, o samba. Das tantas encruzilhadas atlânticas que moldaram a cidade-porto do Rio de Janeiro, as

que ligam o Brasil à África e, em particular, à Angola, impuseram-se sobre o eixo Rio-Lisboa. O samba, que floresceu nessas geografias da violência e da exploração também graças ao trabalho de resistência de figuras quais Tia Ciata, moradora da Praça Onze, afunda as suas raízes nos ritmos bantos, assim como evidenciado pelo historiador Maurício Barros de Castro (2012), e cantado pela voz sublime de Maria Bethânia: “Que noite mais funda calunga/ No porão de um navio negreiro/ Que viagem mais longa candonga/ Ouvindo o batuque das ondas/ Compasso de um coração de pássaro/ No fundo do cativiro/ É o semba do mundo calunga/ Batendo samba em meu peito/ Kawo Kabiecile Kawo/ Okê arô okê”.

Na outra margem desse Atlântico de contatos entre Brasil e Angola, pensar as camadas que compõem Luanda enquanto cidade-palimpsesto, igualmente porosa na capacidade de reinventar os espaços e as relações que neles se articulam, implica ler, nas suas geografias da marginalização, a persistência das práticas da ocupação colonial, com a mesma práxis de invisibilização de toda aquela multidão de indivíduos considerados descartáveis na corrida para a acumulação das riquezas. Se o contemporâneo se inscreve na tensão constante e inefável entre os rastros do passado e a ânsia do futuro, a sua íntima escuridão, nas cidades do Atlântico Sul, reside justamente na constante adaptação das práticas características da modernidade colonial.





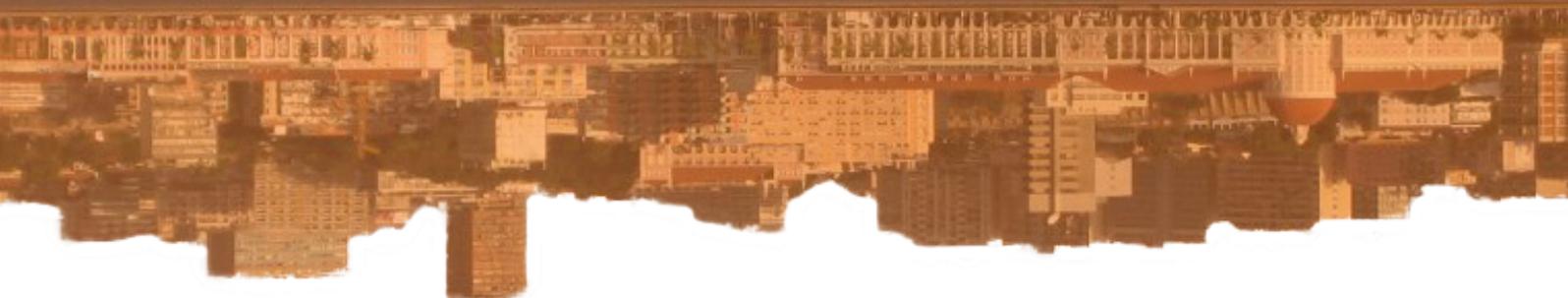
## Rio de Janeiro e Luanda: persistências coloniais e racismo em J. E. Agualusa e Ondjaki.

Essa tensão entre passados e futuros necessária para captar o presente é, sem dúvida alguma, uma característica de grande parte da produção literária contemporânea. Uma dinâmica que ganha contundência particular naquelas escritas que, movidas pela necessidade de interrogar a realidade, com as suas violências cotidianas, os seus traumas, e as suas fraturas, fazem do texto literário um palco privilegiado para questionamentos políticos. A partir dessas urgências devem ser lidos os romances *O ano que zumbi tomou o Rio* (2002), de José Eduardo Agualusa, e *Os transparentes* (2012), de Ondjaki, autores angolanos que costuraram as suas escritas e experiências pessoais em trânsito entre diversas margens da língua portuguesa. Em ambos os autores, o presente é lido a partir dos rastros e das persistências das lógicas que marcaram as violências do passado, cuja crítica torna-se necessária para tentar subverter as relações desiguais de hegemonia e subalternidade que inibem a projeção de um futuro efetivamente descolonizado. Nesse sentido, ler os romances de ambientação urbana *O ano que zumbi tomou o Rio*, de Agualusa, e *Os transparentes*, de Ondjaki, possibilita uma reflexão em torno da contemporaneidade no Atlântico sul à luz das relações e mecanismos de poder existentes nas suas cidades-porto.

O romance de José Eduardo Agualusa passa-se, essencialmente, no Rio de Janeiro, uma cidade que, dentro do enredo costurado pelo autor, encontra-se significativamente próxima de Luanda, seja pelas personagens em

trânsito entre os dois portos Atlânticos – ou, em certa medida, entre três portos atlânticos, incluindo nessas rotas ficcionais também Lisboa –, seja pela escolha narrativa do autor, de destacar continuamente a contiguidade entre os dois contextos urbanos. Com um enredo fragmentado, cinematográfico no contínuo corte entre diversas cenas, *O ano que zumbi tomou o Rio* encena a organização e atuação da revolta dos morros cariocas contra a estrutura racista que domina as relações hierárquicas entre corpos e culturas na cidade porosa e, metonimicamente, em todo o Brasil contemporâneo. Um país que, segundo o autor, nunca teve uma descolonização efetiva, dado que manteve praticamente inalteradas as dinâmicas de hegemonia e subalternidade da colônia. A densa rede de referências intertextuais que coexistem no romance, retomando, de forma ora explícita ora implícita, figuras da história do Brasil quais Zumbi dos Palmares (1655-1695), Domingos Jorge Velho (1641-1705) e Eusébio de Queiros (1812-1868), entre outros, pretende evidenciar também num plano textual a persistência tanto das práticas de dominação colonial, tanto da urgência de revolta, evidenciando a continuidade política entre os quilombos do Brasil colônia e as favelas contemporâneas.

O romance de Ondjaki, por sua vez, passa-se completamente em Luanda, uma cidade representada como frenética, global enquanto palco do encontro de indivíduos que chegam em Angola acompanhando os fluxos internacionais do capital. Como também em



Agualusa, as figuras que coexistem na cidade permitem enxergar os laços atlânticos que ligam as duas margens continentais. Numa galeria riquíssima de personagens provenientes de diferentes cantos do mundo, *Os transparentes* é um retrato fiel de como as políticas urbanas no país africano, mais que gerar empregos e melhorias para a população local, atraíram os interesses predatórios do capitalismo global. Dentro dessa galeria, a presença brasileira destaca-se por ser a mais familiar, pois, além da língua – que, ao mesmo tempo, desenvolve um papel ambíguo na relação entre angolanos e portugueses –, a circulação de elementos culturais em comum, quais a música e as novelas, constrói uma certa familiaridade na visão que os luandenses têm dos brasileiros, considerados não como estrangeiros: “é preciso empurrar já assim? vocês quando encostam num estrangeiro ficam bem armados, até parece que brasileiro também conta como estrangeiro...” (ONDJAKI, 2013, p. 291).

Se de um lado o romance *Os transparentes* é habitado por uma galeria de personagens diversos, que encenam a multiplicidade e o cosmopolitismo da metrópole africana, porosa nas dinâmicas urbanas que nela se estabelecem a partir justamente dessa vivência multicultural, por outro lado o foco da obra reside na vivência à margem de grande parte da sua população. Assim como nas relações desiguais e de abandono que a lógica desenvolvimentista, em continuidade com a colonial, impõe às classes populares – os

transparentes do título –, metonimicamente representados, no romance, pela figura de Odonato. O tornar-se transparente de Odonato como consequência da fome e das faltas materiais que acompanharam a sua vivência em Luanda, personifica, de fato, a precariedade da existência humana. Retomando o debate proposto em outros estudos, em *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (2015), Judith Butler destaca como, a priori, qualquer existência deveria ser considerada na sua precariedade, pois se trataria de uma característica da própria vida, que deveria ser garantida graças ao trabalho de entidades e instituições políticas de várias naturezas. Diversamente, aquilo que a filósofa denomina de condição precária “designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (BUTLER, 2015, p. 46).

O romance de Ondjaki, fluido nas sequências narrativas marcadas por um apelo constante ao humor e à ironia, enquanto de um lado desenha uma Luanda porosa no seu moldar-se a partir das sobrevivências do cotidiano, como no caso do prédio no bairro Maianga, um musseque vertical no coração da cidade que torna-se cinema ao ar livre enquanto corre o risco de desmoronar por causa de improvisadas explorações petrolíferas na área urbana, por outro lado reflete de forma contundente as práticas que desenham, na contemporaneidade urbana, a vida descartada dos que se en-

contram à margem. Afirma Odonato, no romance: “a verdade é ainda mais triste, Baba: não somos transparentes por não comer... nós somos transparentes porque somos pobres” (ONDJAKI, 2013, p. 203). Esses processos de diferenciação que resultam na exclusão de inteiros grupos – esse “devir-negro no mundo” de acordo com Achille Mbembe (2014) – apesar das metamorfoses necessárias no interior de outros sistemas de direito, retomam as dinâmicas da construção da diferença racializada típicas da colônia, funcionais para a lógica exploratória da acumulação do capital nas mãos de poucos. A classe, as práticas culturais ou a raça, funcionam como marcadores de diferença.

Em *Os Transparentes* a diferenciação dentro do corpo da população tem como base, principalmente, a classe social. Ao contrário, em *O ano que zumbi tomou o Rio* a questão racial emerge com maior contundência, refletindo, em certas passagens, as visões eugenistas que atravessaram, ao longo dos séculos, o pensamento social brasileiro. O Rio de Janeiro desenhado por Agualusa, apesar de ser claramente uma versão reduzida da capital fluminense, já que inclui dentro das cartografias narrativas apenas alguns bairros da zona sul, excluindo, ao mesmo tempo, qualquer descrição mais atenta das favelas cariocas, traz, de fato, as feições de uma cidade profundamente cindida, que reproduz as dinâmicas e separações espaciais características da cidade colonial. A porosidade, nesse caso, dá-se mais pela confluência, ao longo dos séculos, dos mecanismos de poder que marcaram a história da cidade, de que propriamente por práticas culturais “híbridas”.

Em seu ensaio sobre a necropolítica, Achille Mbembe debruça-se sobre aquilo que ele considera um exemplo de ocupação colonial contemporânea: a franja de Gaza, na Palestina. A fragmentação da população e do espaço urbano seria, para Mbembe, uma das

dinâmicas principais da ocupação colonial na modernidade. Se a colonização se preocupou em mapear e administrar um território outro, além das fronteiras dos Estados-Nação ocidentais, exercitando soberania através do uso sistemático da violência e do poder da morte dentro de um regime de exceção, na modernidade tardia assiste-se à proliferação de inimigos internos. No espaço urbano das cidades-porto do Atlântico Sul encenadas por Agualusa e Ondjaki, lugares sistemicamente em transição entre os paradigmas excludentes que sustentaram a modernidade ocidental e as novas conotações impulsionadas pelo desenvolvimento do capitalismo e do mercado global, são reproduzidas as mesmas dinâmicas e a mesma supressão da ordem jurídica típicas da cidade colonial. Desse processo resulta um espaço completamente fragmentado pela instauração de verdadeiros territórios de exceção, dentro dos quais não existem direitos de cidadania, nem de propriedade. Analogamente aos contextos coloniais, tal violência sobre os corpos justifica-se: aí residem os selvagens do mundo contemporâneo, o *unheimlich* do cotidiano, subjugados num constante devir-objeto que faz do semelhante algo fortemente assustador. Um corpo monstruoso, desprovido de humanidade, uma potência destruidora da desordem violenta imposta pelo modelo burguês dominante. No Brasil, como durante a época escravista, tal violência tem como vítima principal o corpo negro periférico.

O Rio de Janeiro de Agualusa e a Luanda de Ondjaki, cidades-palimpsesto pelas suas camadas estratificadas, socialmente e geograficamente, porosas pela capacidade de moldar-se de acordo com as contingências do momento e de romper as fronteiras entre o exógeno e o próprio, desenham uma contemporaneidade atlântica de contatos, igualmente marcada pela exclusão e pela violência. ■

# Autoria

Luca Fazzini é Professor Colaborador do Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP). É doutor (2019) em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-Rio, onde desenvolveu pesquisas sobre as representações da cidade na literatura e na cultura contemporânea em Angola, Brasil, Cabo Verde e Portugal

## Notas

1. Tais continuidades estão discutidas, com mais fôlego, no artigo “Dinâmicas urbanas endocoloniais: Luanda em Predadores, de Pepetela” (FAZZINI, 2021).

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Trad. Vinícius Nikastro Honesko. Chapecó: Argo, 2009.

AGUALUSA, José Eduardo. O ano em que Zumbi tomou o Rio. Rio de Janeiro: Gryphus, 2012.

BENJAMIN, Walter. Rua de mão única – Obras escolhidas Vol. II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Bruno. Cidade Porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

CASTRO, Mauricio Barros de. Do samba ao semba: travessias atlânticas entre Brasil e Angola. In: GONÇALVES, Maria Alice Rezende. RIBEIRO, Ana Paula Alves (Orgs.). História e cultura africana e afro-brasileira na escola. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012.

FAZZINI, Luca. Dinâmicas urbanas endocoloniais: Luanda em Predadores, de Pepetela. Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, n. 34, p. 65–82, jul./dez. 2020.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014.

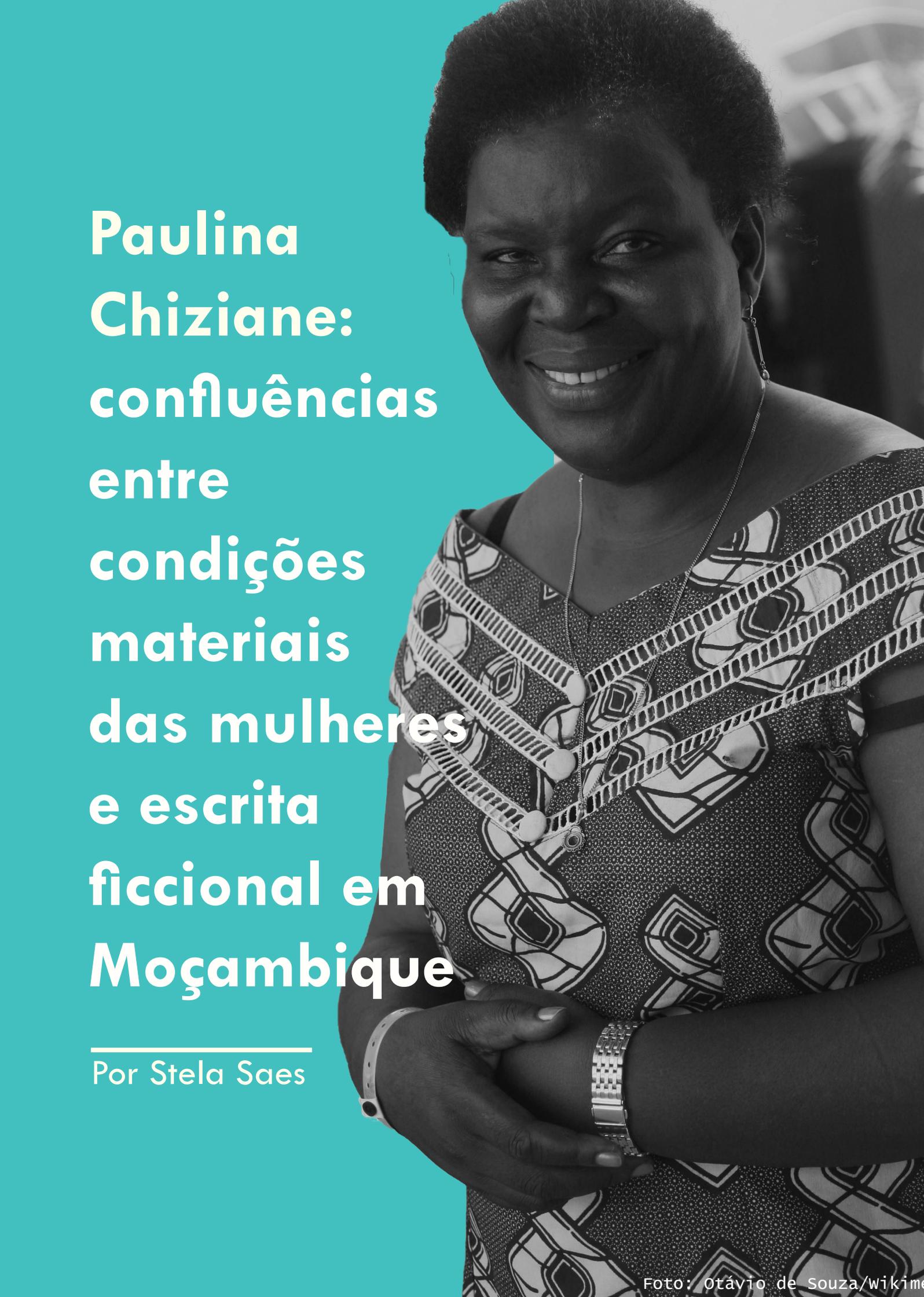
MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensino. Rio de Janeiro, n.23, 2016. p. 123-151.

ONDJAKI. Os transparentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PEPETELA. Predadores. 8ª Ed. Alfragide: Edições Dom Quixote, 2012.

SARR, Felwine. Afrotopia. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

VIEGAS, Sílvia Leiria. Urbanization in Luanda: geopolitical framework. In: Actas. 15 International planning history society (IPHS) Conference, São Paulo: FAUUSP, 2012. p. 1-20.



**Paulina  
Chiziane:  
confluências  
entre  
condições  
materiais  
das mulheres  
e escrita  
ficcional em  
Moçambique**

---

Por Stela Saes



**A**o sul de Moçambique, desde Inhambane e Zavala até Chibuto e Manhiça, existem os chopes. Os diferentes grupos, que compartilham entre si a língua, a tradição agrária e a história de contato com outros povos, são conhecidos por suas canções e poesias, especialmente pelos instrumentos musicais internacionalmente conhecidos como timbilas. A originalidade dos sons desses tipos específicos de xilofone e as grandes orquestras que promovem, tornaram o povo chope um exemplo singular dentre as manifestações culturais e materiais do continente africano<sup>1</sup>.

É dessa matriz que Paulina Chiziane escreve. Desde muito cedo, cresce ouvindo relatos de familiares, histórias, canções e poemas de seu povo. Seria inevitável, portanto, que tais filiações não marcassem a sua formação como contadora de histórias: “Ela não gosta de nenhuma palavra escrita que não possa ser ouvida [...] as ideias mais belas e mais profundas lhe vêm à mente na língua em que se formou, a língua dos chopes” (PEREIRA, 2018, p. 50).

Mais especificamente, a terra natal chope de Paulina é Manjacaze, distrito pertencente a uma região já dominada pelo reinado de Gungunhana entre 1884 e 1894 e que resistiu aos entraves do sistema colonial durante o início do século XX. Entre as variadas formas de enfrentamento à exploração portuguesa, os chopes deliberadamente não pagavam impostos, estabelecendo, para isso, novas reorganizações familiares, além de descumprirem as normas de colheita, utilizando canções entoadas pelo povo e embaladas pelas timbilas.

No entanto, em torno de 1955, quando Paulina nasce, novos arranjos sociais se estruturavam para o povo chope. O regime colonial se consolidava ao passo que a formação da luta armada pela independência se fortalecia. Ainda muito jovem, após se mudar para a periferia da capital Maputo e iniciar seus estudos secundários, a escritora foi militante pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) durante a guerra de independência de Moçambique e testemunhou o fim do conflito em 1975. Após esse período, que inaugurou não necessariamente a prometida liberdade, mas sim a incursão por um novo sistema capitalista que se firmava ao redor do mundo, a autora se dedicou a posições políticas da nova nação e aos projetos pessoais como escritora, publicando, com dificuldade, contos na imprensa moçambicana a partir de 1984. O percurso literário de Paulina Chiziane, portanto, não se desassocia da história de Moçambique. Após a independência, uma guerra de desestabilização entre FRELIMO e RENAMO

(Resistência Nacional Moçambicana) fraturou o território do país até 1992, enquanto um possível projeto socialista era duramente enfraquecido pelas constantes aberturas ao capitalismo neoliberal<sup>2</sup> ao fim do século XX. É justamente nesse contexto que a publicação do primeiro romance da autora se dá. *Balada de amor ao vento* é de 1990 e traz a protagonista Sarnau e a temática do abandono, tanto diante de uma relação amorosa quanto das condições das mulheres em seu país.

Uma questão extremamente sensível para um território que se constitui enquanto projeto opositor ao regime colonial, graças à participação e enfrentamento massivo e concreto das mulheres. Dentre as inúmeras contribuições, cabe destacar o papel de Josina Abiathar Muthemba (mais conhecida como Josina Machel, sobrenome adquirido após o casamento), que liderou o Destacamento Feminino da FRELIMO e dedicava-se ao treinamento militar e educação política de mulheres. Portanto, é notável que a independência nacional estava diretamente associada ao trabalho e atuação das mulheres, incluindo-se, assim, como temática essencial nos discursos de formação política do partido e nas estratégias de emancipação.

No entanto, mesmo com a origem da Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), em 1973, e a posterior representação parlamentar que se destaca até hoje na questão de gênero, as promessas advindas do período de lutas não se concretizaram e as desigualdades e violências sistêmicas contra as mulheres ganharam novos recortes. Por isso, em 1992, ano do Acordo de Paz em Moçambique, Paulina Chiziane, tocada pela situação de seu país, proferiu um discurso conhecido como “Eu, mulher... por uma nova visão de mundo”, em que ela diz: “Nós, mulheres, somos oprimidas pela condição humana do nosso sexo, pelo meio social, pelas ideias fatalistas que regem as áreas mais conservadoras da sociedade” (CHIZIANE, 2013). Na

sequência, afirma ainda que a escrita de ficção é a maneira pela qual é possível evidenciar as experiências femininas moçambicanas, como forma de combater a opressão e o silenciamento de mulheres, na busca por um mundo menos desigual. Com isso, a escritora consolidou seu projeto literário fundamentado em dar voz às moçambicanas contemporâneas, inscritas sob determinadas estruturas sociais que as oprimem constantemente.

Durante muito tempo, a atividade de escrita para Paulina Chiziane enfrentou resistência, preconceito e machismo de um mercado editorial moçambicano – e mundial – que, com poucos nomes como o dela, dificultava a consolidação da carreira de escritoras. O país africano conta até hoje com a Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), porém, como relatado pela própria autora, em entrevista à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em uma de suas passagens pelo Brasil, a maior parte das mulheres que escrevem procura financiamento editorial de outras formas. Nesse sentido, além das pressões materiais e de expressão, a escritora confronta constantemente um sistema que dificulta a manifestação de mulheres, sobretudo, negras. Vale lembrar, por isso, as reais circunstâncias de trabalho no tocante às escritoras mediante às reflexões de Virgínia Woolf em *Um teto todo seu* (2018) sobre a desvantagem material e histórica para que mulheres pudessem escrever ficção ainda no início do século XX. Mesmo valendo-se de um contexto ocidental e europeu, o célebre ensaio revela a ousadia da publicação feminina, que passa pela conjuntura de Paulina Chiziane, já que, condenadas a receber inúmeras críticas ao contar histórias, as mulheres eram excluídas socialmente ao extrapolar o papel designado a elas.

Portanto, inscrita nessas dimensões, Paulina Chiziane, sendo chope, crescida durante o colonialismo, vivido na periferia da capital moçambicana e publicado textos em situa-

ções tão adversas, escreve em suas obras elementos que divulgam, problematizam e colocam no centro o papel social das mulheres na sociedade moçambicana. Sua vasta publicação continua após um hiato, quando anuncia *Ventos do apocalipse*, em 1999, colocando o protagonismo de mulheres em meio a guerra. Logo após, em *O sétimo juramento* (2000), a religiosidade é imbricada às questões familiares e de gênero, culminando em troca de poderes econômicos e sociais.

O fôlego romanesco ganha ainda mais força com *Niketche: uma história de poligamia*, de 2002, quando Paulina recebe um prêmio internacional e coloca Rami, a protagonista, como questionadora das tradições, pois revela-se, ali e adiante, a importância de mostrar como nem sempre as tradições são boas para as mulheres moçambicanas. É nessa obra que a autora retrata a poligamia para as sociedades ao sul do país a partir do contexto contemporâneo, o que traz muita polêmica e inquietações para a crítica literária feminista desde então, posto que o romance questiona as estruturas patriarcais existentes para além da ruptura familiar e da realização cotidiana. Seu último romance<sup>3</sup>, *O alegre canto da per-*

*diz*, de 2008, traz camadas narrativas entre personagens femininas, mitos de fundação sobre Moçambique, Zambézia (província do país) e da relação historicamente desigual entre homens e mulheres. Dessa forma, o enredo coloca a compreensão do passado como chave para compreender e modificar, na contemporaneidade, as demandas das mulheres moçambicanas. Além dos romances, o trabalho da escrita continua, entre ficções, ensaios, poemas e variados textos publicados dentro de Moçambique e internacionalmente.

Assim, conhecer Paulina Chiziane a sua produção literária é também refletir sobre as lutas das mulheres moçambicanas. O conjunto literário da autora indica as condições materiais inscritas em determinado campo ideológico, de um sistema patriarcal, capitalista, colonial e racista que reflete as demandas da literatura e da própria vida da escritora. Então, o projeto literário romanesco da autora moçambicana levanta questões sobre as condições materiais das mulheres, colocando-se, desse modo, nas trincheiras dos embates e projetando uma voz feminina que concretiza histórias a partir da escrita ficcional. ■

## Notas

1. Timbila é o plural de mbila, já que ele é construído para ser tocado em conjunto, sempre como orquestra. O instrumento é Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela Unesco desde 2005, sendo o primeiro bem cultural imaterial indicado pelo governo moçambicano. (WANE, 2010)
2. De acordo com Nancy Fraser, teórica estadunidense, o neoliberalismo é um projeto político econômico de liberação da economia dentro do sistema vigente capitalista, que tem como principais objetivos privatizar o acesso ao Estado, diminuir os direitos dos trabalhadores e valorizar as especulações em detrimento das necessidades pessoais e sociais. (FRASER, JAEGGI, 2020)
3. Cabe salientar que Paulina não é apenas romancista, é contista, poetisa, ensaísta entre outras atribuições como escritora, mas sua experiência no gênero literário em questão merece destaque justamente pela dimensão no trabalho com as personagens e pela centralidade de seu projeto literário de dar voz às mulheres moçambicanas.

## Autoria

Stela Saes é Doutoranda em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela FFLCH-USP. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Estudos Comparados de Literaturas em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura, colonialismo, materialismo histórico e literatura comparada.

## Referências

CHIZIANE, Paulina Eu, mulher... por uma nova visão do mundo. Revista Abril – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana: vol. 5, nº 10; pp. 199-205, 2013. Disponível em: [www.revistaabril.uff.br/index.php/revistaabril/article/view/114](http://www.revistaabril.uff.br/index.php/revistaabril/article/view/114). Acesso em 27 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Niketche: Uma História de Poligamia. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

\_\_\_\_\_. O alegre canto da perdiz. São Paulo: Dublinense, 2018.

\_\_\_\_\_. Ventos do Apocalipse. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

\_\_\_\_\_. Balada de amor ao vento. Maputo: Ndjira, 2010

\_\_\_\_\_. O sétimo juramento. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

MACHEL, Samora. et al. A Libertação da mulher. São Paulo: Parma, 1979. p. 13-44.

PEREIRA, Ianá Souza. De contos e depoimentos: memórias de escritoras negras brasileiras e moçambicanas. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia. São Paulo, p. 279, 2018.

SANTA, Jacimara Sousa. Sankofa. "A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985)" In: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Nº 4 dez./2009, pp. 67-87

TV UFSC. Diálogo com Paulina Chiziane. Youtube, 15 de ago. de 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=SwG6Nh78\\_Uw](https://www.youtube.com/watch?v=SwG6Nh78_Uw) Acesso em 26 jun 2021

WANE, Marílio. A Timbila chopi: construção de identidade étnica e política da diversidade cultural em Moçambique (1934-2005). Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, p. 186 2010.

WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. São Paulo: Editora Tordesilhas, 2014.



# Ungulani Ba Ka Khosa: uma dialética entre memória, ocupação da terra e projeto de identidade nacional

---

Por Franklin Cordeiro Pontes



**E**m meados de 2018, a Editora Kapulana, que possui como linha editorial obras críticas e literárias africanas, lançou no Brasil o livro *Gungunhana: Ualalapi e As Mulheres do Imperador*, do escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa. A obra é composta por dois romances que possuem como figura central - às vezes tratada abertamente, outras de modo referenciado, como uma presença que percorre todas as páginas - Ngungunhane, ou, na grafia portuguesa, Gungunhana, o último imperador de Gaza, último líder local africano a cair frente às armas europeias, das terras que hoje formam o Moçambique.

O primeiro romance do volume, *Ualalapi*, foi lançado em 1987, e escolhido como um dos 100 melhores livros africanos do século XX; e *As Mulheres do Imperador*, a mais nova publicação do autor, é de 2018 propriamente. Trazendo em uma mesma edição as duas obras, autor e editora acertam ao fornecer aos leitores narrativas que se complementam não apenas por abordar a figura do imperador Ngungunhane, como também pelo próprio ato intencional de retornar ao passado histórico de Moçambique, mergulhar nas contradições de suas temporalidades, e recriar, pela ficção, os eventos definidores que marcam a memória coletiva dos moçambicanos. Dessa forma, a concepção de literatura que os leitores possuem a sua disposição não é aquela de simplesmente refletir a realidade, mas sim a de espaço de elaboração dos traumas históricos coletivos, através da desmistificação dos seus heróis (ou de alguns estereótipos) e do reconhecimento da diversidade fragmentada que compõe o tecido cultural moçambicano na atualidade, resultado da colonização sofrida. O livro de 1987 possui como mote a ascensão, reinado e declínio de Ngungunhane. Passaria puramente como um romance histórico representativo desse percorrer do Império de Gaza se não fosse pelas vozes que o narrador chama, logo de início, para ajudá-lo a compor sua obra. Ayres d'Ornellas, militar português responsável pelas incursões às terras de Gaza, assim reflete sobre seu então imperador: "Só direi que admirei o homem, discutindo durante tanto tempo com uma argumentação lúcida e lógica" (KHOSA, 2018, pg. 17). Em contraposição, surge o Dr. Liengme, médico e missionário que sobre o personagem histórico também possui uma versão própria: "... mas toda a sua política era de tal modo falsa, absurda, cheia de duplicidade, que se tornava difícil conhecer os seus verdadeiros sentimentos" (KHOSA, 2018, pg. 17). Para complementar o jogo discursivo, a proposta discursiva em confronto com os motivos cadenciados e seguintes no romance, Ba Ka Khosa traz, também, a seguinte epígrafe, de Agustina Bessa-Luís: "A História é uma ficção controlada" (KHOSA, 2018, pg. 19). Portanto, aqueles dois relatos históricos, mais essa epígrafe-conceito de História, são pontos de referência que os leitores assumem como lentes ao serem afetados enquanto percorrem a narrativa.

Têm-se, então, a contradição do relato histórico, duas versões de um mesmo evento. E se tem, também, a consideração da História como uma ficção - controlada -, mas ficção. Diante de um campo histórico tão contraditório, e ao mesmo tempo tão maleável e manipulável quanto o seu discurso, tudo o que Ba Ka Khosa pretende fazer é estremecer com os discursos que se pretendem

únicos; e revelar que a falta de uma síntese, produto daquela contradição, é o caminho legítimo disponível a fim de se compreender a História, interpretar o presente e de se reconhecer, nele, o diverso.

Toda essa discussão sobre o passado contraditório/presente diversificado é fruto do tempo em que tal livro foi lançado. Em 1987, Moçambique possuía uma recente independência. Assim que o país se vê livre da metrópole, readquire as rédeas de seu percurso histórico, ele se confronta com, primeiro: a desfacelção da memória/cultura coletiva e, portanto, das identidades dos diversos povos originários; segundo: a necessidade de unir as populações sob determinados símbolos comuns, e assim recriar a identidade da nova nação. A efervescência do período era tão potente que, após um longo período de diálogo com Portugal, Moçambique, dois anos antes do lançamento de Ualalapi, consegue recuperar “o que seriam as cinzas de Gungunhana e, ao transportá-las solenemente de volta à terra da qual ele foi levado como símbolo da conquista colonial, pretende consagrá-lo entre os heróis da libertação”, é o que Rita Chaves (2018, pg. 11) descreve no texto de apoio presente na edição. Ainda nessa página, a professora complementa a análise informando que fazia parte do projeto nacionalista da Frente de Libertação de Moçambique, a FRELIMO, reorganizar a memória coletiva da nação e revisar os discursos históricos elaborados pelos dominadores e que formavam as consciências moçambicanas. Liberta-se uma nação, necessita-se de novos símbolos aglutinantes e aparatos ideológicos que unam os indivíduos e populações étnicas diversas. Contudo, mesmo o colonialismo português tendo esfacelado a memória cultural-coletiva das populações que lá viviam, ele não conseguiu destruir por completo as memórias dessas mesmas populações. A cultura oral resistiu e hoje é capaz de confrontar, por meio da memória resquícia transmitida pe-

los falares, os discursos que visam apagar as contradições das personagens históricas, desejando um herói imaculado e sem contradições internas, como é o caso de Gungunhana. O primeiro capítulo de Ualalapi retrata como foi que Ngungunhane assumiu o poder das terras: pelo assassinato de Mafemane, seu meio-irmão (o laço sanguíneo era por meio do pai deles; as mães de cada um era de etnias diferentes: a do imperador era nguni, a de Mafemane era chope). O capítulo apresenta uma sociedade estruturada por meio de uma violência que possui suas lógicas próprias compartilhadas entre aqueles que a utilizam como forma de organizar o poder interno. Observe-se:

Do fundo do corredor uma lança cortou o ar e  
foi-se enterrar no peito de Mafemane [...].  
- Quem é? - Perguntou Mafemane.  
- É Ualalapi - Responderam os guerreiros mais  
próximos.  
- Chamem-no. Ele tem que acabar comigo,  
como mandam as regras”  
(KHOSA, 2018, pg. 40)

Por meio desse excerto pode-se analisar que Ungulani Ba Ka Khosa desmistifica a ideia que a literatura colonial desejou propagar, a de uma África harmoniosa, paradisíaca, reino da concórdia, apresentando uma África anterior à chegada dos europeus também possuidora de contradições próprias, em que os conflitos entre as populações originárias eram parte da sinergia cultural das mesmas e que demonstram um percorrer societário próprio. Além disso, nessa mesma passagem da narrativa, Ungulani mostra a razão do livro sobre Ngungunhane se chamar Ualalapi: fora este quem decidira, material e concretamente, toda a história de Moçambique, antes e após o domínio português. Matando Mafemane, Ngungunhana se torna o imperador. É diante desse fenômeno pós-independência que Ungulani Ba Ka Khosa empreende

sua pena, a fim de não apenas enunciar um contradiscurso aos resumos dos governantes, como também, nele, revelar as contradições que humanizam os personagens, tridimensionalizando-os perante a História. Assim, a história é vista como um espaço de disputa, no qual os discursos e os contradiscursos irão se entrecortar em busca de se encontrar a leitura mais coerente dos eventos históricos. Contudo, habitando, sem sintetização objetiva, a consciência do leitor. Esse movimento “sintetização” poderia ser também expressado pela palavra “delimitação”, já que o resultado da contradição dos discursos estaria “delimitado” sinteticamente em um enunciado. Além disso, essa falta de “sintetização”, “delimitação”, estende-se à própria forma do romance, a qual, em *Ualalapi*, não fica clara. Cada um dos capítulos poderiam ser lidos separadamente, como se fossem contos muito bem organizados. Ademais, a própria composição estilística-enunciativa deles (capítulos) é realizada empregando polifonicamente falares dos provérbios de matrizes africanas, versículos bíblicos, e ainda citações da literatura e filosofia ocidentais. Tecendo sua narrativa dessa forma, Ba Ka Khosa apresenta uma fluidez literária propícia e coerente para com sua proposta desconstruidora dos conhecimentos e formas que se querem se vender como verdadeiros, impenetráveis, não socialmente construídos. Atinge-se, então, a maneira comum, canônica, europeia, sintetizada, de narrar.

Enquanto a disputa histórico-discursiva é o tema privilegiado na enunciação de *Ualalapi*, em *As Mulheres do Imperador*, o leitor se confronta com o empreendimento colonial a todo vapor, representado na metonímia da construção de Lourenço Marques, capital do país, “cidade que se desenhava harmoniosamente a régua e esquadro” (KHOSA, 2018, pg. 128); e à qual, no entanto, se confrontava a chegada das antigas rainhas do imperador Ngungunhane, metonímia do passado,

representantes de uma estrutura social que não possui mais espaço diante da dominação portuguesa. Dessa forma, o autor não apenas aborda um evento que marcou a história de Moçambique, como também projeta uma discussão sobre a relação do território e a identidade cultural, frente a um processo econômico e social que reconfigura seu tecido sócio-cultural, apartando os indivíduos, tanto na ocupação da terra, quanto no reconhecimento de humanidade nas populações locais, como visto no seguinte trecho:

Os majores de artilharia e engenheiros António José de Araújo e Joaquim José Machado pensaram na cidade a crescer em todos os seus pormenores. As avenidas eram largas e arborizadas. Os espaços públicos desenhados com sobriedade, as zonas de habitação projetadas com o arejamento que o clima tropical tanto pedia. **O que ficava de fora eram as precárias e sempre contingentes habitações dos pretos que serviam a cidade em crescimento.** E o governador, republicano convicto, via-os da janela do carro em andamento moderado, **sem lhe ocorrer que eram também seres humanos e não números necessários à construção e outros serviços básicos**”. (KHOSA, 2018, pg. 128. grifos meus).

O processo colonial relegou cidadania e dignidade humana aos indivíduos originários das estruturas locais. O grande mote colonialista é o de levar o progresso e a civilização às “culturas atrasadas” ou “inferiores”, assim julgadas pelos colonizadores. No entanto, vale notar, ainda, que o excerto selecionado possui dois níveis discursivos (que demonstram uma proposta maior de toda a obra, abordada, pormenorizadamente, abaixo), sendo eles: um primeiro que carrega os motivos que enredam os motivos novelescos; e um segundo, por meio de um narrador crítico em terceira pessoa, que não apenas apresenta a ação para o leitor, mas também traz as con-

siderações críticas contra as desumanidades cometidas pelo empreendimento colonial português. Este é um narrador consciente e irônico, que pretende, por meio da ficção, recriar uma conjuntura determinante para o futuro de seu país, além de, e principalmente, apresentar um projeto para os seus leitores em seu presente.

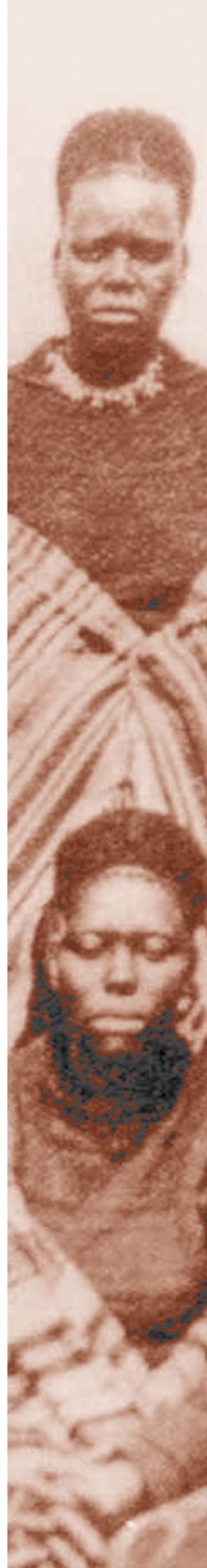
O livro “As Mulheres do Imperador” se insere nas obras literárias pós-coloniais que refletem uma sociedade diante de um dilema: incapaz de retornar ao estado em que a influência do dominador não existia, quando o território era organizado pelas próprias lógicas culturais dos povos originários; mas recém independente da metrópole, com todos os desafios estruturais, políticos e ideológicos para se firmar como uma nação autônoma capaz de gerir seu próprio rumo. A solução desse dilema estaria na busca pela memória coletiva, das tradições e conhecimentos das estruturas locais, seguida pela sua valorização. A memória, segundo Nora (1993, p. 9) “é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, [...], vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e revitalizações”. Ou seja, a memória é um constituinte atuante na dinâmica de construção/desconstrução/reconstrução do discurso histórico de uma nação após seu período colonial. No entanto, essa busca da memória é outro desafio, pois, nas palavras do próprio Ungulani, ele apercebeu-se que, “nesse momento de euforia, de encantamento com a paz, de deslumbramento com a conquista das liberdades individuais, que o nosso país se construía sobre os cacos de identidades esfaceladas, esquecidas, detestadas”.

Esse estado atual de Moçambique é resultado de uma dinâmica importante para Portugal, pois uma dominação colonial só se mantém efetivamente em um território tradicional quando a nação invasora fragmenta, esfacela, domina e, até, assassina a vida cultural dos povos que ocupam as terras dominadas. Amílcar Cabral assevera da seguinte forma tal necessidade:

A história ensina-nos que, em determinadas circunstâncias, é fácil ao estrangeiro impor seu domínio a um povo. Mas ensina-nos igualmente que, sejam quais forem os aspectos materiais desse domínio, **ele só se pode manter com uma repressão permanente e organizada da vida cultural desse mesmo povo**, não podendo garantir definitivamente a sua implantação a não ser pela liquidação física de parte significativa da população dominada. (CABRAL, Amílcar. in *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral: A Arma da Teoria*. Unidade e Luta, vol. 1, pg. 223, grifos meus).

Com esse excerto dialogam outros dois de Ungulani, que complementam e dão sequência à análise apresentada neste artigo:

A brigada, transportando centenas de camponeses, viu-se, durante mais de catorze horas, completamente desorientada ao não encontrar o lugar real de reassentamento, porque a população não atinava com os marcos que identificavam o espaço, como seja a árvore, o cemitério, o bosque. (KHOSA, 2015, pg. 127)



Tinham como teto a sombra da árvore defronte da porta da fortaleza. A memória já lhes fugia, pois não tinham a certeza se partiram daquele ponto ou de outro, mais abaixo, quando Ngungunhane deixara definitivamente as terras do Sul do seu império. Para elas, naquele momento de ligeiro frio de Julho, a copa da árvore bastava-lhes para passarem a noite. (KHOSA, 2018, pg. 132).

O primeiro excerto acima é um relato do autor, que já é um discurso memorialístico. O segundo é retirado da obra em análise, que possui o contexto narrativo das primeiras horas das mulheres nas novas terras de Moçambique. Os dois excertos de Ungulani desvelam uma perspectiva interna do processo colonial sobre o tecido cultural de seu país. Se a cultura é o cultivo daquilo que é importante e formador do humano, que permanece perante a História pelo valor dado por aqueles que compartilham de determinado sistema simbólico coletivo, Ungulani não apenas apresenta a situação de Moçambique frente ao seu presente - no excerto sobre a brigada de reassentamento -, como também demonstra os resquícios, os fragmentos, as linhas que compuseram o tecido cultural anterior ao colonialismo dentro e diante do próprio processo colonizador que se dava em 1912 - o excerto literário. As mulheres quando se assentam abaixo da árvore que possivelmente fora a última na qual Ngungunhana se protegera do sol antes de deixar as terras de Gaza, se assentam na memória, mesmo que incerta, pois atirada à “dialética da lembrança e do esquecimento”, mas que trazem a elas a proteção necessária frente a uma sociedade que surgia e confrontava, com seu trator capitalista, a memória cultural dos povos que lá viviam.

Deve-se lembrar a Conferência de Berlim, de 1885, quando definiu os territórios africanos para as potências europeias, um dos pressupostos era não apenas a ocupação como tam-

bém o desenvolvimento da região, mas um desenvolvimento que estava atrelado a uma economia capitalista internacional, que visava o lucro dos mesmos países europeus. A grande preocupação portuguesa da época era de fazer valer sua permanência em seus territórios africanos, de modo a se conseguir retirar riquezas que entrariam no circuito imperialista internacional, ao lado de países como França e Inglaterra. Sobre ainda a interferência da coroa britânica em cima da ação portuguesa nos territórios africanos, o personagem histórico do livro, o governador da colônia de Moçambique, Azevedo e Silva, apresenta sua preocupação nas construções férreas que ligariam a capital Lourenço Marques ao sertão moçambicano:

Mas a construção do trecho contrariando as vontades do governador-geral, encontrava sérios obstáculos por parte da companhia concessionária dos carros elétricos, a Delagoa Bay Development Corporation, por esta julgar que os seus direitos de exclusividade saíam prejudicados com o ramal [ferroviário]. E nesse jogo de influências entre os interesses locais e os do capital do Império Britânico, o governador lutava pelo sucesso da empreitada nacional, e pela República [...] (KHOSA, 2018, pg.126)

As novas linhas em conflito terrestre que constituíam o processo colonial, as férreas e as dos carros elétricos, compunham um novo enredar societário que recolhiam suas linhas do esfacelamento, pelo desmanche, pelo “desenrender” das linhas memorialísticas-culturais costuravam vida dos povos originários moçambicanos.

A grande problemática que o livro traz é o da ocupação do território ligado à construção das identidades individuais que estão diante de uma desfiguração da cultura que orientava seu percurso/trajetória sobre a terra. Ao mesmo tempo que o livro reelabora o passado,

ele dirige-se para o presente e se projeta para o futuro. No último capítulo, por exemplo, todas as mulheres do imperador encontraram um lugar para si. Um lugar em que se encontraram enquanto seres humanos, com culturas próprias, dentro de uma nova conjuntura econômica-social, mas que não foram relegadas ao esquecimento dentro de um sistema econômico facilmente capaz de relegar à não existência digna perante a sociedade. Mesmo as mulheres que assimilaram características ocidentais, respeitam as predições realizadas por Namatuco. Isso indica que, para Ungulani, o olhar e o respeito dos projetos que virão devem olhar para as culturas autóctones com reverência, aceitação e orgulho.

Ungulani Ba Ka Khosa está em busca de uma identidade nacional que não apague o passado pré-colonial, ou ainda, que não esqueça as violências perpetradas pela matriz no processo de colonização. Dessa forma sua obra artística estabelece em seu presente as discussões necessárias a Moçambique para que sua identidade não se perca nem seja solapada pelas relações estabelecidas entre os países pela crescente globalização, que pode ao mesmo tempo ser uma neocolonização revestida de trocas comerciais entre os países. Em ambas as narrativas que compõe a obra Gungunhana vê-se o esforço histórico e narratológico do autor de inserir, colocar, relatar relevância dialética à obra personagens que estão em conflito dialético entre as várias estruturas sociais que compunham o Império de Gaza e que, após o início da colonização, são retiradas as relevâncias sociais de distinção entre as estruturas étnicas-culturais que estavam em sinergia antes da chegada dos portugueses. Dessa forma, Gungunhana, em grafia portuguesa mesmo, torna-se o livro fundamental ao Moçambique de hoje, onde o passado é memória viva, uma colcha de retalhos não esquecida pela ação do tempo. ■

## Autoria

Franklin Cordeiro Pontes é graduando em Letras Português-Inglês na FFLCH-USP. Especializa-se em Literaturas Comparadas de Língua Portuguesa, com ênfase no diálogo entre as obras de Luandino Vieira, Guimarães Rosa e João Melo.

## Referências

CABRAL, Amílcar. in Obras Escolhidas de Amílcar Cabral: A Arma da Teoria. Unidade e Luta, vol. 1, pg. 223.

CHAVES, Rita. Ualalapi: a narrativa e os ciclos. In Gungunhana: Ualalapi e As Mulheres do Imperador. São Paulo: Kapulana, 2018.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. Memórias perdidas, identidades sem cidadania, Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 106 | 2015, colocado online no dia 28 abril 2015, criado a 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/5911>

\_\_\_\_\_. Gungunhana: Ualalapi; As mulheres do Imperador. São Paulo: Kapulana, 2018.

NORA, Pierre. "Entre memória e história – a problemática dos lugares". São Paulo: Projeto História 10, 1993 (tradução Yara Aun Houry).

# Sobrevivendo entre travessias

Entrevista com  
Patrícia Lino

A portuguesa Patrícia Lino é poeta e professora universitária de literaturas e cinema luso-brasileiros na Universidade da Califórnia em Los Angeles. Nesta conversa, perguntamos à escritora sobre a presença constante da ironia no seu livro “Kit de sobrevivência do descobridor português no mundo anticolonial” e a relação da cultura lusitana com o colonialismo.

**3X22:** Patrícia, por favor, se apresente: quem é você?

**Patrícia Lino:** Uma mulher que lê e escreve muito.

**3X22: Apresente, também, seu livro “Kit de sobrevivência do descobridor português no mundo anticolonial” (Edições Macondo, 2020).**

**P.L:** Há várias maneiras de descrever O Kit de Sobrevivência do Descobridor Português no Mundo Anticolonial. Por um lado, assemelha-se a um manual ou livro de auto-ajuda que tira partido da auto-vitimização ou da paranóia em que todo o poder assenta e, por outro, a um antimuseu de quinquilharias coloniais colecionadas por quem pensa e existe colonialmente. E, apesar de dirigir-se diretamente aos colonizadores antigos e modernos portugueses, é, na verdade, a paródia de todas e todos nós.

**3X22: O “Kit” é todo elaborado na ironia. Para você, Patrícia, o que a ironia possui (ou permite) que te fez escolher para abordar a matéria histórica de seu país?**

**P.L:** O Kit é um exercício paródico e interdisciplinar, em que a dimensão paródica depende grandemente da dimensão interdisciplinar. Composto por 40 objetos imaginários, O Kit inclui textos e colagens que, em estreito diálogo uns com os outros, procuram, ao expor o absurdo e as limitações do pensamento colonial, despertar na leitora vários tipos de gargalhada. Nenhuma gargalhada é igual à outra e O Kit busca, em primeiro lugar, a mais desagradável delas. A sua estrutura, no que diz especificamente respeito à ordem dos objetos, foi pensada a partir do nível e do desconforto do riso. Há objetos menos incómodos e rebuscados do que outros. Intercalei-os, por isso, segundo a intensidade e a violência da gargalhada como recepção. E porquê o humor? Tão ou mais feroz do que a sisudez, o humor abala o espaço de conforto do poder colonial, que nunca ri, e empurra o sisudo até a um novo ringue argumentativo. O riso pode ser, além do mais, coletivo e transformado em comunidade. Antes de ser livro, a primeira metade d’O Kit foi um conjunto de performances que fiz em Portugal durante todo o mês de dezembro de 2019. Aprendi muito com as gargalhadas que escutei nesses encontros e escrevi depois, com base nelas, a outra metade do volume.

3X22: O nome do nosso boletim é “Travessias”. Estamos refletindo sobre essa influência de trânsito entre nós, do Brasil, de países africanos de língua oficial portuguesa e de Portugal. Entre Pessoa-Bandeira-Craveirinha, digamos assim. Como esse trânsito literário se faz presente na sua obra poética e em sua vida pessoal/profissional?

P.L: Vivo e movo-me permanentemente entre quatro ou mais culturas. Cresci e vivi em Portugal até aos 23 anos, idade com que imigro para os Estados Unidos, ensino literaturas afro-luso-brasileiras na UCLA, trabalho e colaboro, como investigadora e poeta, com poesia brasileira e portuguesa contemporâneas e colegas e amigas(os) brasileiras(os), portuguesas(es) e afrodescendentes. Tento, também, ler e estudar tudo o que posso sobre a poesia da América Latina hispanofalante. Convivo, além do mais, todos os dias com latino-americanas(os) vindas(os) de todos os lugares da América Central e do Sul. Aprendo muito, política e emocionalmente, com tudo isto, o que se reflete nos temas sobre os quais escolho escrever e no modo como o faço.



Foto: Patrícia Lino/acervo pessoal

**3X22: Patrícia, boa parte da história portuguesa é marcada pela ação colonizadora em outras terras. O que tanto dela, segundo sua percepção, acabou formando o pensamento do português sobre si mesmo?**

**P.L:** A construção da identidade nacional portuguesa não pode, nas suas várias manifestações, ser dissociada da reinterpretação decorativa, celebratória e exclusiva dos “Descobrimientos” que faz parte, por exemplo, dos programas da escola e universidade públicas e está na base de outros conceitos caros à cultura portuguesa, como o “saudosismo” ou o “quinto império”, ou de certas obras literárias, teatrais, artísticas ou musicais de cunho nacionalista ou interpretadas, mais tarde, de modo estrategicamente nacionalista. A infiltração acrítica destes temas no nosso imaginário sociocultural faz com que os valores coloniais se manifestem, como um fenómeno do presente, na vida através das múltiplas imposições, privadas e públicas, sobre os corpos das mulheres, os corpos racializados e da invisibilização dos corpos queer.

**3X22: Quando olhamos para as literaturas africanas em língua portuguesa, podemos encontrar vários traumas, entre eles, o da luta pela libertação. A Guerra Colonial Portuguesa trouxe, também, algum trauma ao português? Ela afetou a percepção do português de si mesmo?**

**P.L:** Cresci e fui criada por vários homens portugueses que participaram na guerra e a quem, diziam-nos as mulheres, não devíamos perguntar nada sobre o sucedido. “— Não voltou o mesmo”, lembro-me de ouvir entre elas. A maioria destes homens, que não tinha condições financeiras nem educação quando partiu nem quando voltou de África, não recebeu qualquer tipo de apoio psicológico. Racistas? Evidentemente. Peças fundamentais para o Estado Novo? Sem dúvida. Conscientes da dimensão, história e violência deste plano de fundo colonial? Com toda a certeza que não. Há, portanto, e à superfície, duas questões desconfortáveis para o debate do lado português. Por um lado, a derrota e a perda das colónias e, por outro, o trauma irreversível dos que foram, sem saber muito bem ao que iam, e regressaram para uma casa onde ninguém ou quase ninguém os entendia. A minha experiência pessoal diz muito de um silêncio maior e naturalizado, que começa, por exemplo, na dificuldade que, até hoje, os partidos políticos portugueses e as(os) portuguesas(es) têm em chamar, de modo consensual, “guerra da libertação” à guerra da libertação e que termina, ao mesmo tempo, na crença de que a narrativa branqueada sobre a instauração da democracia portuguesa redimiou um passado de enorme violência.

**3X22: Temos algo a comemorar em 2022?**

**P.L:** O facto de estarmos vivas, e a queda de Bolsonaro? ♦

# Construindo a Nossa Própria Narrativa

O angolano José Eduardo Agualusa é um dos mais importantes escritores em língua portuguesa da atualidade. Sua obra foi traduzida para mais de 25 idiomas, e em 2016 foi um dos finalistas do Prêmio Man Booker, pelo romance Teoria geral do esquecimento. Nesta entrevista, conversamos com o escritor sobre a literatura enquanto espaço político de diálogo, seus interesses estéticos pelo fantástico e pelo absurdo.

Entrevista com  
J. E. Agualusa

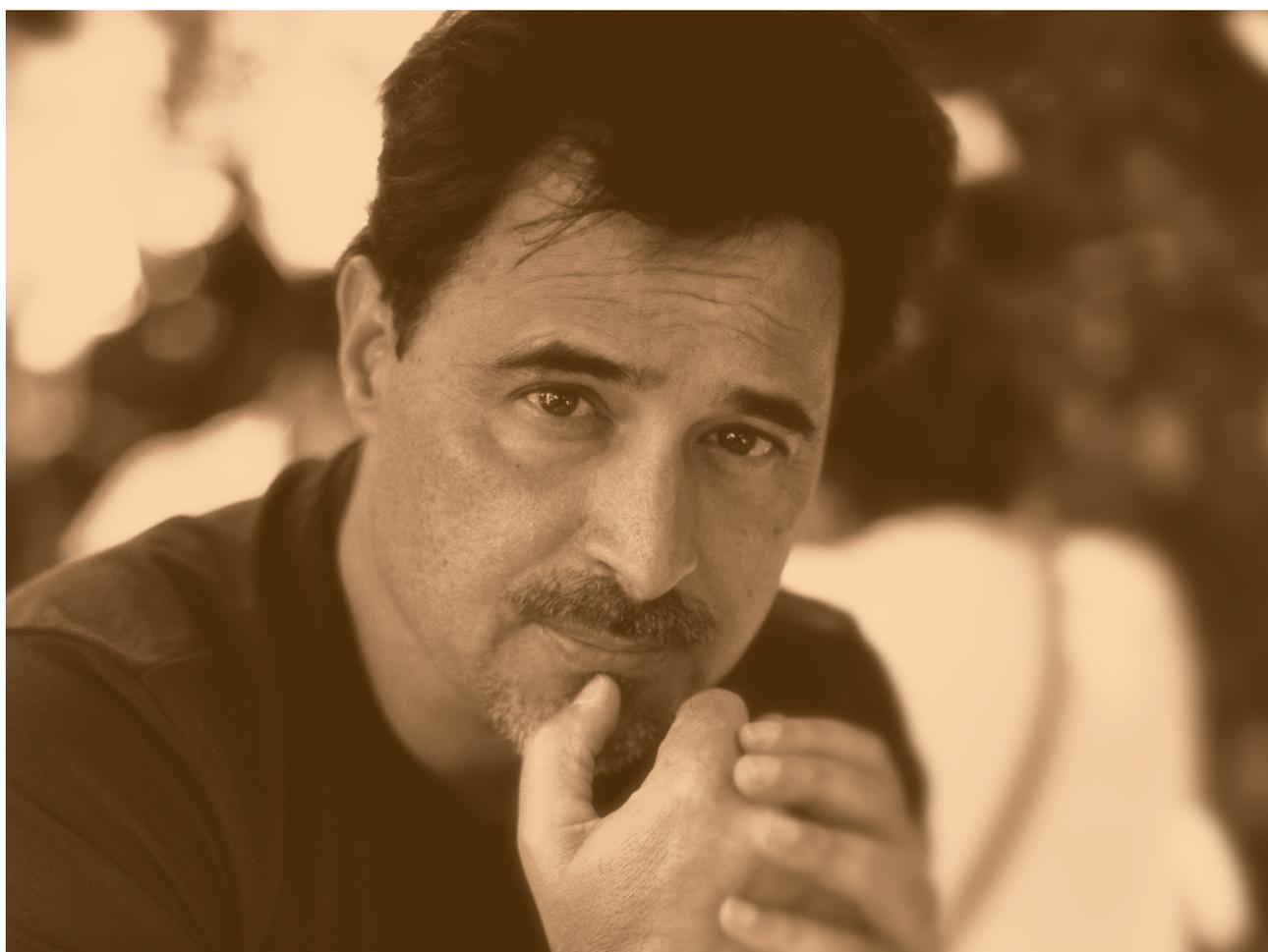


Foto: J.E. Agualusa/wikimedia Commons

**3X22:** José, por favor, se apresente: quem é você? Diante de toda sua história como angolano, como é para você ser romancista de língua portuguesa?

**J. E. Agualusa:** Sou um escritor angolano, de língua materna portuguesa. Sendo um escritor de língua materna portuguesa, o meu território primeiro é o lusófono, naturalmente. Não é algo com o que eu me preocupo muito. Acho que este território, de tantas formas, bastante amplo. Portanto eu sei que eu tenho um primeiro público neste território, que não se restringe a Angola, evidentemente. Tenho também leitores no Brasil, em Portugal e nos outros países africanos; embora a circulação do livro no espaço africano seja muito mais difícil.

**3X22:** A matéria histórica de nossos países é marcada por diversos traumas coletivos. Como você enxerga o papel e a extensão da literatura como o espaço para a elaboração desses traumas?

**J. E. Agualusa:** Eu vejo a literatura como um espaço, um território de pensamento. Portanto é um espaço privilegiado para discutir uma série de questões importantes para os nossos países. No meu caso, eu tornei-me escritor - isso é muito claro - numa tentativa de compreender melhor o meu próprio país, e compreender melhor, também, a minha posição nesse território, dentro do país. Mas depois fui, ao longo dos livros, ao longo da minha obra, fui, no fundo, abordando toda uma série de traumas dos grandes problemas que até hoje afligem os angolanos. Então acho que a literatura serve para isso: tem de servir como espaço de debate, para promover o debate.

**3X22:** Em diversos dos seus romances, o fantástico, o insólito, o imagético, aparecem contendo muito conteúdo sócio-histórico, como, por exemplo, uma osga narradora (deus noturno) ou uma nação inteira sonhando um mesmo sonho. Que potencialidade o fantástico (o insólito e/ou o imagético) possui que te faz escolher utilizá-lo na constituição discursiva dos seus romances?

**J. E. Agualusa:** O fantástico, o maravilhoso, o absurdo (e o absurdo me interessa em particular) é algo que faz parte das nossas sociedades. Quer dizer: tudo isso está muito presente em Angola, no caso. De um lado porque há toda uma tradição oral que se instalou no mundo urbano, e que tem a ver com o maravilhoso, com o fantástico. Por outro lado, muitas vezes a ausência de Estado contribui para que o absurdo se instale nas nossas sociedades. E a instalação do absurdo sempre me fascinou, da forma como as pessoas tratam essas intrusões de irracionalidade, de absurdo, e lidam com elas.

**3X22:** Millôr Fernandes dizia que “o Brasil possui um longo passado pela frente”. Ou seja, muitas das contradições históricas do país iriam ser sentidas, vivenciadas, enfrentadas pelas gerações futuras. Essa mesma frase poderia ser aplicada à Angola? Nós, de países produtos da colonização, possuímos algum “longo passado pela frente” em comum?

**J. E. Agualusa:** Sim, eu costumo dizer que “Angola ainda possui um longo passado pela frente”, sobretudo porque tem um longo passado a redescobrir. Eu acho que isso tem sido feito nos últimos anos. Tanto a pesquisa histórica se desenvolveu muito, quanto também, na área da ficção, pelo romance, em particular, muitos escritores angolanos têm se debruçado sobre o passado. Eu acho que isso é absurdamente fundamental: construir as nossas próprias narrativas. Quer dizer: olhar para esse passado, não já através dos olhos do colonizador, como aconteceu durante séculos; mas olhar o passado através da nossa própria perspectiva, portanto, contar essas histórias pelas perspectivas africanas. Isso que me interessa quando escrevo Rainha Nginga ou Nação Crioula. É contar essa construção do país, numa perspectiva angolana. E desse ponto de vista ainda há muito a ser feito.

**3X22:** O nome do nosso boletim é “Travessias”. Estamos refletindo sobre essa influência de trânsito entre nós, do Brasil, de países africanos de língua oficial portuguesa e de Portugal. Entre Jorge Amado-Ferreira de Castro-Óscar Ribas, por exemplo. Como esse trânsito literário se faz presente na sua obra?

**J. E. Agualusa:** Eu tenho uma grande ligação ao Brasil, começando por uma ligação familiar. Eu fui descobrindo o Brasil através da família, porque tinha família direta no Rio, meu avô era brasileiro. E depois através da cultura brasileira: da música, do teatro, da literatura, evidentemente, das artes plásticas... Essa ligação é muito intensa. Mas eu creio que, e sobretudo em Luanda (de Angola, de uma forma geral, mas de um forma mais localizada em Luanda), a cultura brasileira chegou sempre, e chegou sempre bem recebida, e foi muito importante. Eu já não falo dos séculos anteriores, eu falo dos anos mais recentes, a partir do século XX.

**3X22:** Como a nossa situação política atual é vista pelos olhos do escritor? Se a literatura dá a conhecer ao indivíduo a real experiência do mundo, diante de mais de 600 mil pessoas mortas por covid-19 no Brasil, você pressupõe que nossos artistas abordarão esse evento histórico com quais sentimentos? Como você abordaria?

**J. E. Agualusa:** A grande literatura sempre ajudou a pensar, a refletir, a digerirmos os grandes dramas da história. Isso também acabará acontecendo, evidentemente, depois da pandemia, porque foi um evento catastrófico global. Portanto, sim, não tenho dúvidas de que isso irá acontecer, como toda literatura que surgiu, por exemplo, a partir da Segunda Grande Guerra. Então esses tipos de eventos globais, catastróficos, também, certamente, irão produzir literatura e essa literatura irá contribuir para a forma como no futuro leremos o passado, para o nosso processamento desse momento.

**3X22:** Possuímos alguma coisa a comemorar em 2022?

**J. E. Agualusa:** Espero que em outubro o Brasil possa comemorar o fim de um pesadelo, o fim de um período de absoluta insanidade acerca do qual, também, todos os brasileiros terão de refletir, não é? E eu acho que essa comemoração será global, será global. ◆



O gosto dos seus sambas, Brasil, das suas batucadas,  
dos seus cataretês, das suas toadas de negros,  
caiu também no gosto da gente de cá,  
que os canta e dança e sente  
com o mesmo entusiasmo  
e com o mesmo desalento também.  
As nossas mornas, as nossas polcas, os nossos cantares,  
fazem lembrar as suas músicas,  
com igual simplicidade e igual emoção.

Você, Brasil, é parecido com a minha terra.  
As secas do Ceará são as nossas estiagens,  
com a mesma intensidade de dramas e renúncias.  
Mas há uma diferença no entanto:  
é que os seus retirantes  
têm léguas sem conta para fugir dos flagelos,  
ao passo que aqui nem chega a haver os que fogem  
porque seria para se afogarem no mar...

Nós também temos a nossa cachaça,  
o grogue de cana que é bebida rija.  
Temos também os nossos tocadores de violão  
e sem eles não haveria bailes de jeito.

Conhecem na perfeição todos os tons  
e causam sucesso nas serenatas,  
feitas de propósito para despertar as moças  
que ficam na cama a dormir nas noites de lua cheia.  
Temos também o nosso café da ilha do Fogo  
que é pena ser pouco,  
mas – Você não fica zangado? –  
é melhor do que o seu.

Eu gosto de Você, Brasil.  
Você é parecido com a minha terra.  
O que é, é que lá tudo é à grande  
e tudo aqui é em ponto mais pequeno...

Eu desejava fazer-lhe uma visita  
mas isso é coisa impossível.  
Queria ver de perto as coisas es-  
pantosas que todos me contam  
de Você,  
assistir aos sambas nos Morros,  
estar nessas cidadezinhas do interior  
que Ribeiro Couto descobriu num  
dia de muita ternura,  
queria deixar-me arrastar na onda da Praça Onze  
na terça-feira do Carnaval.  
Eu gostava de ver de perto o luar do sertão,  
de apertar a cintura de uma cabocla  
- você deixa? -  
e rolar com ela num maxixe requebrado.

Eu gostava enfim de o conhecer de mais perto  
e Você veria como sou um bom camarada.  
Havia então de botar uma fala  
ao poeta Manuel Bandeira,  
de fazer uma consulta ao Dr. Jorge de Lima  
para ver como é que a Poesia receitava  
este meu fígado tropical bastante cansado.  
Havia de falar como Você,  
Com um i no si  
- “si faz favor” -  
de trocar sempre os prono-  
mes para antes dos verbos  
- “mi dá um cigarro?” -

Mas tudo isso são coisas impos-  
síveis - Você sabe? -  
Impossíveis.

**Jorge Barbosa**

*Biblioteca Brasileira* <sup>Guita e José</sup> *Mindlin*  
Apresenta:

# PROJETO 3X22

O Projeto 3x22, da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM), apresenta a reunião de sua produção, desde 2017 até o presente ano, sobre os três marcos a que se dedica: a Independência em 1822, a Semana de Arte Moderna em 1922 e suas reverberações na sociedade contemporânea, marcadas pelo ano de 2022. Durante esses seis anos de projeto, valendo-se de temas suscitados pelo rico material conservado pela Biblioteca, foram produzidos inúmeros eventos, edições de revistas, concursos de teses, publicações de livros, materiais didáticos, entrevistas e mais recentemente a exposição **200 Livros para Pensar o Brasil**.

ACESSE O PORTAL

